

B.R. AN. BSB. ATO. 513, P. 1/61



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Ministério da Justiça

SEDH

00005.000161/2005-76

/ / | :

INTERESSADO:

GERALDA AGUIAR DO NASCIMENTO (*esposa*)

ASSUNTO:

JOSÉ ISABEL DO NASCIMENTO

CÓDIGO:

OUTROS DADOS:

End.: Rua 13 de Maio, nº. 38 - Centro

Cep.: 35.140-035 Coronel Fabriciano / MG

MOVIMENTAÇÕES

S _E Q	SIGLA	CÓDIGO	DATA	S _E Q	SIGLA	CÓDIGO	DATA
01			/ /	15			/ /
02			/ /	16			/ /
03			/ /	17			/ /
04			/ /	18			/ /
05			/ /	19			/ /
06			/ /	20			/ /
07			/ /	21			/ /
08			/ /	22			/ /
09			/ /	23			/ /
10			/ /	24			/ /
11			/ /	25			/ /
12			/ /	26			/ /
13			/ /	27			/ /
14			/ /	28			/ /

AS MOVIMENTAÇÕES DEVERÃO SER COMUNICADAS AO PROTOCOLO

ANEXOS:

Contato: (31) 3841.1840 - Geralda

Recebeu o livro

151/04
28/09/04SERVIÇO NACIONAL DE PROTOCOLO
- SENAPRO -

ATO. 51.3. P²/61

(31) 3842 1132

Luciene (Filha)

(31) 3841 1120

ATO. 51.3.83/61



Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos (Lei 9.140/95)

Serviço Público Federal
COMISSÃO ESPECIAL
Lei n.º 9140/95 - DESAPARECIDO POLÍTICOS
PROTOCOLO DE RECEBIMENTO
Em 28 / 09 / 04

Francisco Helber Macedo Pereira
Cordeiro Especial Lei nº 9.140/95
Secretaria Executiva

ATT. : **SR. JOÃO LUIZ DUBOC PINAUD** identidade n.º _____
MINISTERIO DA JUSTIÇA,
ESPLANADA DOS MINISTERIOS, ED. ANEXO II - 5º ANDAR - SALA 503 -
CEP: 70.064-900
BRASILIA - DF.

GERALDA AGUIAR DO NASCIMENTO

brasileira, do lar, viúva, portadora da Carteira de identidade nº 756.400, expedida pela SSPMG, CPF . nº 180.074.656-34, residente à Rua 13 de Maio, nº 38 - Centro - CEP: 35.170-035 - Município de Coronel Fabriciano - MG., telefone (0xx31) 3841.1840, com escora na Lei 9140/95, juntamente com a Lei 10.536/02 e a Lei 10.875/04, vem mui respeitosamente requerer o reconhecimento e a indenização instituídos e estabelecidos pela Legislação pertinente, pelos fatos e motivos seguintes:

A Suplicante foi casada com **JOSÉ ISABEL DO NASCIMENTO**, nascido em 08/07/1931, com o qual teve 05 (filhos), vindo este a falecer em 17 de outubro de 1963 (com 32 anos de idade), não existindo dúvida quanto a condição de sua morte, face as notícias lançadas e apresentada nos jornais, revistas, livros e atestado de óbito em anexo.

O óbito ocorreu em consequência de disparo de arma de fogo por agentes policiais na repressão e conflito contra os trabalhadores /operários da USIMINAS e Empreiteiras no dia 07 de outubro de 1963, conhecido e denominado como "MASSACRE DE IPATINGA".

-HISTORICO:

- Na manhã de 7 de outubro de 1963, os operários da USIMINAS (Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais) e de empreiteiras que lá trabalhavam na construção da Usina, (cerca de 7 mil), concentraram-se defronte aos portões de entrada para a Usina, em um protesto contra os maus tratos que os operários vinham sofrendo por parte da Polícia Militar e Vigilantes da Empresa.
- No mesmo local estavam postados, em posição de ataque, um contingente de policiais militares armados de fuzis, revólveres e uma metralhadora montada na carroceria de um caminhão.

Procurador

- Foi quando os policiais militares passaram a usar suas armas, efetuando tiros contra os operários, sendo atingido diversos, causando mortes e lesões corporais em inúmeros deles.
- Entre as pessoas atingidas estava **JOSÉ ISABEL DO NASCIMENTO**, marido da Requerente, que saiu de sua residência localizada no centro de Coronel Fabriciano, para mais um dia de trabalho na Área de montagem e construção da USIMINAS, sendo que era mestre de montagem da Metalúrgica FICHET, uma das Empreiteiras que prestava serviços a USIMINAS.

A todo lugar que ia levava sua maquina fotográfica, a fotografia era seu *hobby*, tendo inclusive com ela registrado boa parte da construção da USIMINAS.

No dia 07 de outubro de 1963, quando chegou a portaria encontrou postados os policiais em posição de ataque, tendo então antes ainda dos primeiros disparos, registrado com sua maquina fotográfica, fotos da movimentação dos Policiais e Operários.

Iniciado os disparos pelos Agentes Policiais foi atingindo, vindo a falecer 10(dez) dias depois, em decorrência dos ferimentos recebidos, conforme comprovam os documentos em anexo.

Que varias fotos de sua autoria foram cedidas aos veículos de comunicação do Brasil e muitos deles a utilizaram para a Ilustração das Reportagens. sendo que foi o único que conseguiu documentar o "massacre

- **DADOS PESSOAIS DA VITIMA JOSÉ ISABEL DO NASCIMENTO -**

- NACIONALIDADE: Brasileiro
- DATA NASCIMENTO: 08/07/1931
- CASADO COM GERALDA AGUIAR DO NASCIMENTO EM 12/06/1954, ficando viúva aos 25 anos de idade, quando ainda estava grávida da filha Luciane (7 meses), que veio a nascer 02 (dois) meses após o falecimento do pai.

FILHOS:

- **LUCIENE DO NASCIMENTO** - data nascimento : 24/02/1955, contava com 8(oito) anos de idade quando do falecimento do pai.
- **ROBSON AGUIAR DO NASCIMENTO** - data nascimento : 06/06/1956, contava com 7(sete) anos de idade, quando do falecimento do pai.
- **ROSSI DO NASCIMENTO** - data nascimento: 18/03/1958, contava com 5(cinco) anos de idade, quando do falecimento do pai.

RHONILSON DO NASCIMENTO - data nascimento: 18/11/1959, contava com 3(três) anos de idade, quando do falecimento do pai.

- **LUCIANE MARA NASCIMENTO** - data nascimento - 21/12/1963 - ao tempo a Requerente estava no 7º (sétimo) mês de gestação da filha, como se disse, veio a nascer 02 (dois) meses após o atentado sofrido pelo pai..

Obs.: A requerente é até a presente data pensionista junto ao INSS na condição de viúva beneficiaria da vitima, sendo o nº do Benefício 30260637-8.

Maximiliano



ANEXOS:

- 1 - Certidão de Casamento da Requerente com José Isabel do Nascimento (Cópia autenticada);
- 2 - Carteira de Identidade da Requerente (cópia autenticada);
- 3 - Cópia Carteira de identidade, CPF e cartão com nº benefício de pensionista (INSS) da requerente (documentos com os devidos números expedidos pelas repartições competentes e oficiais);
- 4 - Certidão de Óbito de JOSÉ ISABEL DO NASCIMENTO (cópia autenticada);
- 5 - Certidão Civil/Óbito de JOSÉ ISABEL DO NASCIMENTO expedido em 24/12/1963 (cópia autenticada);
- 6 - Cópia foto casamento da Requerente (Geralda Aguiar do Nascimento) e JOSÉ ISABEL DO NASCIMENTO (vitima do fato ocorrido);
- 7 - Cópia Foto de JOSÉ ISABEL DO NASCIMENTO (vitima do fato descrito);
- 8 - Cópia fotos da requerente(esposa) , filhos e JOSÉ ISABEL DO NASCIMENTO (vitima do fato descrito);
- 9 - Cópia fotos da requerente(esposa) e o 05(cinco) filhos de JOSÉ ISABEL DO NASCIMENTO (vitima do fato descrito);
- 10 - Cópia foto com JOSÉ ISABEL DO NASCIMENTO (vitima do fato descrito) , na área de trabalho, quando da Construção da USIMINAS,
- 11 - Cópia (AUTENTICADA) reprodução da pagina 109 da Revista "O CRUZEIRO", publicada com data de 02 de novembro de 1963 (consta foto , citação do fato e nome da vitima JOSÉ ISABEL DO NASCIMENTO);
- 12 - Cópia reprodução foto de "POLICIAL ARMADO EM CIMA DA CARROCERIA DE UM CAMINHÃO" publicada na Revista "O CRUZEIRO" , pagina 110, publicada com data de 02 de novembro de 1963 (foto está reconhecida como sendo realizada pela Vitima JOSÉ ISABEL DO NASCIMENTO, minutos antes do inicio do chamado "MASSACRE DE IPATINGA);
- 13 - Cópia (AUTENTICADA) reprodução foto pagina 110, publicada com data de 02 de novembro de 1963 (onde consta foto " POLICIAL ARMADO" reconhecida como sendo realizada pela Vitima JOSÉ ISABEL DO NASCIMENTO, minutos antes do inicio do chamado "MASSACRE DE IPATINGA);
- 14 - Cópia reprodução parte da pagina 1 do Jornal "CORREIO DE MINAS", publicada com data de 08/10/1963 (- reportagem e fotos de Estacio Ramos e Evandro Santiago, consta foto, citação do fato e nome da vitima JOSÉ ISABEL DO NASCIMENTO, como atingido por tiros disparados pelos policiais);

José Isabel do Nascimento



14 a - Cópia(AUTENTICADA) reprodução parte da pagina 1 do Jornal "CORREIO DE MINAS", publicada com data de 08/10/1963 (- reportagem e fotos de Estacio Ramos e Evandro Santiago, consta foto, citação do fato e nome da vitima JOSÉ ISABEL DO NASCIMENTO, como atingido por tiros disparados pelos policiais);

15 - Cópia reprodução parte do Jornal de nº 244 "NOVOS RUMOS" - ANO V - RIO, SEMANA 25 a 31 de OUTUBRO DE 196 (- Texto e fotos de Gilgal Gonçalves, consta foto, citação da morte de JOSÉ ISABEL DO NASCIMENTO, em consequência do tiros disparados pelos policiais, quando do chamado "MASSACRE DE IPATINGA);

15 a - Cópia(AUTENTICADA) reprodução parte do Jornal de nº 244 "NOVOS RUMOS" - ANO V - RIO, SEMANA 25 a 31 de OUTUBRO DE 196 (- Texto e fotos de Gilgal Gonçalves, consta foto, citação da morte de JOSÉ ISABEL DO NASCIMENTO, em consequência do tiros disparados pelos policiais, quando do chamado "MASSACRE DE IPATINGA);

16 - Cópia (AUTENTICADA) reprodução da CAPA da Revista "O CRUZEIRO", com foto da ainda Jovem e hoje já consagrada atriz Fernanda Montenegro, publicada com data de 02 de novembro de 1963 (consta como destaque a citação do fato 'CHACINA EM MINAS GERAIS);

17 - Cópia reprodução parte da pagina 1 do Jornal "CORREIO DE MINAS", publicada com data de 08/10/1963 (- reportagem e fotos de Estacio Ramos e Evandro Santiago, consta foto, citação do fato e nome da vitima JOSÉ ISABEL DO NASCIMENTO, como atingido por tiros disparados pelos policiais);

18 - JORNAL "EM TEMPO" - Semanário Nacional - NUMERO 24 - 14/20 DE AGOSTO DE 1978 (**original**) - paginas 1 / 2 e 11/12 - consta na pagina 12, reportagem de João Batista Mares Guia, com foto e citação dos fatos e confirmação como vitima do chamado "MASSACRE DE IPATINGA" o operário JOSÉ ISABEL DO NASCIMENTO);

19 - JORNAL "JORNAL DO BAIRROS" - circulação Vale do Aço- Ano III -NUMERO 37 - 08 a 14/10/1983 (**original**) - paginas 3/6 - consta na pagina 5, reportagem sob o titulo "**O massacre de Ipatinga, 20 anos depois...**", com citação dos fatos e confirmação como vitima do chamado "MASSACRE DE IPATINGA" o operário JOSÉ ISABEL DO NASCIMENTO);

"É bom lembrar também que outros feridos morreram em hospitais, como o fotografo José Isabel do Nascimento, único que conseguiu registrar lances importantíssimos da chacina, sendo metralhado pela polícia". (destacamos).

20- Cópia paginas do Livro "O MASSACRE DE IPATINGA", autor Carlindo Marques Pereira, 1ª Edição - Outubro/84 (paginas 34/36 - relato sob o titulo "BUSCANDO O TETO" - o autor destaca a vitima JOSÉ ISABEL DO NASCIMENTO).

J. Nascimento



21- Cópia reprodução partes (“a” e “b”) da pagina nº 07 do Jornal ‘HOJE EM DIA’ Belo Horizonte - ano I, Número 252 do dia 1º de Novembro de 1988, consta reportagem de MARCELO FREITAS, sob o titulo “**IPATINGA, 25 anos de um crime sem castigo**”, no sub titulo “Quem sabe quantas vitimas ? “ (faz referencia de reconhecimento como vitima JOSÉ ISABEL DO NASCIMENTO):

“A PM admite que morreram oito, pois inclui o fotografo José Isabel do Nascimento, que faleceu dez dias depois no hospital de Coronel Fabriciano.” (destacamos);

22- JORNAL “Estado de Minas” – Belo Horizonte – NUMERO 22.435 – 2 DE JUNHO DE 2003 (**original**) - paginas 3,4, 11 e 12 – consta na pagina 12, reportagem de MARCELO FREITAS, com foto tirada por Evandro Santiago em 08/10/63 , destacando e confirmando como vitima do fato o operário JOSÉ ISABEL DO NASCIMENTO);

23 – Cópia parte do Jornal “DIARIO DO AÇO”, nº 7481 de 30 de Novembro de 2003, pagina 03 (Reportagem com citação do fato ocorrido em 07 de outubro de 1963);

Assim, com base na Lei 10.875 de 1º de junho de 2004, que estendeu a indenização para familiares de pessoas que foram mortas em virtude de repressão policial sofrida em manifestação publica, ou em conflitos armados com agentes do poder público, REQUER DIGNA-SE APRECIAR AS PROVAS ORA FEITAS EM RELAÇÃO AO CASO, COM O CONSEQUENTE RECONHECIMENTO DO DIREITO DA SUPPLICANTE EM RECEBER O VALOR DA INDENIZAÇÃO DEVIDA, NA FORMA DA LEI, DEVENDO SER CONSIDERADO O FATO DE QUE, QUANDO DO FALECIMENTO DA VITIMA, ESTA CONTAVA APENAS 32 (Trinta e dois) ANOS DE IDADE.

Pede deferimento.

Coronel Fabriciano, 22 de setembro de 2004

Geralda Aguiar do Nascimento

GERALDA AGUIAR DO NASCIMENTO

CPF 180.074.656-34

CARTÓRIO JAGARANDA - 1º Ofício de Notas
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL DOU FÉ

Cel.
Fabriciano
27 SET. 2004
Em test.
Renata Martins Meira - Escrivã
Frederico Martins Meira - Escrivão

MG República dos Estados



Unidos do Brasil

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE VOLTA REDONDA

2ª CIRCUNSCRIÇÃO DO ÚNICO DISTRITO DE VOLTA REDONDA

CARTÓRIO DO OFICIAL DO REGISTRO CIVIL

"CARTÓRIO VIEIRA JUNIOR"

Luiz Gomes Vieira Junior

Titular

CERTIDÃO DE CASAMENTO

LIVRO N. 19----- FLS. 84--- TERMO N. 3114---



CERTIFICO QUE no Livro de Registro de Casamentos consta o assento de matrimônio celebrado perante
o snr. João de Carvalho Pinto, Juiz de Paz---
às 16- horas, do dia 12-- de junho--- de 19 54--
nesta Cidade, em casa dos pais da noiva---
e a Testemunha João Rodrigues da Costa--- Pedreiro---
Dom. e Residência nesta cidade---
e a Testemunha Manoel Pereira Leal--- mecanico---
Dom. e Residência nesta cidade---
DO NUBENTE José Isabel do Nascimento. solteiro, de côr parda e
com a NUBENTE GERALDA AGUIAR- solteira de côr morena-
ELE de --- anos de idade, 8 / 7- / 1931- profissão industrial---
natural do distrito Vila Timoteo-- município Antonio Dias-
Estado de Minas Gerais---
Dom. e Residência nesta cidade---
FILHO --- de Joaquim Izabel do Nascimento --(com 48 anos)---
E DE Maria Clodina de Jesus - (com 43 anos)---
ELA de --- anos de idade 11 / 12 / 1937, profissão doméstica---
natural do distrito Divino do Carangola município Divino do Carangola--
Estado de Minas Gerais---
Dom. e Residência nesta cidade---
FILHA --- de Jesus Celirio de Aguiar- (com 45 anos)---
E DE Antonia Moreira de Aguiar-- (com 33 anos)---
NOME DO CASAMENTO da comunhão--- de bens,
o nubente passou a TER O NOME de Geralda Aguiar do Nascimento---
Obs: ---

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

À DATA DE APOSENTADORIA FOI VOLTA REDONDA, 19-- de fevereiro-- de 19 66--
APLICADA EM TALÃO DE ACÓRDO
COM OS PROVIMENTOS Nos. 4 DE
19/3/1962 E 18 DE 26/3/1963, DA
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
NESTE ESTADO

Exercício Soares Saar
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL

Impedimento ocasional do Oficial-



PRARVA - FOLHA DE 36, 201
FALEIROS - São Bento, 62
FERNANDES - CAIO TAVARES - Assembleia 15
CORONEL FABRICIANO

Firmas nos tabeliões:

ATO 513, P 10/61 Anexo 3



GERALDA AGUIAR DO NASCIMENTO
D. do Carangola-MG
11-dezembro-1937
Jesus Celirio de Aguiar e Antonia Morel
24 outubro 66
Mario Luiz Monteiro

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

C/C

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

NASCIMENTO	11.12.37	INSCRIÇÃO NO CPF	180 074 656	34
CONTRIBUINTE				
GERALDA AGUIAR NASCIMENTO				

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

- DISCRIMINAÇÃO
- REND - RENDA MENSAL
 - PAL - PENSÃO ALIMENTÍCIA
 - SFA - SALÁRIO FAMÍLIA
 - ARUN - ARREDO ANUAL
 - DIFF - VALOR DA DIFERENÇA
 - AEV - ARREDO EVENTUAL
 - COMP - VALOR DA COMPLEMENTAÇÃO
 - IRFC - IMPOSTO DE RENDA DA COMPETÊNCIA
 - AIR - AJUSTE DO IMPOSTO DE RENDA
 - IRB - IMPOSTO DE RENDA RECOLHIDO
 - BRUT - VALOR BRUTO
 - DESC - DESCONTOS
 - LICU - VALOR LÍQUIDO

COMPROVANTE DO SEGURADO

MPS - MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL				RESUMO DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS	
NOME DO RECEBEDOR				USO DA DATAPREV	
GERALDA AGUIAR NASCIMENTO				30000	
NOME DO BANCO					
MERCANTIL DO BRASIL				0080300	
AGÊNCIA BANCÁRIA				COMPETÊNCIA - PAGTO CREDITADO	
CORONEL FABRICIANO MG				11/92 07	
ORG. MANTENEDOR	ORG. PAGADOR	ESP	Nº BENEFÍCIO	DEP. IR	C.S.F.
1105500	522911	21	50260637-8	00	00
DISCRIMINAÇÃO - VALOR			DISCRIMINAÇÃO - VALOR		
REND **522186,94			ARUN **522186,00		
3RJT *1044372,00			LIQU *1044380,00		

ATO 51.3, P 11/61 Anexo 4



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS

REGISTRO CIVIL DE IPATINGA

OFICIAL BEL. ROSE MARY DE PAULA SOARES

Oficiais substitutos: Marcela Soares de Paula Pinto
Lúcio Leite da Costa

CERTIDÃO DE ÓBITO

CERTIFICO, que neste Serviço registral foi lavrado termo de óbito do qual se lê:

LIVRO 02-C FOLHAS -127 TERMO 1805

Aos dezessete (17) de outubro (10) de mil novecentos e sessenta e três (17/10/1963).

ANTÔNIO SILVEIRA SANTOS

Compareceu neste Serviço Registral e declarou, exibindo atestado médico firmado pelo Doutor (a) José Ávila.

que no dia dezessete (17) de outubro (10) de mil novecentos e sessenta e três (1963) às 08:00 horas.

Em domicílio, nesta cidade.

em consequência de : Abscesso Sub Hepático, devido projétil de arma de fogo.

Faleceu: **JOSÉ ISABEL DO NASCIMENTO**

do sexo masculino, estado civil casado

com Trinta e oito (32) anos de idade, contra mestre de montagem

Natural de São Domingos do Prata, MG.

Residente em Ipatinga-MG

filho (a) de

JOAQUIM JOSÉ DO NASCIMENTO

e

MARIA CLAUDINA DE JESUS

e que o corpo foi sepultado no Cemitério de Ipatinga -MG

O referido é verdade e dou fé

Ipatinga, 01 de setembro de 2004.



Lúcio Leite Costa
Lúcio Leite Costa
SUBSTITUTO

ATO. 51.3.P 12/6/ Anexo 5

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL



ESTADO DE Rio Grande do Sul, distrito de Ipatinga
CIDADE DE Município de Comarca de Cel. Galvão

REGISTRO CIVIL

CERTIFICO, que do livro N. (2) dois de registro Civil de óbitos deste Distrito, sob o N. 1903 a folhas 127 consta o seguinte: Que no dia dezessete (17) de Outubro de mil novecentos e sessenta e três (1963) às 8 hs. / — ms. na Casa de Saúde, Sra. Terezinha neste distrito de Ipatinga faleceu José Isidoro do Nascimento do sexo masculino cor branca com trinta e dois (32) anos de idade, natural de São Domingos de Ilhéus, Bahia estado civil casado filho de Joaquim Isidoro do Nascimento e de Dona Maria Cândida de Jesus

O registro foi feito a 17 de Outubro de 1963

Foi declarante o Sr. Antonio Silveira Santos sendo o atestado médico firmado por Dr. José Araújo

que deu como causa da morte abscesso sub-hepático, devido projétil de arma de fogo

O sepultamento foi feito no cemitério de Ipatinga

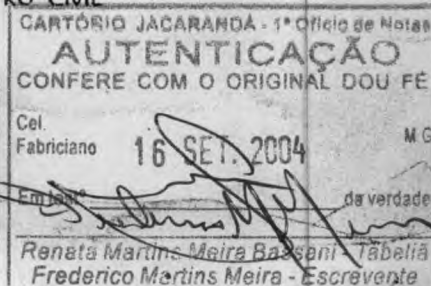
O referido é verdade e ao próprio livro me reporto e dou fé.

Ipatinga, 24 de dezembro de 1963

José Nicomedez

OFICIAL DO REGISTRO CIVIL

Mod. 11
OLIVEIRA COSTA S/A - Comércio e Indústria
DELO HORIZONTE



ATO. 51.3, P. 13/61 Anexo 6



ATO. 513.P14/61

Anexo 7

JOSÉ ISABEL DO NASCIMENTO





**ESPOSA GERALDA AGUIAR DO NASCIMENTO E OS FILHOS -
(LUCIENE, ROBSON, RHONILSON e ROSSI)**



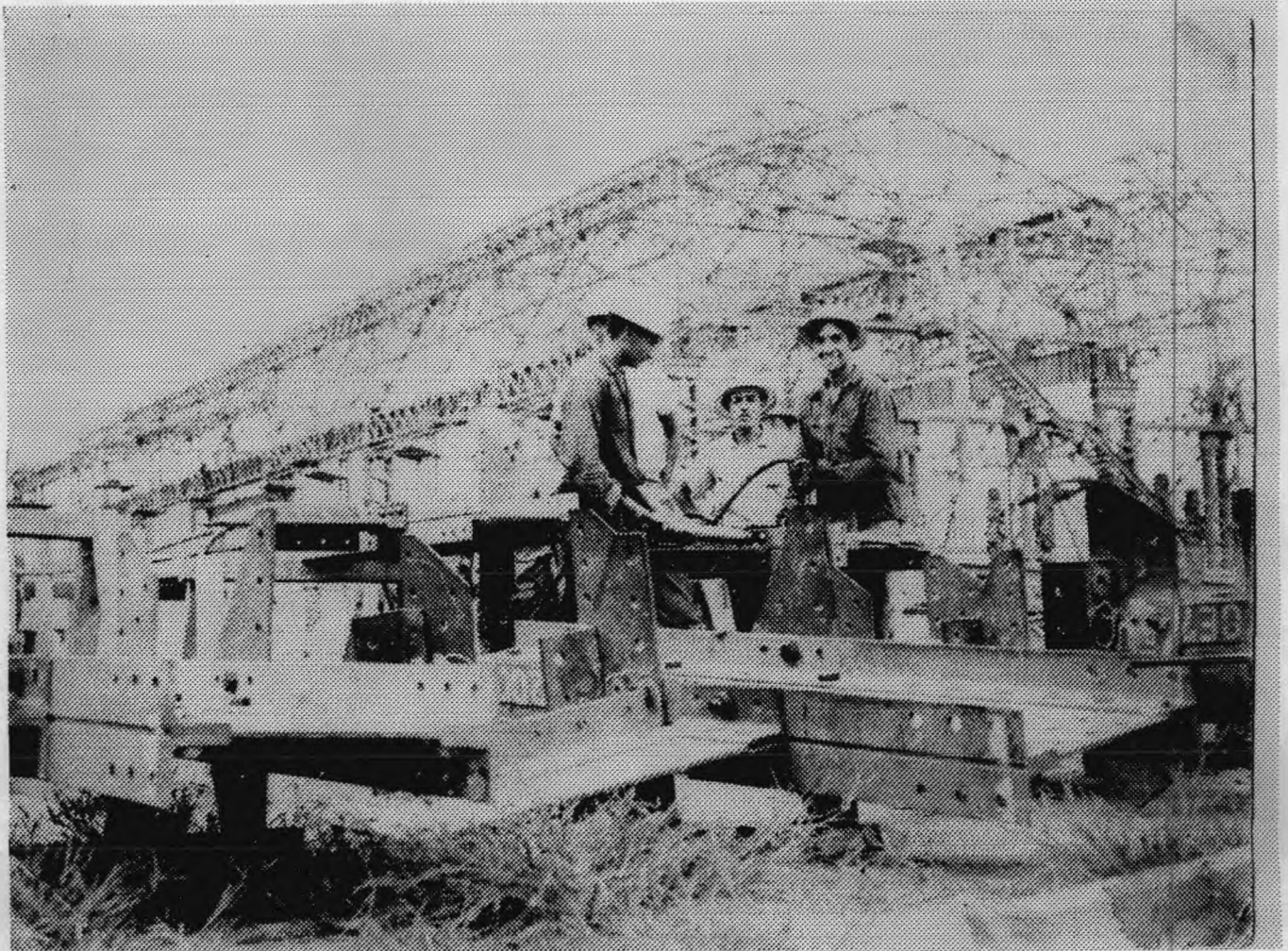
**JOSE ISABEL, ESPOSA e
FILHOS - (LUCIENE, ROBSON,
RHONILSON e ROSSI)**



**ESPOSA GERALDA AGUIAR e OS FILHOS
DE JOSE ISABEL NASCIMENTO
(LUCIENE, ROBSON, ROSSI, RHONILSON e LUCIANE)**

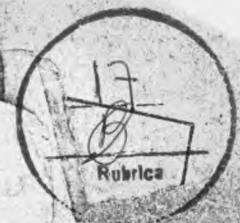
ATO. 51.3.PA/61

Anexo 40



110.513, P18/ Rachel de ...

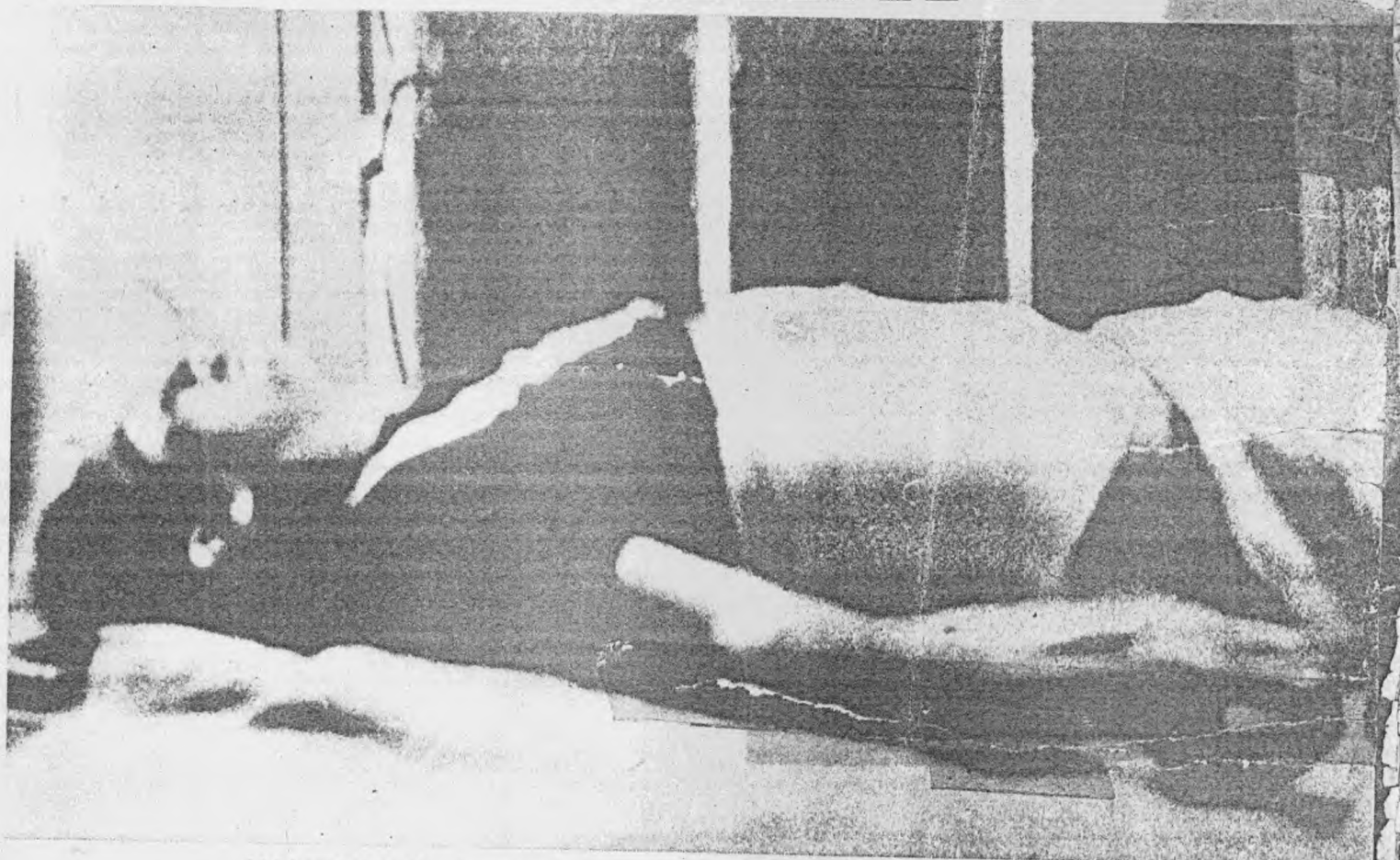
Onze 11



Aria na figura do "Judas".

CHACINA NAS MINAS GERAIS

REPORTAGEM DE JOSÉ FRANCO / FOTOS DE RILTON ROCHA,
ANTÔNIO COCENZA, EVANDRO SANTIAGO, FIALHO PACHECO
E JOSE ISABEL DO NASCIMENTO



JOSÉ Isabel do Nascimento, gravemente ferido, internado no hospital de Coronel Fabriciano (MG). Sua câmara de amador fixou flagrantes da chacina.

Ele nunca teria saído do anonimato de uma cidadezinha mineira se o destino não lhe tivesse aprazado um momento trágico em sua existência pacata. Foi então que José Isabel do Nascimento revelou o seu lado realmente valioso, do qual talvez ele não chegue a tirar grande proveito. Em meio ao massacre em Ipatinga, revelou-se bom fotógrafo, de sangue frio. Repórter até cair ferido.

CONTINUA

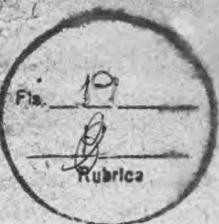
CARTÓRIO JACARANDA - 1º. Ofício de Notas
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL DOU FÉ
Cel.
Fabriciano 22 SET. 2004 MG
Em test. da verdade
Reata Martins Meira Bassani - Tabeliã
Frederico Martins Meira - Escrevente





FOTO DE JOSÉ ISABEL DO NASCIMENTO
ANTES DE SER ATINGIDO .
REVISTA " O CRUZEIRO"
02/11/1965 - PAG. 110.





D

SE ao menos
Ninguém, r
nem da Paraíba
da pasta da Jus
de altura com t
color e insôso,
ainda vá. Mas,
na adega da vell
teram-se em re
mentos, proibiq
Nada, de repen
sição de falar n
à pregação rev
cional. Sabota
candidato do se
ódio negro cont
gado provincian
sonhada pela ci
vado com os sir
Osvino, quando
nôvo sol de Ab
autárquica, pois

A PLAUDE o
dição para t
algum dia existi
da intervenção
Faz-Tudo, à me
petiria Tonelero
A ameaça à vic
à vida ou à libe
cansados de adv
mundo sabe dis
sabe. Calmon sa
Jurema não sab

PORQUE ele
do Jango ch
come coragem,
ministro de um
na democracia
parêntesis ou u
seu nome. Ou se
pensando que po
tregue à origem
mesa de bar, o ú
gável mediocrid
os mais perigos



ESTA criancinha de três meses saía de um consultório médico nos braços de sua mãe. Eliana, que parece adormecida, está morta. A bala.



A SENHORA no leito é a mãe da menina Eliana. Também ficou ferida, gravemente, durante a chacina praticada por violentos policiais em Ipatinga.

O CRUZEIRO, 2-11-1963

O CRUZEIRO, 2-11-1963

CARTÓRIO JACARANDA - 1º Ofício de Notas
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL DOU FÉ

Cel.
Fabriciano
Em/est*
da verdade

22 SET. 2004

Renata Martins Meira Bassani - Tabeliã
Frederico Martins Meira - Escrevente





tado de Sítio foi aprova-
da simbolicamente, à
noite, pela Câmara dos
Deputados.

Em Salvador, Porto
Alegre e Guanabara
houve comícios contra o
Estado de Sítio. (Página
2, mensagem de Goulart
na página 5).



Essas fotos foram toma-
das nas ruas de Ipatin-
ga poucos minutos an-
tes de começar a fuzila-
ria contra o povo: o fo-
tógrafo amador José
Isabel do Nascimento
(foto) operou o filme
antes de receber dois ti-
ros de metralhadora.
Esse pode ser o último
filme feito na sua vida
porque dificilmente esca-
pará. Soldados no cami-
nhão apontam as metra-
lhadoras antes de come-
çar a disparar contra o
povo. (Sequência Exclu-
siva para o CORREIO
DE MINAS).

JORNAL "CORREIO DE MINAS"

PAGINA 1 - 08/10/1963

REPORTAGEM E FOTOS DE ESTACIO RAMOS e EVANDRO SANTIAGO

az voltou a Ipatinga. M
nunca custou tanto resta
belecer a ordem nesse Es
tado onde a calma e a tran
quilidade sempre imperou.
Não se pode atribuir ao
Governo, sob pena de se
incorrer em excesso, toda
a culpa dos acontecimentos
de ontem. A situação da
Polícia Militar é mais ou
menos a mesma em todos
os Estados da Federação.
No Rio, denunciavam-se tor
turas no Rio Grande do
Norte até greve os solda
dos fazem.

Mas não é esse o pri
meiro aviso dado ao Go
vernador do Estado e ao
Secretário de Segurança
Pública. Várias vezes nes
se mesmo ano de 63 foram
divulgados fatos escanda
losos sobre a violência po
licial.

A Polícia Militar divulga
artamente sua capacida
de de dissolver tumultos.
Para isso treinam, para is
so ganham. Pena que es
queçam suas lições quan
do se defrontam com uma
mulher e seu filho de três
meses. Pena que diante de
todo esse perigo só saibam
usar uma metralhadora.

Nesse instante Minas te
legrafa sangue para todos
os países do mundo. Ame
ricanos e europeus tomam
conhecimento agora de que
em nosso Estado a presen
ça revolucionária de uma
mulher com o filho de
três meses no colo é re
sultado de uma

Sr. Magalhães Pinto
se omitia até hoje es
te dever de tomar pro
vidências e de vir a pú
blico dizer porque até ho
je não conseguiu conter
a violência de sua po
lícia.

mas que se instau
inquéritos, por laudas
de depoimentos
nem, o Governo
conseguiu
esse aconteci
mento de Ipa
corpos mor
e uma po
lícia e pela
o governo

8. re
chacina.
ATOR.

Caminhão de onde o soldado metralha o povo e para onde voltaram os outros

Polícia fuzila duas crianças e sete operários em Ipatinga

Duas crianças e sete operários morreram me
tralhados por 17 soldados da Polícia Militar que,
protegendo-se numa carroceria de caminhão, abri
ram fogo contra três mil pessoas concentradas no
portão da Usiminas, em Ipatinga.

Cerca de 50 pessoas ficaram feridas e foram in
ternadas nos Hospitais de Coronel Fabriciano. Logo
após os disparos, os soldados fugiram para um
morro e tomaram posição para metralhar os operá
rios que foram socorrer os feridos e retirar os cor
pos da rua. Só à tarde, com a prisão do tenente Ju
randir e de todos os soldados do destacamento po
licial, é que voltou a calma a Ipatinga. Operários
que fugiram rastejando vieram a Belo Horizonte e
relataram os principais fatos do ataque armado
contra a população de Ipatinga.

As causas do incidente remontam-se aos espan
camentos de operários na noite de ante-onTEM. Não
há política: o princípio do desentendimento foi a
proibição feita por vigilantes contra os operários
que queriam sair para Coronel Fabriciano sem do
cumentos. Houve protesto e quebra-quebra nos alo
jamentos, surgindo a Polícia Militar que invadiu os
dormitórios, montada a cavalo, espancando crian
ças e mulheres.

Na manhã seguinte, quando os operários pre
paravam-se para protestar contra os espancamen
tos, a polícia, novamente, montada, surgiu e ouvi
ram-se dois disparos. Um deles matou um cavalo.
Os soldados desmontaram, recuaram para um ca
minhão, e, do alto, iniciaram fogo intenso. Só quan

do a estrada estava cheia de corpos é que resolve
ram abandonar o tiroteio, fugindo para um morro,
onde ameaçaram recomeçar tudo.

Em notas lançadas ontem, a Usiminas, o Go
verno do Estado e a Polícia Militar lamentaram o
incidente. Um inquérito policial-militar será instau
rado hoje para apurar as responsabilidades dos sol
dados que já estão presos.

As vilas de Ipatinga despovoaram-se após os
tiroteios. À noite, a Usiminas, além dos nomes dos
operários, comunicava que uma criança de três me
ses morreu varada por várias balas e que, até aque
le momento, não se descobria seu nome.

Segundo informações prestadas por funcioná
rios, os soldados fizeram fogo contra uma ambu
lância da Usiminas que tentou socorrer os feridos
quando cessou o tiroteio. Com os vidros quebrados,
a ambulância escapou deixando que os corpos ficas
sem na rua.

Depois de 15 minutos de disparos, os soldados
fugiram e continuaram atirando num percurso de
1.500 metros, conseguindo alcançar a criança de
três meses no colo da mãe, na Estação do Horto.

Espera-se para hoje, segundo informam nos
sos enviações especiais Estácio Ramos e Evandro
Santiago, a vinda dos presos para Belo Horizonte.
Por outro lado, está marcado para hoje o entérro
das nove vítimas. Luto oficial de um dia foi decre
tado em Ipatinga, Coronel Fabriciano e Acesita.
(Páginas 6 e 7)



No
dor Miguel
ma reunião com
sindicalistas, estudantis
camponeses, reafirmou
sua posição contra o Es
tado de Sítio que Gou
lart pedira, confirman
do que a esquerda e a
direita no País estavam
contra a medida pedida
pelo Presidente da Repú
blica.

A mensagem do Pre
sidente da República re
tirando o pedido de Es
tado de Sítio foi aprova
da simbolicamente, à
noite, pela Câmara dos
Deputados.

Em Salvador, Porto
Alegre e Guanabara
houve comícios contra o
Estado de Sítio. (Página
2, mensagem de Goulart
na página 5).

Essas fotos foram toma
das nas ruas de Ipatin
ga poucos minutos an
tes de começar a fuzila
ria contra o povo: o fo
tógrafo amador José
Isabel do Nascimento
(foto) operou o filme
antes de receber dois ti
ros de metralhadora.
Esse pode ser o último
filme feito na sua vida
porque dificilmente esca
pará. Soldados no cami
nhão apontam as metra
lhadoras antes de come
çar a disparar contra o
povo. (Sequência Exclu
siva para o CORREIO
DE MINAS).

CARTÓRIO JACARANDA - 1º Ofício de Registro
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL DOU FE
Em 22 SET. 2004
Cel. Fabriciano
Em test. Renata Martins Meira Bassani - fabriciano
Frederico Martins Meira - Escrevente

Ofício de Fiscalização
JACARANDA - 1º Ofício de Registro
CONFERE COM O ORIGINAL DOU FE
Em 22 SET. 2004
Cel. Fabriciano
Em test. Renata Martins Meira Bassani - fabriciano
Frederico Martins Meira - Escrevente

ATO. 513.022/61

Arquivo 14 A

Fls. 81
Rubrica

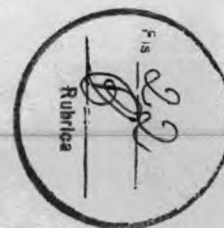


A ÚLTIMA VÍTIMA

Ferido por um soldado da polícia militar, quando documentava o massacre aos operários em Ipatinga, morreu quinta-feira o fo-

tógrafo amador José Isabel. Deixou mulher e 4 filhos.

JORNAL "NOVO RUMOS" TEXTO E FOTOS DE GILGAL GONÇALVES
ANO V - RIO, SEMANA 25 a 31 DE OUTUBRO DE 1963 - Nº 244



ATO. 513, P. 23/61

Arquivo 15

Diretoria da USIMINAS Responsável Pelo Massacre de Ipatinga

Texto e fotos de Gilgal Gonçalves

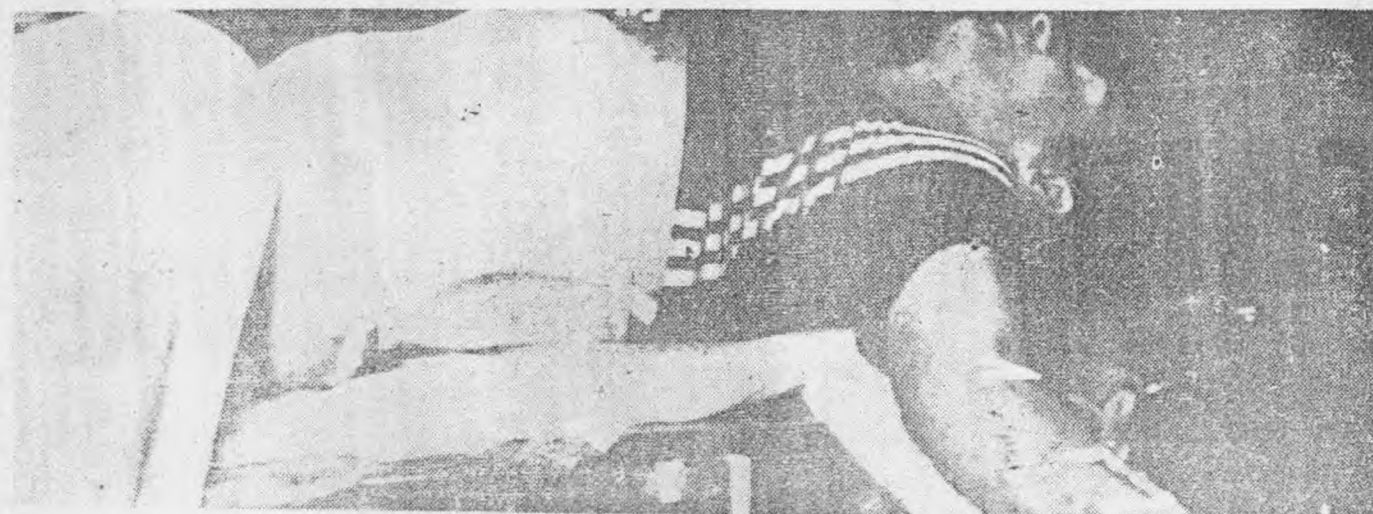
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S. A. — USIMINAS — foi fundada em 26 de abril de 1956, com a finalidade de promover os estudos técnicos para instalação, em Minas, de uma usina siderúrgica integrada, para fabricação de produtos planos. Negociações posteriores estabeleceram a participação de capitais japoneses.

Planejada para uma população, na primeira etapa dos trabalhos da usina, de 37.500 pessoas, atingindo na última etapa, quando a usina estiver produzindo 2.000.000 de toneladas, a 72 mil habitantes, Ipatinga deveria contar com hotéis, pensões e repúblicas para solteiros, apartamentos de um quarto para casais sem filhos, apartamentos, casas e faixas contínuas para casais com

dois, três e quatro ou mais filhos, que formariam os núcleos comunais onde se localizariam centros de diversões e assistência social.

Sete anos depois da fundação da USIMINAS, Ipatinga, administrativamente distrito de Coronel Fabriciano, com uma população aproximada de 25.000 habitantes, que compreende 6.000 operários, 1.500 funcionários de outros setores e seus familiares, é, em relação aos trabalhadores menos favorecidos, uma grande farsa.

Impondo um nível de vida miserável a seus operários, a USIMINAS criminosamente mantém, para repressão e vigilância internas, um pequeno exército de jagunços recrutados entre os pistoleiros do Vale do Rio Doce, os vigilantes, causa da fermentação progressiva da atmosfera de terror que há meses vem rondando Ipatinga, e que teve seu desfêcho trágico no massacre de 7 de outubro.



A ÚLTIMA VITIMA

Ferido por um soldado da polícia militar, quando documentava o massacre aos operários em Ipatinga, morreu quinta-feira o fo-

tógrafo amador José Isabel. Deixou mulher e 4 filhos.

Omissão da Diretoria Leva a Massacre de Operários

O choque entre a polícia e os trabalhadores na USIMINAS teve início há um mês, quando a empresa, para evitar a entrada de estranhos aos serviços, baixou portaria tornando obrigatória a apresentação da carteira de identidade funcional no momento em que os operários se apresentavam para trabalhar.

A exigência provocou algumas discussões entre operários e vigilantes, sem maiores consequências. No domingo, dia 6, a turma que deixa o serviço às 22 horas foi interceptada pelos vigilantes que exigiam, à saída, a apresentação da carteira funcional. Os operários se negaram a atender à exigência. Verificou-se, então, o primeiro choque com os vigilantes, que chamaram a polícia, que estava preparada, nas imediações da empresa, para entrar em ação. A polícia penetrou no pátio da USIMINAS, passando a prender e espancar os operários. Ficaram feridos, no primeiro choque, os trabalhadores José Fernandes do Amaral, Adilson de Castro (17 anos) e Elji Yasumoto (15 anos).

O incidente terminou com algumas prisões, sendo que

a maioria dos trabalhadores se recolheu a seus alojamentos. Pela madrugada foram acordados por violento tiroteio da polícia, que os obrigou a delatar, de costas, no chão. A polícia passou a espancar os operários, que continuavam deitados, sem meio de defesa. Alguns soldados feriram os trabalhadores passando-lhes as esporas nas costas. Cerca de 150 trabalhadores foram presos, sendo transportados num caminhão da USIMINAS, fornecido pelo sr. Gil Guatimozim, chefe de relações industriais da empresa.

Na manhã de segunda-feira, dia 7, os operários decretaram uma greve de protesto contra os espancamentos e prisões da noite anterior. Colocaram piquetes em frente aos portões de entrada, para evitar um comparecimento maior dos operários ao serviço.

Os vigilantes não conseguiram afastar os piquetes e pediram a ajuda da polícia, que compareceu com enorme aparato bélico, sendo recebida com vaias e pedradas pelos trabalhadores. Diante das atitudes dos operários, a polícia abriu fogo com cer-

radas rajadas de metralhadoras.

Sem meios de defesa, os empregados da USIMINAS passaram a cantar o Hino Nacional, supondo que a polícia suspendesse o tiroteio. Mas, as rajadas continuaram, efetuando-se o grande massacre contra os trabalhadores. Debaixo do fogo cruzado das metralhadoras, os operários tentavam fugir procurando abrigo, mas eram atingidos pelas balas da polícia. Grande número de mortos e feridos que se contorciam no pátio da empresa, fizeram com que os policiais tomassem consciência do massacre, e fugissem para os morros vizinhos, de onde continuaram a responder com rajadas de metralhadoras às vaias dos operários.

Durante o tiroteio alguns operários, mesmo feridos, conseguiram fugir para as matas. Uma ambulância da USIMINAS que, por iniciativa de seu motorista, tentou socorrer os feridos, ficou sé-

NAS era um terrível campo de batalha, coberto de corpos de mortos e feridos. No primeiro balanço do massacre foram encontrados oito operários mortos e mais de cem feridos. Nos dias seguintes, as turmas organizadas para busca dos trabalhadores que, mesmo feridos, conseguiram se arrastar para fora do pátio da empresa, encontraram mais cinco corpos crivados de balas nos capinzais que rodeiam a USIMINAS.

Até o momento continua grande o número de operários desaparecidos, presumindo-se que estejam mortos ou feridos nos morros e matas da região.

Depois dos acontecimentos que deixaram um saldo de 13 mortos e cerca de 150 feridos, fora o grande número de desaparecidos, os trabalhadores iniciaram um movimento de protesto, quebrando todas as guaritas da entrada do pátio da USIMINAS e queimando um caminhão de chapa particular que levava comida aos soldados e que transportou os policiais, sob o comando do capitão Robson, o responsável pelo massacre dos trabalhadores.

para quatro pessoas, não oferecem as mínimas condições de habitabilidade. Devido a poeira que cobre os alojamentos, são constantes os surtos de doenças de vários tipos.

No bairro de Ipanema os trabalhadores da Usiminas vivem em precárias condições de vida e nenhuma assistência da empresa. Além de choques com a polícia e os vigilantes, o bairro constantemente é sacudido por violências, inclusive sexuais, uma vez que os operários solteiros vivem em total promiscuidade com as famílias dos casados. Os próprios trabalhadores alegam que a completa falta de as-

sistência social da empresa tem levado a maioria dos operários ao marginalismo desenfreado que já tomou conta do bairro.

CANDANGOLÂNDIA

Bairro operário situado há cinco quilômetros do pátio de serviço, com uma população de cerca de 1.500 habitantes e cujas condições de vida são as mais precárias, acentuadas pela situação topográfica desfavorável: uma baixada. Coberto de poeira durante o verão, o bairro se torna intransitável no período das chuvas, quando se transforma em um grande lamaçal.

Não existe em Candango-

lândia restaurante, escola ou qualquer melhoramento. Os filhos dos operários passam os dias brincando nas matas dos arredores ou pescando nas águas poluídas do rio Piracicaba, que corta a região.

No bairro vive ainda grande número de trabalhadores que prestam serviços às empreiteiras contratadas pela Usiminas, que não mantém boas relações com operários, sendo constantes os choques verificados entre eles.

MARINGÁ

Anexo a Candangolândia, com uma população de 1.500 pessoas, e distando 5 quilômetros do pátio de serviço

da Usiminas, apresenta também péssimas condições de vida. Não dispõe de escolas, ficando os filhos dos operários em completo abandono, sem que as autoridades e a direção da Usiminas tomem qualquer providência. Servido por uma estrada ruim, que se torna intransitável na época das chuvas, quando é suspensa a linha normal de ônibus e o tráfego de caminhões. Por este motivo o operário que vive em Maringá é forçado, na época das chuvas, a ir a pé para o trabalho, o que o obriga a acordar pelo menos três horas antes da entrada em serviço.

Jornal do Rio Doce Denunciou Situação Antes do Massacre

Os jornais, tanto da Capital como das cidades vizinhas a Ipatinga — Governador Valadares, por exemplo — relataram, por muito tempo, a situação muito precária dos trabalhadores da Usiminas, que colocam per-

manentemente em risco a saúde dos que residem em Ipatinga, usando as águas podres do rio do mesmo nome para todas as necessidades. E abordando ainda o problema dos marginais, que colocam per-

necessitou da carteira do IAPI para receber um auxílio natalidade e ficou sem nada, porque a empresa onde trabalhava não se alegalizava sua situação com o

da da grande empresa. 4 — Em sua edição de 16-9-62, o jornal volta a denunciar a exploração dos operários pela empresa.



ATO. 513, 22/6/61

Imeco 1500
Fis. 23
R. 10

ATO. 51.3, P25/61

Anexo 46
Fis. 24
Rubrica

O CRUZADO

SAO PAULO
PEDE
O DILUVIO

CR\$ 100,00 — 2 DE NOVEMBRO DE 1943



CHACINA EM
MINAS GERAIS

MISS
OBJETIVA

MUNDIAL

O SALÁRIO
DO MEDO

FESTA TROPICAL
PARA
GILBERTO
AMADO

DAVID NASSER
O BÔBO DO REI

carga, para um transporte
grátis. V. tem a prova prática de
b, que lhe oferece o Pick-up "JEEP" - veículos

AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL DOU FÉ

Cel.
Fabriciano

Em test. da verdade

Renata Martins Meira Bassani - Tabelião
Frederico Martins Meira - Escrevente



portou a Ipatinga. Mas a custou tanto restar a ordem nesse Estado a calma e a tranquilidade sempre imperou. Se pode atribuir ao fato, sob pena de se ter em excesso, toda a situação da Polícia Militar é mais ou menos a mesma em todos os Estados da Federação. Rio, denunciam-se torções no Rio Grande do Norte até greve os soldados fazem.

Mas não é esse o primeiro aviso dado ao Governador do Estado e ao Secretário de Segurança Pública. Várias vezes nesse mesmo ano de 63 foram divulgados fatos escandalosos sobre a violência policial.

A Polícia Militar divulga constantemente sua capacidade de dissolver tumultos. Para isso treinam, para isso ganham. Pena que esqueçam suas lições quando se defrontam com uma mulher e seu filho de três meses. Pena que diante de todo esse perigo só saibam usar uma metralhadora.

Nesse instante Minas telegrafa sangue para todos os países do mundo. Americanos e europeus tomam conhecimento agora de que em nosso Estado a presença revolucionária de uma mulher com o filho de três meses no colo é recusada a bala.

Sr. Magalhães Pinto se omitiu até hoje sobre o dever de tomar providências e de vir a público dizer porque até hoje não conseguiu conter as violências de sua polícia.

Por mais que se instauram inquéritos, por laudas e depoimentos se tomem, o Governo (adua) não conseguirá aceso desse acontecimento. No largo de Ipatinga estão os corpos mortos por balas de uma polícia sanguinolenta e pela ordem de um governo.

As páginas 7 e 8, reportam sobre a chacina. O REDATOR.

Polícia fuzila duas crianças e sete operários em Ipatinga

Duas crianças e sete operários morreram metralhados por 17 soldados da Polícia Militar que, protegendo-se numa carroceria de caminhão, abriram fogo contra três mil pessoas concentradas no portão da Usiminas, em Ipatinga.

Cerca de 50 pessoas ficaram feridas e foram internadas nos Hospitais de Coronel Fabriciano. Logo após os disparos, os soldados fugiram para um morro e tomaram posição para metralhar os operários que foram socorrer os feridos e retirar os corpos da rua. Só à tarde, com a prisão do tenente Jurandir e de todos os soldados do destacamento policial, é que voltou a calma a Ipatinga. Operários que fugiram rastejando vieram a Belo Horizonte e relataram os principais laços do ataque armado contra a população de Ipatinga.

As causas do incidente remontam-se aos espancamentos de operários na noite de ante-onTEM. Não há política: o princípio do desentendimento foi a proibição feita por vigilantes contra os operários que queriam sair para Coronel Fabriciano sem documentos. Houve protesto e quebra-quebra nos alojamentos, surgindo a Polícia Militar que invadiu os dormitórios, montada a cavalo, espancando crianças e mulheres.

Na manhã seguinte, quando os operários preparavam-se para protestar contra os espancamentos, a polícia, novamente, montada, surgiu e ouviram-se dois disparos. Um deles matou um cavalo. Os soldados desmontaram, recuaram para um caminhão, e, do alto, iniciaram fogo intenso. Só quan-

do a estrada estava cheia de corpos é que resolveram abandonar o tiroteio, fugindo para um morro, onde ameaçaram recomeçar tudo.

Em notas lançadas ontem, a Usiminas, o Governo do Estado e a Polícia Militar lamentaram o incidente. Um inquérito policial-militar será instaurado hoje para apurar as responsabilidades dos soldados que já estão presos.

As vilas de Ipatinga despovoaram-se após os tiroteios. À noite, a Usiminas, além dos nomes dos operários, comunicava que uma criança de três meses morreu varada por várias balas e que, até aquele momento, não se descobria seu nome.

Segundo informações prestadas por funcionários, os soldados fizeram fogo contra uma ambulância da Usiminas que tentou socorrer os feridos quando cessou o tiroteio. Com os vidros quebrados, a ambulância escapou deixando que os corpos ficassem na rua.

Depois de 15 minutos de disparos, os soldados fugiram e continuaram atirando num percurso de 1.500 metros, conseguindo alcançar a criança de três meses no colo da mãe, na Estação do Horto.

Espera-se para hoje, segundo informam nossos enviados especiais Estácio Ramos e Evandro Santiago, a vinda dos presos para Belo Horizonte. Por outro lado, está marcado para hoje o enterro das nove vítimas. Luto oficial de um dia foi decretado em Ipatinga, Coronel Fabriciano e Acesita. (Páginas 6 e 7)

Caminhão de onde o soldado metralhou o povo e para onde voltaram os outros

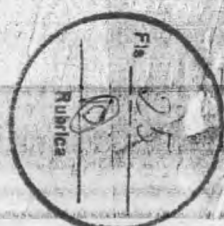


No dor Miguel... ma reunião com sindicais, estudantis camponeses, reafirmou sua posição contra o Estado de Sítio que Goulart pedira, confirmando que a esquerda e a direita no País estavam contra a medida pedida pelo Presidente da República.

A mensagem do Presidente da República retirando o pedido de Estado de Sítio foi aprovada simbolicamente, à noite, pela Câmara dos Deputados.

Em Salvador, Porto Alegre e Guanabara houve comícios contra o Estado de Sítio. (Página 2, mensagem de Goulart na página 5).

Essas fotos foram tomadas nas ruas de Ipatinga poucos minutos antes de começar a fuzilaria contra o povo: o fotógrafo amador José Isabel do Nascimento (foto) operou o filme antes de receber dois tiros de metralhadora. Esse pode ser o último filme feito na sua vida porque dificilmente escapará. Soldados no caminhão apontam as metralhadoras antes de começar a disparar contra o povo. (Sequência Exclusiva para o CORREIO DE MINAS).



PENA DE MORTE RONDA OPERÁRIO



Jesus Paredes.



Sônia Lafoz



EM TEMPO:

SEMANÁRIO NACIONAL - Cr\$ 10,00 - NÚMERO 24 - 14/20 DE AGOSTO DE 1978

PANFLETAGEM AGORA TAMBÉM NOS QUARTÊIS

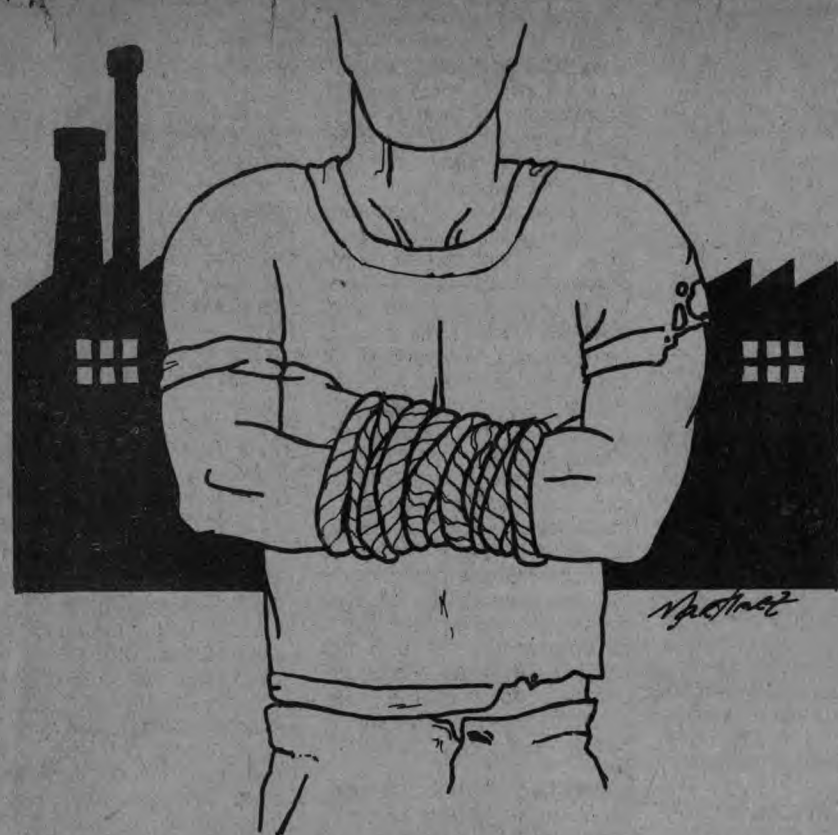
Um monte de manifestos circula atualmente nos meios militares. Uns falam em "democracia", outros pregam a continuidade do regime de exceção. Você pode conhecer textos integrais de algumas destas peças. Pág. 5

Quinta-feira, dia 17, o operário Jesus Paredes Soto (preso desde 1974) será julgado pela 1ª Auditoria do Exército no Rio de Janeiro e corre o risco de ser condenado à pena de morte ou prisão perpétua. Em situação semelhante, será também julgada a socióloga Sônia Eliana Lafoz hoje exilada e eleita vereadora em Villeteuse, na França. Ambos são acusados de participação no sequestro do embaixador da Alemanha no Brasil, Ehrenfried Von Holleben, em junho de 1970, embora inexista qualquer prova contra eles, a não ser depoimentos alheios arrancados sob torturas, conforme consta dos autos do processo. O IPM sobre o sequestro foi chefiado pelo general Hugo Abreu, atual articulador da Frente Nacional de Redemocratização. Exclusivo: uma defesa política de Paredes Soto e um depoimento seu sobre as condições de trabalho na Crysler, onde foi funileiro até o momento da prisão. Págs. 6 e 7.

Expulsão de secundarista dá greve em Porto Alegre

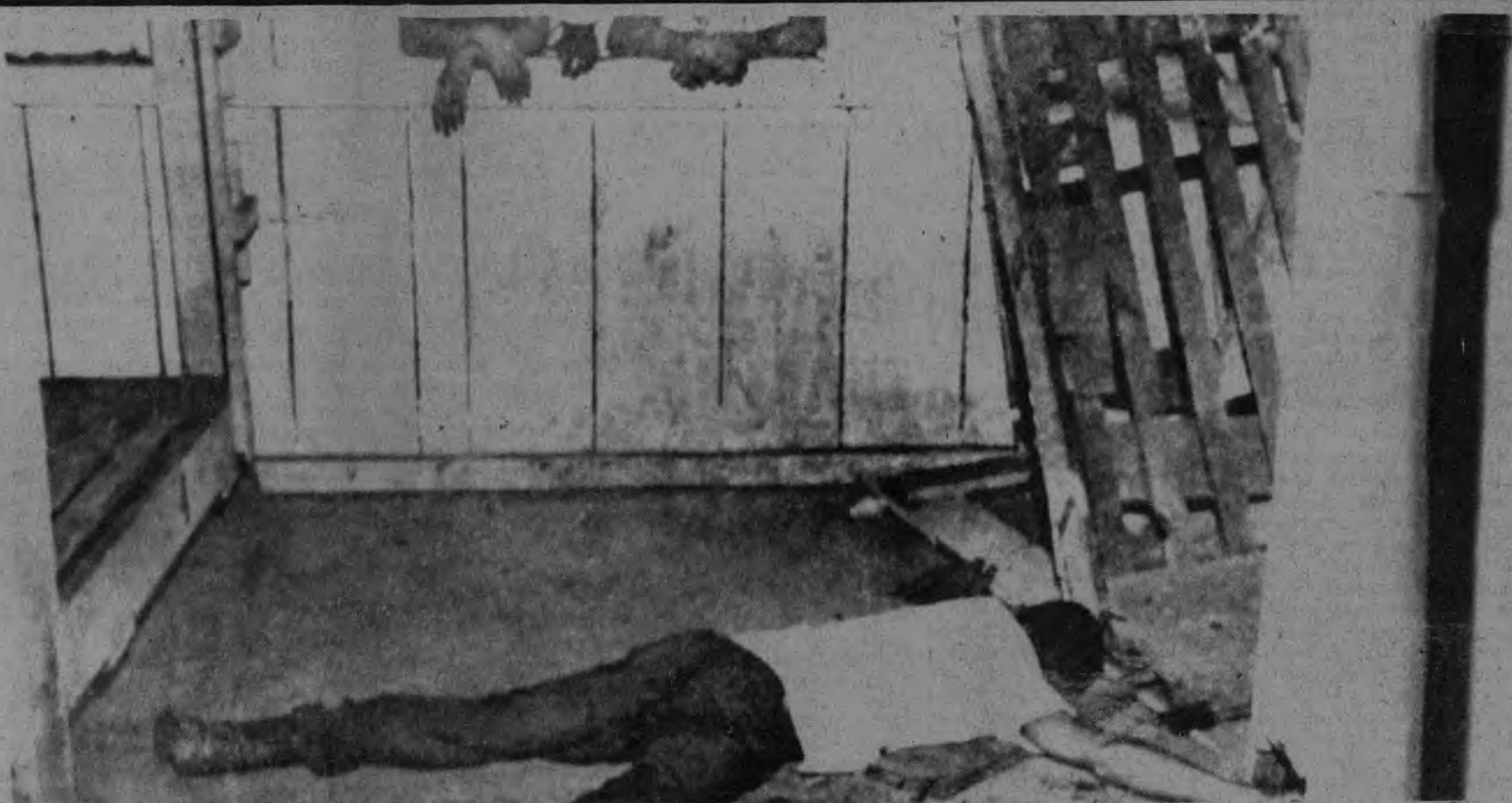
Em Porto Alegre, a expulsão do estudante Flávio Eduardo, o "Caco", do tradicional Colégio Júlio de Castilho, foi respondida com greve, trazendo à cena o movimento secundarista. Terça-feira, cerca de 500 alunos paralisaram as aulas. No dia seguinte, o turno da manhã parou por completo, cerca de 1500

alunos, e o movimento se manteve no turno da tarde. "Não somos matões de aula", "Queremos greve e a volta do Caco", eram os slogans dos secundaristas das comissões formadas para correr as salas de aula. (Pág. 8)



A nova lei antigreve vai pegar?

Para conter o surto grevista que começou na indústria automobilística de São Bernardo no dia 12 de maio, o general Ernesto Geisel baixou o decreto 1632, proibindo qualquer tipo de paralisação ou operação-tartaruga nos setores considerados essenciais à segurança nacional. Seus porta-vozes dizem que trata-se de "abertura política", mas muitos sindicatos não caíram nessa e contestam a nova legislação. Ainda na pág. 3, as eleições metalúrgicas estão dando o que falar. Em São Paulo, a Oposição Sindical começa fazer um balanço da sua atuação no pleito recente. Em Belo Horizonte e Contagem, os resultados acabam de ser divulgados. Ainda deu pelego na cabeça.



Chacina de trabalhadores de Ipatinga, em 1963 (fotos e fatos) — Pág. 12

Luta interna no Vaticano

(... o galho não é apenas saber quem será o sucessor de Paulo VI) — Pág. 9

MDB: as tramas convencionais.

(no Rio, os cortes de Chagas; em Minas, candidatos "debaixo do balaio") — Pág. 4

Os equívocos da carta de Curitiba

Na penúltima edição, publicamos uma carta do Conselho Regional da Sucursal de Curitiba ao Conselho Editorial e Administrativo do jornal EM TEMPO/Editora Aparte, sobre episódios da vida interna da empresa. Publicamos agora resposta da Diretoria da Editora Aparte/jornal EM TEMPO.

Quando recebemos a carta do Conselho Regional da Sucursal de Curitiba, em primeiro lugar, causou-nos surpresa a desinformação sobre as medidas que o Conselho Editorial e Administrativo da Editora Aparte, CEA, havia tomado em sua última reunião. Tanto assim, que optamos num primeiro momento por tentar esclarecer os companheiros dessas medidas e chegamos mesmo a enviar o presidente da empresa a Curitiba para, pessoalmente, demonstrar os equívocos gritantes que a carta contém.

Estes equívocos são:

1) Ao contrário do que diz a carta de Curitiba, não houve a demissão de toda a editoria de Cultura (veja a carta). De acordo com a própria ata da reunião do CEA, apenas um dos três editores foi destituído de seu cargo. Além disso, o CEA resolveu encerrar a experiência de editoria triplíce, isto é, a condução da editoria por três pessoas, como vinha ocorrendo desde os primeiros momentos do jornal, em caráter experimental. Para dirigir a Editoria de Cultura,

em caráter interino, o CEA convidou um dos três antigos editores e decidiu abrir um debate nacional sobre a experiência da Editoria de Cultura, para melhor definir a partir daí um projeto editorial na área de cultura para EM TEMPO. O antigo editor convidado recusou-se a aceitar o convite. Conforme Estatutos da Editora Aparte, aprovados em assembleias gerais da empresa, compete ao CEA deliberar sobre questões desta natureza. As decisões tomadas não foram por unanimidade dos 17 votantes do CEA; houve divergências políticas quanto a est encampamento, o que é absolutamente salutar numa Frente Jornalística que coloca a democracia interna como questão de princípio.

A frente de redemocratização

2) A carta associa a "demissão de toda a editoria de Cultura" à ausência de um "claro posicionamento político do jornal EM TEMPO quanto à Frente Nacional de Redemocratização. Diz que "na reu-

nião, o CEA resolveu deixar em aberto a posição do nosso jornal quanto à FNR". E tenta ligar ainda a "intervenção" na Editoria de Cultura ao fato de um editor ter escrito uma carta à Editoria Nacional, "criticando sua posição ambígua quanto à Frente Nacional de Redemocratização".

Ora, isso não traduz a verdade dos fatos. Antes mesmo da reunião do CEA e da redação da Carta de Curitiba, o jornal EM TEMPO já havia publicado várias matérias opinativas criticando a Frente Nacional de Redemocratização: "MDB engole Chagas para entrar na Frente" (Carlos Alberto de Almeida); "O passe de mágica da Frente Ampla" (Tibério Canuto); "As viúvas da exceção" (entrevista com o deputado João Cunha, do MDB); "Os cristãos novos da democracia" (Eduardo Fernandes); "A Frente Ampla de Quatro Estrelas" (Pedro Parreiras); além de vários cartuns e duas cartas, "Exagerando aliados no campo inimigo", da própria Sucursal de Curitiba; e "Não cabe à Oposição entrar nesta Frente", de Luiz Nadai.

Na mesma reunião, o CEA definiu-se explicitamente com relação ao assunto da Frente Nacional de Redemocratização fixando uma resolução editorial (também sem unanimidade de votos), cujas linhas centrais são as seguintes:

a) Centrar foco de nossa intervenção contra a saída Figueiredo e as reformas de Portela Combatê-las desmascará-las, dando consequência ao cumprimento de nosso programa: transferência das decisões políticas para as massas, fim da opressão;

b) Centrar nossa crítica em relação à Frente Nacional de Redemocratização, nos seus limites e não

em sua existência enquanto tal, demonstrando quais são esses limites e o que seria o interesse das classes populares em cada conjuntura. Cobrar coerência da frente em relação ao próprio discurso que ela faz: "democracia, já", "fim do A15", "diretas e livres", "Constituinte" etc. "Constituinte" c) Propagandar e subsidiar as lutas democráticas do setor oposicionista que evidenciem os limites da Frente, no sentido de forçá-la a se radicalizar perante as reformas de Portela, e cobrar coerência dessa radicalização. Embora elitista, a Frente precisa se legitimar não só entre frações da classe dominante. Distinguir-se das Reformas de Portela exige o seu apelo mais radical, ainda que a Frente não absorva e nem tenha interesse em absorver dentro de si setores oposicionistas mais consequentes. O importante para nós é distinguir precisamente quais as diferenças entre as saídas burguesas e como explorá-las em proveito das classes populares.

Portanto, é falsa a ligação entre o episódio da destituição de um editor com a alegada ausência de posição do jornal com relação à Frente de Redemocratização.

Liberdades democráticas

Finalmente, a Diretoria do jornal lembra os companheiros de Curitiba que quando tentarem apresentar uma versão "resumida" do programa do jornal, como fizeram a certa altura na sua Carta, não emitem um aspecto decisivo do nosso projeto: as liberdades democráticas. Sobre a perspectiva de conquistar as liberdades democráticas, vistas sob a ótica dos tra-

Aparte

Cartas, críticas, sugestões, apartes, etc., para: rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros, São Paulo - CEP: 05415. A redação (por motivo de espaço) se reserva o direito de publicar apenas trechos dos textos recebidos. Mas solicita que os correspondentes façam um esforço para não ultrapassar 50 linhas de texto datilografado, na base de 70 toques por linha. E mais: solicita-se que os correspondentes deem seus nomes e endereços completos.

balhadores, é que foi construída a nossa Frente Jornalística. Todos os acionistas, órgãos e sucursais do jornal EM TEMPO e da Editora Aparte têm o compromisso de, ao propagandar nosso projeto jornalístico, colocar esta questão de modo claro e inequívoco.

Assim, onde os companheiros de Curitiba escreveram: "...o papel do jornal, segundo o projeto, pode resumir-se em dois pontos básicos: 1) subsidiar, do ponto de vista dos trabalhadores, o desenvolvimento e a articulação das forças sociais empenhadas na luta contra o regime arbitrário; 2) contribuir para que dentro da oposição ao regime, predominem as forças mais consequentes".

É preciso que lembremos que o programa básico do jornal diz: "O papel reservado ao jornal se consubstancia em dois aspectos: subsidiar o desenvolvimento e a articulação das forças sociais empenhadas na luta contra o regime autoritário e naturalmente contra suas bases de sustentação, opondo-lhes a alternativa das lutas por liberdades democráticas; contri-

buir, no universo da oposição, para o predomínio daquelas forças mais consequentes, assim definidas pela capacidade que tenham em conduzir até o fim a luta pela democracia, perspectiva que exige desde logo a defesa da livre organização e expressão dos trabalhadores". (grifos no original).

Diretoria da Editora Aparte
Jornal EM TEMPO - Tibério Canuto, Robinson Ayres, Antonio de Pádua Prado Jr., Jorge Baptista, Flaminio Fantini.

CRÔNICAS DA VIDA OPERÁRIA

Finalista do "Prêmio Casa das Américas 1978, em Cuba e apresentado por Fernando Moraes. O livro de Roniwalter Jatobá vai ser lançado na bienal do livro (Ibirapuera) no dia 15 de agosto às 10:00hs.

SOLIDARIEDADE CONTRA O TERROR DE DIREITA

Segue a publicação das manifestações de apoio que o jornal EM TEMPO vem recebendo, em virtude dos atentados que sofreram suas sucursais de Belo Horizonte e Curitiba, atacadas por comandos para militares intitulados GAC, MAC e CCC.

O "pacote" das reformas se desmascara é no dia-a-dia

"Voltaremos. A volta será pior. Estamos vivos".

Com estas pichações o GAC (Grupo Anti-Comunista) e o MAC (Movimento Anti-Comunista) invadiram a sucursal do jornal EM Tempo em BH. Roubando um mineiro, uma calculadora eletrônica, talões de cheques e fichas de assinantes. Dois dias antes a mesma coisa ocorria em Curitiba. O CCC (Comando de Caça Aos Comunistas - Ala dos 233) se responsabilizava pela invasão da sucursal do mesmo jornal naquela cidade. GAC telefona ao jornal De Fato, hoje, informando que ele será o próximo. Há aproximadamente dez dias, seis pessoas foram presas em Brasília, sem acusação explícita. E todos já sabem do "caso Cajá". Há quase três meses preso, com acusações montadas na base da tortura, esperando resultado do julgamento que será em janeiro.

Este é o quadro geral das coisas que acontecem ultimamente no "país das reformas".

Enquanto o governo concede liberdade à imprensa escrita, organismos paramilitares invadem sedes da imprensa independente. Pessoas continuam sendo presas sem nenhuma acusação, brutalmente torturadas, e o sr. Portela responde que o habeas-corpus chegou.

A proliferação de atentados clandestinos ocorre no momento em que as lutas e reivindicações por liberdades democráticas e pela melhoria das condições de vida ganham maior expressão nacional. A oposição ao regime se fortalece e os anseios pela democracia abrangem os mais variados setores da população brasileira. Enquanto o governo, pressionado, promete aberturas, os grupos de ultra-direita recorrem aos atentados paramilitares para tentar deter esse processo.

No dia-a-dia, as reformas políticas se desmascaram e colocam para nós a necessidade da luta por uma transformação real da sociedade.

Contra o GAC, o MAC, o CCC, a AAB e demais órgãos paramilitares. Pelas liberdades democráticas.

Belo Horizonte, 29 de julho de 1978
Em Minas, assinaram esta nota os seguintes:

Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais
Federação Mineira de Cine Clubes
Associação dos Artistas de Teatro e Espetáculos de Diversão do Estado de Minas
Movimento Feminino Pela Anistia
Associação dos Professores Universitários
União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Belo Horizonte
Grupo Mineiro de Desenho
Sindicato das Assistentes Sociais de MG
Centro Mineiro de Cultura Popular
Diretório Central dos Estudantes da Universidade Católica de MG

Diretórios Acadêmicos da UFMG e UCMG
Jornais: Versus, Movimento, De Fato

O terrorismo de direita presta um grande serviço ao governo

"Em primeiro lugar, é bom lembrar que a única diferença que existe entre os órgãos de segurança e as organizações clandestinas é que os primeiros aparecem formalmente como órgãos do Estado, mas as ações são igualmente ilegais: sequestros, torturas, suicídio, atropelamento."

Esse foi o comentário inicial do jornalista Márcio Bueno, chefe da sucursal carioca do semanário MOVIMENTO, ao receber a notícia da invasão ocorrida em nossa sucursal de Minas Gerais, três dias depois da depredação em Curitiba. E disse mais:

- Quanto à possível ligação entre eles (órgãos do Estado e terroristas), os únicos que ainda duvidam, entre os 110 milhões de brasileiros, são apenas os seus governantes. Eu cito o exemplo de um jornalista que colaborou conosco: depois de duas semanas de telefonemas anônimos, ameaçando-o e à sua família, foi chamado para depor no DPDS, onde também recebeu uma série de "conselhos"...

O jornal Movimento, através de Márcio, expressou a sua solidariedade aos colegas do EM TEMPO e afirmou que "o caso da sucursal de vocês também é um fato revelador, pois em Curitiba, as inscrições nas paredes registram efetivamente a intimidade entre uma organização clandestina e os elementos dos órgãos de segurança que vocês denunciaram: CCC - ALA DOS 233".

"Geralmente, a ação das organizações clandestinas de direita presta um grande serviço ao governo, quando este está interessado em aumentar sua dose de manobras políticas. Elas fazem o mesmo serviço dos órgãos de repressão e não causam o mesmo desgaste, pois, aparentemente, estão fora do controle do governo. No entanto, se o governo nada tivesse realmente a ver com as ações clandestinas e ilegais e se estivesse interessado numa abertura política, teria que mudar radicalmente o tratamento que tem dispensado aos torturadores: terá que julgá-los, puni-los e não promovê-los ou condecorá-los, como tem feito até hoje."

Cine-clubes no Nordeste condenam "prática repressiva e violenta"

"Os cineclubes presentes à VII Jornada de Cineclubes do Nordeste, que se realiza em Cachoeira (Bahia), vêm através desta nota, manifestar sua solidariedade ao jornal EM TEMPO, representante da imprensa independente que foi vítima, recentemente, de atentados terroristas e violentos que têm como responsável o CCC, organização paramilitar que invadiu e depredou as suas sucursais de Belo Horizonte e Curitiba.

Diante deste acontecimento, os Cineclubes do Nordeste não podem deixar de manifestar seu repúdio à prática repressiva e violenta daqueles que, empenhados na manutenção do arbítrio no País, vêm perseguindo e reprimindo os brasileiros que hoje lutam pela democracia e pela liberdade."

Cachoeira, 30 de julho de 1978
Cineclubes presentes à VII Jornada de Cineclubes do Nordeste.

É preciso exigir punição para os torturadores e o fim da repressão



Companheiros, Manifesto "o meu mais veemente repúdio aos atentados a que foram vítimas as sucursais de Curitiba e Belo Horizonte do jornal EM TEMPO por parte de organizações paramilitares de direita GAC, MAC e CCC. Ao tempo em que reafirmo a minha solidariedade a todo o corpo de funcionários e colaboradores do EM TEMPO, reafirmo também a minha convicção de que este jornal não se intimidará e continuará a denunciar as torturas e os torturadores, seguindo a mesma trilha corajosa que lhe levou a estampar nas suas páginas a denúncia de 233 policiais e militares envolvidos em práticas de torturas. Fatos como a invasão das sucursais de Curitiba e Belo Horizonte atestam a impunidade das organizações terroristas de direita e mostram a necessidade de se exigir a punição para os torturadores e o fim dos aparelhos repressivos responsáveis pela institucionalização da tortura."

Fraternalmente,
Ailton Soares
Deputado Federal, MDB-SP

O cinismo oficial mascara estas atitudes de violência



"Nossa solidariedade a vocês que como todo o povo brasileiro têm sido vítimas do cinismo oficial que nesta fase da vida política procura ainda mascarar as atitudes de violência cometidas atribuindo-as a grupos que estariam fora do controle das autoridades constituídas. A existência de torturas e atos terroristas é do conhecimento público nacional e seus autores também. A falta de atitude dos que hoje detêm o poder permite a todos concluir que: ou tais crimes foram cometidos por ordem de quem deveria evitá-los ou que pelo menos gozem de seu beneplácito."

O crime cometido pelos que dão ordens é tão grande ou maior do que o praticado por quem as cumpre."

Deputado federal João Cunha, MDB SP

Os atentados mostram a agonia e o desespero do regime militar

"Diante das recentes agressões praticadas por grupos terroristas de direita às sucursais do semanário EM Tempo em Belo Horizonte e Curitiba, nós, jornalistas de O Trabalho, manifestamos nosso mais profundo repúdio a estas invasões, que são tentativas de intimidar a imprensa independente que combate o regime militar brasileiro."

Também nos solidarizamos com os compa-

nhoeiros de Em Tempo, pois sua luta também é nossa, e por considerarmos qualquer agressão a um órgão independente como uma agressão a todos aqueles que discordam do atual estado de coisas.

Publicando corajosamente o "listão" de 233 torturadores até hoje impunes, assim como os grupos de direita e seus atentados Em Tempo contribui indubitavelmente na luta pelas liberdades democráticas no Brasil, que só se realizará com o total desmantelamento do aparato repressivo e com a punição a todos os torturadores que mataram, mutilaram e inutilizaram milhares de brasileiros.

Atentados como os perpetrados às sucursais de Em Tempo só demonstram a agonia e o desespero do regime, que tem de se valer de ações clandestinas para amedrontar seus opositores. Não devemos, contudo, recuar diante dessas agressões, e sim manifestar nosso mais violento protesto, prosseguindo sem tréguas na luta pelas liberdades democráticas."

Redação do Jornal O TRABALHO

MFPA cearense rejeita promessas de "abertura política"

"Fatos recentes em nosso país têm revelado a continuidade do regime de opressão e do arbítrio onde não há possibilidade das garantias individuais e onde são cerceadas as tentativas de organização e de livre expressão do pensamento."

São exemplos destes fatos: - as torturas sofridas pelo estudante Cajá - membro da Comissão de Justiça e Paz de Recife - e as acusações desencadeadas sobre a Igreja daquele Estado que firmemente tem se colocado ao lado dos injustiçados.

- as prisões em Brasília e Recife, de estudantes e profissionais liberais sob o pretexto de estarem desenvolvendo atividades subversivas.

- as invasões do jornal EM TEMPO numa medida terrorista de impedir o livre funcionamento da imprensa independente que tem se firmado na defesa da causa democrática.

- o plano de sequestro do advogado Wanderley Caixe do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba e de um sacerdote comprometido com a causa dos agricultores. O referido plano foi denunciado por D. José Maria Pires que tomou a seguinte posição: "Reafirmamos toda a nossa solidariedade às pessoas ameaçadas e à causa que elas defendem. Qualquer atentado contra sua integridade física ou moral é um ataque direto à Igreja da Paraíba". (J.B. 26/7/78).

- atentados de várias naturezas contra membros do MFPA de Belo Horizonte que vêm cumprindo um papel importante da Defesa dos Direitos Humanos e na luta pela Anistia naquele Estado.

- a ameaça de processo contra Dra. Wanda Othon Sidou, advogada de defesa no julgamento de José Duarte (acusado de reorganização do PC do B no Ceará) e que a pedido do reu havia acrescentado nas alegações escritas de defesa uma carta em que ele se dirigia a seus julgadores e que foi considerada "criminoso" por parte dos Juizes Militares da 10ª Circunscrição Judiciária Militar". O Conselho Permanente da Justiça para o Exército mandou desentranhar as peças dos autos para enviá-las ao Ministério Público Militar que decidirá sobre os rumos do novo processo.

O MFPA - núcleo Ceará - no esforço continuado de ampliar a luta na defesa dos direitos humanos, por justiça e liberdade em nosso país, vem denunciar estes fatos ao mesmo tempo em que se solidariza com todos as entidades, movimentos e pessoas atingidas nos seus

direitos básicos de organização, expressão e do livre exercício profissional.

Afirmamos outrossim que tais fatos vêm desmascarar as promessas de abertura política anunciadas no projeto de reformas do Governo Federal, enquanto fortalecem a nossa convicção de que só com Anistia Geral e Irrestrita formaremos as bases concretas para a eliminação dos erros e dos crimes cometidos contra os direitos humanos e o estabelecimento de uma autêntica Democracia em nosso país.

Neste sentido reafirmamos o nosso apoio à luta:

- em defesa dos direitos humanos
- por liberdades democráticas
- por Anistia ampla, geral e irrestrita
- por uma Assembleia Constituinte, Livre e Soberana

Fortaleza, 27 de julho de 1978

Nildes Alencar Lima
Movimento Feminino Pela Anistia, Núcleo do Ceará

O CCC é o embrião de uma das mais danosas formas de terrorismo

"O CCC de hoje é o embrião de uma das mais danosas formas de terrorismo político de direita. Atuam acobertados pelos órgãos de repressão, atacando a oposição. Quando EM TEMPO denuncia a extensão das barbaridades cometidas pelo regime autoritário, eles reagem. Por isso é preciso defender EM TEMPO hoje e lutar para que junto com o fim do regime militar, seja possível punir a extrema-direita que campeia solta sem ser molestada pelas autoridades."

Geraldo Siqueira Filho. (Candidato a deputado estadual pelo MDB SP)

Só o poder ao povo garantirá segurança a cada um de nós

"Muitos são defensores, hoje, da democracia" neste país. Os próprios governantes, seu partido consentido, dissidências deste partido, militares da cúpula e "setores democráticos" dizem-na necessária. Mas, o que acontece quando operários, bancários, estudantes, professores, jornalistas e demais setores populares lutam para conquistar efetivamente a liberdade de manifestar-se e organizar-se independentemente? A repressão se revela: os aparatos militares e paramilitares que se dizem defensores da segurança nacional, invadem jornais (sucursais de Em Tempo, em Curitiba e Belo Horizonte, cursal de Versus em Brasília), prendem, torturam e mantêm incommunicáveis representantes daqueles diversas categorias, como o ocorrido mais recentemente em Brasília (6 companheiros, alguns da Convergência Socialista) e em Recife (Cajá).

Nesse sentido, nós, Professores da rede particular, em Assembleia realizada no dia 6 de agosto de 1978, vimos manifestar o nosso repúdio a todas as atitudes e atos repressivos do regime e, como integrantes do CBA-São Paulo, damos apoio aos atos públicos realizados por esta entidade e pelo jornal Em Tempo.

Por outro lado, solidarizamos-nos junto a todos os setores que hoje, como nós, procuram lutar de forma organizada por: Melhores condições de vida e trabalho; fim da censura política e econômica ao trabalho artístico, jornalístico, cultural e científico; anistia ampla, geral e irrestrita a todos os presos e perseguidos políticos."

MOVIMENTO PRÓ - CHAPA DE POSIÇÃO NO SINDICATO ÚNICO DOS PROFESSORES DA REDE PARTICULAR



(1) fotografia, no álbum de família.

O fotógrafo José Isabel Nascimento preparava-se para bater o segundo filme da "Chacina da Usiminas", como ficou conhecido o massacre de dezenas de operários grevistas na cidade mineira de Ipatinga, em outubro de 1963. Um soldado viu José e disparou o fuzil. Ele caiu com a marmitta e a máquina, no meio do piquete e das tropas da Polícia Militar de Minas Gerais. Morreu dez dias depois no hospital. Quinze anos passados, sua viúva ainda guarda junto com jornais e revistas, as fotos do episódio, batidas no primeiro filme de José. Em março, no nº 5, "Em Tempo" publicou uma reportagem sobre o massacre. Agora, reproduções das cenas da fuzilaria.

CENAS DO MASSACRE DE IPATINGA

Reportagem de João Batista dos Mares Guia

José Isabel Nascimento morreu no dia 17 de outubro de 1963, dez dias após a fuzilaria que a PMMG fez contra os operários da Usiminas e das empreiteiras que tinham entrado em greve geral de protesto contra a violência policial que contra eles se praticava dentro da fábrica e na localidade de Ipatinga, onde residiam.

José Nascimento era fotógrafo amador. Na manhã do dia 7 de outubro de 1963, quando aconteceu a Chacina da Usiminas, ele estava junto com os operários grevistas no piquete de greve organizado em frente à portaria principal de acesso à Usina. Fotografou o soldado que portava a metralhadora de tripé e que de cima da carroceria, momentos antes da chacina se iniciar "acariciava a metralhadora e sorria para os operários", conforme depoimento do soldado Pedro Gouveia, que hoje trabalha em Contagem.

José Nascimento "teve tempo de bater um filme inteirinho. Tirou o

filme da máquina e pôs outro. Quando ia bater a primeira foto do outro filme, um soldado viu, e deu um tiro de fuzil nele. Ele estava em cima de um pau. Fez duas operações. Morreu no hospital Santa Teresinha, em Coronel Fabriciano". Esse depoimento é da viúva de José, dona Geralda Aguiar Nascimento. Em sua casa, lá mesmo em Coronel Fabriciano, na rua 13 de Maio, 31, ela guarda todos os jornais da época.

"José caiu baleado com a marmitta e a máquina. Os operários da Fichet, empreiteira da Usiminas, fizeram uma vaquinha pra meu sustento depois que o José morreu. A Usiminas deu mantimento durante três meses. Hoje recebo Cr\$ 1.870,00 do INPS. Tenho 5 filhos e 1 deles é casado. Trabalho no grupo escolar pra poder sustentar a família. Ganho Cr\$ 900,00.

Ela aponta para a filha Luciana e diz: "essa aí não conheceu o pai. Ela nasceu em dezembro de 1963".

No dia seguinte, tinha peça de sangue pra todo lado.

Pedro Gouveia hoje é soldador e trabalha em Contagem. Ele estava no piquete da greve, em frente à Usiminas, na hora da chacina. Recentemente, leu a reportagem do EM TEMPO sobre o assunto e procurou a sucursal de Belo Horizonte. "Gostei muito - ele disse. Só faltou uma coisa. É que a reportagem não fala da reação dos operários. É muito importante lembrar dos operários contra a PM". Eis seu relato:

"Começou a briga entre vigilante da Usina e operário. A PM chegou no acampamento Chicago British desce o cacetete. Isso depois de ter espancado operário na porta da Usina. Entraram quebrando armário, tudo. A PM quebrou o Chicago British todo. Era um acampamento feito pra operário de empreiteira e ficou pra Usiminas. Era de teto de zinco. A PM pôs o pessoal no chão, na chuva, de boca pra terra, e cobria o pau. Eles riscavam as costas dos operários com as esporas.

Levaram tudo pra Delegacia, em caminhão da Usiminas, fornecido pelo engenheiro Gil Guatimozin. A turma do acampamento Santa Mônica via aquilo e se mobilizou, reagindo. Um operário que ficou famoso, e que depois das coisas de 64 foi muito caçado pela polícia, tinha uma corne-

ta. Tocou a corneta e reunia os operários.

Foi feita uma barricada. Alguns operários tinham armas de verdade. Na briga com a PM, eles garantiram a coisa. Tanto é que a PM recuou. Mataram um cavalo da PM com tiro de garrucha. Daí, eles desceram pra ponta da usina, já em greve.

Na hora da chacina, nuem morreu foi porque saiu correndo, em pé, levando tiro pelas costas. Pra se ter uma idéia do tempo que demorou a matança, basta dizer que deu tempo de sair ambulância de Coronel Fabriciano e chegar até o lugar, e a balaceira continuava. Metralharam a ambulância toda. Por sorte ela era de aço. No outro dia tinha poça de sangue pra todo lado".



Exibindo os ferimentos.



Após a chacina, operários queimam caminhão da Usiminas.



A metralhadora de tripé.



Invasão do alojamento dos operários da Usiminas.



Roupa ensanguentada. O caminhão arde atrás.



Sobre a mesa do engenheiro Gil Guatimozin, empresário da Usiminas.

Soldado que participou da fuzilaria revela:

"Bebemos cachaça com pólvora, para dar valentia e braveza".

Ex-soldado da Polícia Militar de Minas, expulso por ter participado da chacina no dia 7 de outubro de 1963, conta como é que os soldados fizeram "aquela violência brava de atirar em operários": "ninguém entendia nada do que estava acontecendo, então não fazia diferença. Era uma revolução, greve, essas coisas, chegamos lá num caminhão carregando uma metralhadora de tripé". Seu depoimento:

"Meu nome não falo porque eles buscam a gente. Fiz aquilo tudo mandado. Aquela revolução dos operários da Usiminas foi numa noite e continuou pelo dia seguinte, até que eles cercaram a gente e nós ficamos no alto de um morro, passando dois dias de fome. Na tal noite - (6 de outubro de 1963) - lá no quartel da cavalaria montada de Coronel Fabriciano nos soldados ficamos sabendo que os operários queriam quebrar a usina toda. Fomos lá para Ipatinga, que ainda não era cidade. Era uma espécie de treino de guerra. Rodiamos um morro até chegar por trás do alojamento dos operários, no acampamento Santa Mônica. O acampamento ficava numa bania, e nós cá em cima. Até trincheira o tenente Jurandir Gomes Carvalho mandou os soldados escavar. Só sei dizer que tiro nessa noite soldado não deu não. Mas, o tenente Pedro Gomes passou uma notícia por rádio para o tenente Jurandir, que estava no alto do morro. Ai, de lá de onde estava o tenente Jurandir foi jogada uma Lurdinha, uma granada de mão, daquelas de arran-

car o pino com a boca de atirar. Ela explodiu dentro do acampamento, arrebentou porta e janela, muito estrago, mas não matou ninguém.

Madrugada afora os soldados receberam cachaça com pólvora. Foi um cabo que andou distribuindo. Não sei mais o nome dele. Isso dá uma violência brava na gente. Cachaça com pólvora deixa a gente com uma valentia e braveza. Sei que era pólvora pelo cheiro. Soldado bebeu. E mandado, não tem jeito. Ninguém também entendia nada do que estava acontecendo, então não fazia diferença. Sei que quando foi de manhã, lá na porta do escritório central da Usiminas tinha muito operário reunido. Era uma revolução, greve essas coisas, chegamos lá num caminhão carregando uma metralhadora de tripé. Soldado tinha era revólver 45 e fuzil. O tenente Jurandir era o único que tinha granada, parece que duas. A gente é que carregava o caminhão e sabia direitinho de tudo que tinha. Naquele tempo não tinha essas bombas de gás. Hoje em dia isso não vale nada.

Antes era briga de morte. Lá naquela revolução dos operários da Usiminas o que sei dizer, porque depois soldado comentou com soldado e foi muito comentado que o Gil Guatimozin é que mandou jogar a granada e abrir fogo em cima dos operários. Não posso garantir. Sei também que depois dos tiros vi mais de 30 operários mortos, e o Gil Guatimozin teve de ficar escondido e depois escapou pelos matos porque os operários queriam acabar com ele. Na hora lá de começar os tiros eu sabia que o meu cunhado estava no meio daquela greve. A coisa toda começou quando o Tenente Jurandir, de cima do caminhão deu ordem de fogo. De cima do caminhão atiraram uma granada. A granada caiu perto de uma mulher grávida. Explodiu e partiu a mulher da barriga pra cima. Furou ela, não separou não. Morreu na hora. Ai nos atiramos com fuzil e revólver 45. Operários não deram tiros mas atiraram muita pedra. Teve soldado machucado. Não sei mais quanto tempo durou aquilo tudo. Mas não foi pouco não. Foi bem tempo.

Acabou aquilo, então nós fugimos no caminhão. Daí é que veio o cerco não entrava comida. Dois dias lá em cima do morro, até que chegou o reforço. Lá em cima o tenente Jurandir não falou nada com soldado.

Depois nós fomos presos lá para o quartel do 6º Batalhão de Caçadores mineiros de Governador Valadares, no Bairro São Raimundo. Era um quartel novo. Soldado ficou preso de um lado e oficial de outro. Nisso, um dia lá chega uma tropa do exército e levou todo mundo preso para um quartel do exército lá em Vitória, Espírito Santo. Ficamos presos. Ninguém nunca conversou conosco. Não teve processo, inquérito, nada disso. Todos os soldados foram expulsos. Aquilo foi um emburramento danado. Oficial não teve expulsão. Arrumaram lá um arranjo entre eles. Teve um soldado que quis entrar na justiça pra reclamar não sei que coisa. Depois disso nunca mais um ficou sabendo do outro. Cada um anda aí por esses rumos afora. Eu fui trabalhar na Construção civil. Os outros, nem tenho notícia."



Eliana Martins, de 3 meses, baleada no colo da mãe.



A mãe de Eliana.

Na época da chacina o Coronel José Geraldo de Oliveira, comandante da Polícia Militar de Minas Gerais, apoiou um movimento de solidariedade que os tenentes da PM iniciaram em apoio aos seus colegas tenentes, envolvidos na chacina. A PM abriu um inquérito, na época presidido pelo Major Silveiro Sousa, depois coronel, hoje aposentado. Se os soldados foram expulsos, no entanto não foi isso que aconteceu com o Tenente Jurandir Gomes de Carvalho. O tenente de cavalaria montada hoje é major, e membro da Diretoria do Clube da Polícia Militar de Minas Gerais.

O inquérito de fato não teve conclusão. Inclusive não seria mesmo possível porque as armas usadas na chacina simplesmente desapareceram. As armas que vieram para inspeção não correspondiam às balas examinadas pela inspeção de balística. Conclusão do inquérito: "culpa sem dono".

EM TEMPO!

CULTURA

Souza Lobbo

Souza Lobbo

Grças a Deus estamos de volta, e aqui no Jornal dos Bairros onde estreamos hoje, e com muita alegria, pela oportunidade que nos foi oferecida; a de chegar até você, de uma forma muito especial, para falarmos de cultura, que é nossa preocupação constante. E a partir de hoje através desta coluna, que será uma grande força, no sentido de lhes informar, todo um trabalho bonito, dentro do processo de um trabalho grandioso que os grupos culturais de Ipatinga estão realizando. Estamos nos levantando de vez, nos organizando, criando uma associação de grupos culturais pois Ipatinga merece e Ipatinga precisa, o povo de Ipatinga merece. Aqui sempre foi um grande seleiro de arte, e a cada dia vemos surgir outros grandes valores, gente como Darci Mônico, Zélia Olguin Eliane, Valter Brink e muitos outros, que estão na luta há muito tempo. E fica aqui o convite a você, para que se junte a nós, pela nossa causa e por Ipatinga. A cidade que tanto amamos. Um bom dia.

Ballet

O ballet da Academia Olguin, sob a direção da grande professora D. Zélia, já está preparando seu tradicional espetáculo de fim de ano, envolvendo todos os alunos da escola de ballet. Os ensaios já estão em ritmo acelerado principalmente o do ballet infantil. Ainda sem data prevista para o espetáculo, que deverá acontecer entre final de novembro e início de dezembro. Até lá.

Exposição de Orquídeas

A SOIPA - Sociedade Orquidófila de Ipatinga estará realizando no dia 9 de outubro, no hall da Prefeitura Municipal de Ipatinga, no horário de 9:00 às 16:00 horas, a sua V Exposição

GRUPO DE PESQUISA TEATRAL BRÍGIDA

Este grupo teatral que está surgindo em Ipatinga, está convidando aos atores amadores que queiram participar do mesmo, que procure a diretora à rua Imbuia n. 457, no Horto ou pelo telefone 821-2149 (falar com Carlinhos).

A diretora do grupo, Brígida, nos adiantou que já estão com uma peça para ser encenada brevemente, faltando apenas patrocinio e atores para integrarem o elenco.

ANO III - N. 37

de Orquídeas, com a seguinte programação:

9:00h - Recebimento de plantas a serem expostas.

9:30h - Julgamento das plantas.

10:00h - Abertura da exposição ao público, com entrada franca, e às 16:00h, encerramento da exposição.

A SOIPA informa, que durante a exposição estarão à venda mudas de orquídeas, quando os sócios estarão presentes para esclarecer dúvidas sobre o cultivo, multiplicação e combate às pragas.

A sociedade que foi criada em 3 de dezembro de 81, tem como objetivo reunir os colecionadores de orquídeas para a divulgação das técnicas de cultivo e preservação deste belo espécime do reino vegetal.

2º FEMEVA

Uma grande promoção da União da Mocidade Presbiteriana de Ipatinga com apoio da Federação de Jovens do Presbiterio Regional do Vale do Aço. Acontecerá no Cine Horto no Bairro Areal, nos dias 10/12/83 às 20h e 11/12/83 às 14h. As inscrições poderão ser feitas na Igreja Presbiteriana de Ipatinga na Av. 28 de Abril, 845, Caixa Postal 689 telefone 821-4429 e 821-4466

Doce Veneno

Muito em breve estréia em Ipatinga seu mais recente Grupo de Teatro, o Grupo Doce Veneno. A peça de estréia é a "Árvore dos Mamulengos" de Vital dos Santos, com direção de Geraldo Motta, que também atua no espetáculo. Geraldo é um excelente ator e já fez inúmeros trabalhos de teatro em Ipatinga, e agora volta na peça a Árvore dos Mamulengos. O grupo se propõe montar textos regionais que terão por tema sempre o folclore. No elenco, ainda, atuam: Laurindo Nascimento, Martha Lunna, e outros. Até lá.

NA PRÓXIMA EDIÇÃO DO JORNAL DOS BAIRROS FALAREMOS DA EVOLUÇÃO DO TEATRO EM IPATINGA.

AMEM.

O massacre de Ipatinga, 20 anos depois...

Será realizada uma concentração popular, hoje (sábado), às 17 horas, no Centro Social Urbano (Canaã) para lembrar os 20 anos, que se sucederam à chacina de trabalhadores na área da Usiminas, onde saíram dezenas de mortos e centenas de feridos. O massacre ocorreu no dia 7 de outubro de 1963 e até hoje, por omissão da empresa e de autoridades civis e militares, ninguém sabe ao certo o número de mortos.

Estarão presentes ao ato, (convocado pelo PT, sindicatos e movimentos populares do Vale do Aço) Luis Inacio da Silva (c. LULA), João Paulo Pires (Sindicato dos Met. de João Monlevade), Pe. Abdala deputados Geraldo Ribeiro, Mares Guia, Antonio Farias (estaduais), Luis Dulci e Cássio Gonçalves (federais), além de representatividades da comunidade local.

Uma nota oficial da Usiminas distribuída na tarde do dia 7 deu conta de 7 mortos e 79 feridos. Mas muitos feridos morreram depois nos hospitais da região e em suas cidades de origem. Portanto, calcula-se um número aproximado de 30 mortos. Outros dão conta de 80 a 100 mortos. O tiroteio, desferido pela Cavalaria Montada contra os operários da Usiminas durou quase 20 minutos e as rajadas de metralhadoras e fuzis foram incessantes.

A greve geral do dia 7 estourou em consequência de violências físicas sofridas por cerca de 300 operários na noite do dia 6, após desentendimentos ocorridos na portaria da Usiminas.

Na tarde do dia sete, os trabalhadores apresentaram suas reivindicações, na reunião com o secretário de Segurança, o coronel José Geraldo e o diretor da Usiminas, José Raimundo:

1 - afastamento da Polícia Militar e a vinda de tropas federais para policiar a cidade
2 - acabar com o corpo de vigilância e criar um outro como o existente na Petrobrás, retirando os próprios elementos da Usiminas.

3 - pensão para as famílias dos operários mortos na chacina do dia 7 de outubro.

4 - expulsão dos autores da chacina e um inquérito rigoroso para punir os assassinos.

O secretário Caio Mário da Silva não concordou com o primeiro item, dizendo que os operários deviam dar um crédito de confiança ao coronel José Geraldo, que ali se encontrava para a apuração dos fatos. Depois de muitos debates, os representantes dos trabalhadores concordaram com o secretário de Segurança Pública. Ainda ficou definido o seguinte:

os trabalhadores de Ipatinga vão erguer um monumento para lembrar os mortos do dia 7: "para que nossos filhos jamais esqueçam aquela triste manhã de outubro".

Os mortos, segundo a Usiminas foram os seguintes: Aides Dias de Carvalho, (Usiminas - filho de João Dias de Carvalho e Maria Motta - natural de Aimorés); Sebastião Tomé da Silva (Usiminas - filho de Geralda Cristina da Silva - natural de Guanhanes); Geraldo Rocha (Usiminas), Antônio José Reis (Convap), Alvio Ferreira Felipe (A.B. Cavalcanti), Gilson Miranda (da EBSE), Eliane Martins, (5 meses, metralhada nos braços da mãe, quando

saía do Ambulatório Médico, no escritório central).

É bom lembrar também que outros feridos morreram em hospitais, como o fotógrafo José Isabel Nascimento, único que conseguiu registrar lances importantíssimos da chacina, sendo metralhado pela polícia.

O companheiro Carlindo Marques, editor do Jornal dos Bairros, depois de cerca de dois anos de pesquisa, escreveu fi-

nalmente um livro sobre o massacre de Ipatinga, que será lançado brevemente na região e no Estado. O livro narra acontecimentos locais anteriores à criação da Usiminas, bem como a expulsão de posseiros do Vale do Rio Doce para as periferias da cidade, até a construção da grande empresa, culminando com a chacina de operários, consequência de péssimas condições de vida, trabalho e repressão policial, até o golpe de 64 e a criação do Sindipa.

PROFESSORES ELEGEM

DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO

Na reunião ocorrida no dia 03/10/83, às 17:30 h no Plenário da Câmara Municipal de Ipatinga, foi eleita a 1ª diretoria provisória com mandato até princípios de dezembro para organizar a Associação dos Profissionais de Ensino de Ipatinga.

Desde junho estão sendo realizadas sucessivas reuniões com representantes eleitos nas diversas Escolas Municipais para debates, estudos e posições da classe diante dos problemas

educacionais.

O objetivo da Associação é unir os profissionais do Ensino, procurando aprimoramento das condições de trabalho. Todo profissional do Ensino quer uma Educação melhor em Ipatinga. A classe inteira aspira por uma política DA EDUCAÇÃO. Todos sentem a necessidade de definições, posições. Todos querem trabalhar, todos querem cumprir seus deveres mas querem, no entanto, respeito e justiça para com seus

direitos.

Isto está sendo conseguido com a união da classe num trabalho lento, persistente e sobretudo com dignidade.

A primeira diretoria está formada pelos professores Tavares, Ida, Vera Xavier, Paula, Ailton, Graça Guimarães de Pinho.

Eles tem consciência que o trabalho não é fácil, mas tem certeza da resposta e da lealdade dos colegas.

Unir para construir.

Arcanjo justifica título de cidadão honorário a Carlos Cota

a Câmara Municipal de Ipatinga manifeste ao homem público, ao verdadeiro estadista mineiro, o Deputado Federal Carlos Alberto Cotta, representante do povo de nossa região do Vale do Aço, na Câmara Federal e hoje, na Secretaria de Governo do Estado, as suas mais sinceras homenagens.

Autêntico representante do povo, jamais deixou de atendê-lo, lutando sempre em prol da causa pública, sem jamais se desligar de sua gente, os ha-

bitantes do Vale do Aço, dedicando especial atenção a Ipatinga.

Sua carreira política tem sido até hoje alvo de constantes sucessos para orgulho do povo, que o fez seu legítimo representante e de toda a nossa comunidade."

O diploma referente ao título mencionado, será entregue ao homenageado em local, dia e hora a serem designados pelo Presidente da Câmara.

A Câmara Municipal de Ipatinga aprovou em reunião do dia 27 próximo passado, o Projeto de Resolução n. 05/83, que concede título de cidadão honorário ao atual Secretário de Governo do Estado, Deputado Federal Carlos Alberto Cotta.

O autor do Projeto de Resolução citado, atual presidente da Câmara, Arcanjo Evangelista Pascoal, justifica assim, esta iniciativa: "nada mais justo que

BURI

Tem tudo em 24 pagamentos sem entrada



Uma infinidade de artigos para este verão
Tudo com os melhores preços da praça
Credário aberto na hora de 1 a 24 pagtos. s/ent.

Av. 28 de abril, 240 - fone 821 2415 821 2424

Ipatinga -

JB



ESPORTES

Nagib, um incentivador



Nagib foi um homem bom, um servidor público e um dos maiores incentivadores do esporte amador. Ao recordarmos

dele, levamos a vocês, um de seus momentos de descontração e alegria, quando coordenava a charanga do Palmeiras E.C.

Vila Ipanema enfrenta o galo

Com um time tranqüilo e mais confiante na classificação, o Vila Ipanema terá que ir a Belo Horizonte no próximo dia 16, para jogar contra as meninas do Galo.

No primeiro turno do campeonato, as meninas do Vila perderam para o Galo, pelo placar de 5 x 1, num jogo muito disputado. Mas, o time mudou muito. Arranjou novos reforços e tem treinado com mais seriedade, pensando numa classificação.

Para este jogo, o técnico Adão deverá lançar a campo o mesmo time do Belô E.C. na última partida do primeiro turno.

Apesar de uma possível estréia da goleira Célia que veio de Caratinga, o técnico não parece mesmo disposto a mexer no time.

O time que enfrentará o Belô é o seguinte: Martinha (Célia), Meré, Guará, Lana e Do Carmo; Erlene, Ica e Rosângela; Mirinha, Garrinchinha e Rose.



As meninas do Vila Ipanema.

Porque o campeonato está parado?

A Liga de Desportos de Ipatinga decidiu em realizar a fase final do campeonato de Ipatinga, sem aguardar o resultado do julgamento no TJJ em Belo Horizonte.

Após ter recebido um ofício assinado pelos presidentes dos clubes que assumem, todas as consequências possíveis para a Liga (Liga de Desportos de Ipatinga), o Presidente da LDI, resolveu dar continuidade no corrente campeonato.

Consequências estas que poderão prejudicar o futebol amador de Ipatinga.

Por que o campeonato está parado?

O campeonato esta paralizado devido a um processo que foi julgado pela JJD da Liga de

Desportos de Ipatinga, no qual o time do Canaã E.C. contava em ganhar a causa. Pois, tinha como prova, a súmula do juiz Sebastião Pires e o seu depoimento. Como perdeu a causa, recorreu ao Tribunal de Justiça de Desportos o qual deverá julgar o processo esta semana que vem. Agora, desrespeitar a autoridade de um juiz de futebol é uma coisa, desrespeitar um Tribunal em nível estadual a conversa é outra.

Se o regulamento manda aguardar o julgamento, não tem o porque em dar continuidade ao campeonato.

JÚNIORS

Usipa X Vila Celeste
Jabaquara X Aciaria amanhã.

Palhoça
PALHOÇA O BARZINHO I

Palhoça, o barzinho inspiração, apresenta:
Show com Geraldo Neto e conjunto Arco-Iris. Dia 15 de outubro, às 19h, com entrada franca.
Haverá área de lazer no dia 15 e 16.
Não percam esta oportunidade de conhecer o Palhoça.
Av. Carlos Chagas, 789 - Cidade Nobre. Em frente ao Ipaminas.



ALTA MODA EM CALÇADOS E CONFECÇÕES

Credário em até 4 pagamento sem juros

Isto mesmo! Comprar a crédito, sem juros e estar na moda.

é com o DRAGÃO CENTER MODAS

Av. 28 de Abril nº 230 Ipatinga. Minas Gerais

VAREJAO QUARTZO

Variedades em conservas, cereais, bebidas, alumínio, armarinhos e artigos para presentes, pelos melhores preços. Entrega a domicílio. Distribuidor de gás.

RUA QUARTZO, 425 - FONE: 821-6752 - IGUAÇU
IPATINGA - MG

Delegado regional fixa locais de reunião

O delegado regional de Segurança Pública de Ipatinga, Walter Joviano de Aquino, enviou documento ao jornal dos bairros no qual contém os nomes e locais de praças onde pode-

rão ser realizados comícios ou manifestações públicas em Ipatinga. Atendendo à solicitação da autoridade policial publicamos abaixo o documento:

O Bel. Walter Joviano de Aquino, Delegado Regional de Segurança Pública, no uso de suas atribuições legais, na forma da lei, etc.

CONSIDERANDO a legislação federal, Lei n. 1.207, de 25 de outubro de 1950, que dispõe sobre o direito de reunião; CONSIDERANDO o Artigo 30. deste mesmo diploma legal, que dá competência específica a Autoridade Policial de maior categoria para fixar as praças destinadas a comícios;

CONSIDERANDO também o Artigo 30. da Resolução n. 5.460, de 13 de junho de 1983, firmada pelo Ministro Secretário do Estado da Segurança Pública de Minas Gerais, que determina a competência a Autoridade Policial para estabelecer as Praças Públicas, destinadas a reuniões públicas, no interior do Estado;

CONSIDERANDO que todas praças públicas são cuidadas pela Municipalidade, mas o direito de reunião, a competência é exclusiva e especificamente da Autoridade Policial, conforme Lei Federal e Resolução em vigor;

RESOLVE:

ARTIGO 10.: Em Ipatinga, ficará estabelecido os seguintes locais permitidos para reuniões públicas:

I - Praça 10. de Maio (defronte a Prefeitura);
II - Praça Parque do Ipanema;

III - Bairro Bethânia: Praça sito à esquina da Av. José Barcelos (ex-Av. 11) com Rua Montevideo (ex-Rua 09);

Parque entre as Avenidas José Cândido de Meire (ex-Av. 5), Selim José de Sales (ex-Av. Nazaré) e Rua Tóquio (ex-Av. VI);

Parque entre as Avenidas Alberto Giovannini (ex-Av. I), José Fabrício Gomes (ex-Av. IV) e Gerasa.

IV - Bairro Canaã: Praça entre a Avenida Galiléia e Rua dos Caldeus.

V - Bairro Veneza: Área entre as Ruas Blumenau, Fortaleza e Mangaratiba;

Área sito a Av. Londrina com BR-381.

VI - Bairro Iguaçu: Praça entre as Ruas Caetés, Jaspe e Quartzo.

VII - Bairro Cidade Nobre: Área entre as Ruas Joaquim

Nabuco, Robert Hooke (ex-Rua 33) e Av. Simon Bolívar.

VIII - Bairro Ideal: Área do campo de futebol, à margem do canal do Bom Jardim.

IX - Bairro Esperança: Praça entre a Av. Esperança e Rua Leandro e Magnólia.

X - Bairro Limoeiro: Área do campo de futebol do bairro;

XI - Bairro Barra Alegre: Quadra de Esportes ao lado do Grupo Escolar Caetana A. Menezes.

XII - Bairro Jardim Panorama: Área entre as Ruas Tijupa, Rubilitas e Aparais.

XIII - Bairro Cariru: Praça entre a Av. Itália e Ruas Etiópia e Iraque.

XIV - Bairro das Águas: Praça entre as Ruas 19 de Abril, 13 de Maio e 07 de Abril.

XV - Bairro Bela Vista: Praça entre as Ruas Timóteo, Inhapi, Barralunga e Coimbra.

XVI - Bairro Vila Celeste: Praça entre a Av. Luiza Nascimbene e Ruas Estorninho, Quirá e das Graças.

ARTIGO 20. - O responsável pela reunião deverá comunicar a esta Delegacia Regional, via requerimento, o motivo da reunião, indicando o dia, hora e local, no mínimo vinte e quatro (24) horas antes, conforme Art. 10.;

I - A Autoridade Policial atenderá, no caso de coincidência as reuniões no mesmo local, o que comunicar primeiro o evento.

ARTIGO 30. - Esta Delegacia Regional, no interesse da Ordem Pública, poderá indicar outro local, além dos referidos nesta Resolução;

I - As Autoridades Policiais da Jurisdição desta 1a. DRSP/MG, deverão cumprir a Lei n. 1.207 de 25/10/50, bem como o Artigo 30. da Resolução n. 5.469, de 13/06/83 da SESP/MG.

ARTIGO 40. - Fica revogado a Portaria n. 06/82, firmada pelo até então Delegado Regional de Segurança Pública, Bel. Hélio Silveira.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE:

1a. Delegacia Regional de Segurança Pública de Minas Gerais, sediada em Ipatinga aos dezessete (17) dias do mês de setembro (09) de 1983.

Bel. Walter Joviano de Aquino
Delegado Reg. Seg. Pública
Chefe da 1a. DRSP/MG

SERVIÇOS ESPECIALIZADOS VOLKSWAGEN

LEVY FUSCA

PEÇAS EM GERAL

RUA TUPINAMBÁS Nº 380
FONE: 821-2540 IGUAÇU - IPATINGA

Comunidade do Caladinho continua protestando contra motel

NOTA DA COMUNIDADE CALADINHENSE

MOTEL: SER CONTRA, UM DIREITO QUE A LIBERDADE GARANTE, A LEI PROTEGE

Nada há de mais legal e humano ser contra a construção e funcionamento de um motel NO CENTRO DE UM BAIRRO. É, indiscutivelmente, um direito dos moradores ser contra aquilo que se sabe prejudicial à toda comunidade.

Quando os moradores levaram uma reclamação à Diretoria da Associação de Bairro, sobre a construção do motel, foi porque perceberam a gravidade do problema, bem como a necessidade de providências urgentes para o caso.

A Associação, tão logo recebeu a denúncia, procurou tomar uma posição comunitária, iniciando movimento nesse sentido. Foi aí que cerca de 10 (dez) movimentos do bairro apoiaram registrando num abai-

xo assinado o protesto dos moradores, o que já foi publicado pela imprensa.

Na oportunidade, o objetivo maior era o de não ocasionar prejuízos ao proprietário da construção, pois a obra estava apenas no seu limiar e tampouco tinha sido aprovada pela prefeitura local.

Infelizmente, o proprietário não quis diálogo com a comunidade e tampouco quis ouvir as razões dos moradores. Simplesmente foi construindo no peito, desrespeitando a tudo e a todos. Se tivesse atendido a quem mais interessa pelo Bairro "A COMUNIDADE", poderia ter evitado prejuízos.

O tipo de estabelecimento que se pretende montar no Caladinho não interessa aos moradores do local.

Mesmo sabendo disso, por conta própria, construiu com todo risco, empinando milhões de cruzeiros na obra, que não vai nem servir e nem ser nunca aceita pela população do bairro.

A Administração Municipal — prefeito Paulo Almir Antunes e sua Equipe — se posicionou ao lado da comunidade e nem poderia deixar de fazê-lo, por ter sido escolhido pelo povo, como um homem capaz e interessado pelo bem do bairro. Não poderia apoiar um elemento que nem eleitor no município é, em detrimento de milhares de pessoas que entregaram até a alma na hora de apoiá-lo para a prefeitura, conhecendo, a priori, a sua capacidade e os seus valores em defesa da comunidade. Ao prefeito, nosso agradecimento e continuamos contando com o seu apoio.

Agora a coisa já ultrapassou os limites do município indo para a Justiça Comum. Também na área Judicial toda a comunidade acredita e espera que brilhe o bom senso e uma verdade que para atender os interesses mesquinhos de uma só pessoa não venha prejudicar centenas de famílias e toda uma já sacrificada e massacrada comunidade.

O Caladinho e toda a sua força acredita na Justiça, tanto de Deus, quanto dos homens e questiona: Por que tanta insistência em construir um motel num bairro já sacrificado por diversos problemas? Por que um motel numa área aprovada e destinada para indústria num bairro onde sobrevive mais de mil desempregados? Por que motel, sendo que poderia ser outra atividade mais honesta e mais lucrativa para os moradores, dando empregos? Por que motel se a comunidade quer e precisa de fontes de empregos?

A comunidade protesta e, conscientemente, reprova a atitude do proprietário da obra pelo seu desrespeito, falta de consideração e bom senso, além do egoísmo pessoal, excêntrico e execrável que muitas vezes, levam o homem ao abismo da inconsciência social distanciando-o, cada vez mais, do próprio homem e de Deus.

MOVIMENTOS COMUNITÁRIOS DO BAIRRO

Falando das lutas de nosso povo para educar

Falando das Lutas do nosso povo para educar:

Os alunos das Escolas Municipais estão correndo o risco de perderem o ano e atrasarem sua carreira, por serem obrigados a pagar taxa de mensalidade.

Isso para as mães pobres que tentam estudar seus muitos filhos é muito significativo.

Sendo que Escolas Municipais e Estaduais têm uma verba dada pelo Governo para os estudantes de até oitava série, consideramos inadmissível.

Se o nosso país tem que se desenvolver, como desenvolverá se caminha contra a Educação de seus futuros representantes.

Delegacia faz sérias críticas à Câmara Municipal

A Delegacia Regional de Segurança Pública de Ipatinga, enviou esta semana ao Jornal dos Bairros INFORME/025/83, datado de 29 de setembro, sob o título "Câmara Municipal de Ipatinga rejeita convenio com a SESP/MG", contendo várias críticas ao legislativo ipatinguense no que tange a projetos não aprovados por aquela casa que viriam beneficiar a segurança pública. O informe, acompanhado de cópias de vários recortes de publicações na imprensa regional, critica também a aposentadoria de ex-vereadores. Eis o seu teor:

"1. — Notícia publicada no "Diário do Rio Doce", edição de hoje (29/9), dá conta que o convênio da SESP/MG com a prefeitura local foi rejeitado pela Câmara Municipal local, encabeçada pelo vice-líder da

bancada peemedebista, vereador Pedro Braz, que mais tarde alegara em seu gabinete, que a municipalidade não tem condições de arcar com despesas para com a Delegacia local".

"2. — Notícia publicada no "Diário do Aço", de 17/09/83, relata a posição do vereador peemedebista Nilton Manoel, sobre uma lei em vigor, desde a administração passada, que concede aposentadoria a ex-vereadores.

"3. — O absurdo acontece. A municipalidade alega não ter dinheiro para prestar assistência, essencial à população, que elegeu seus membros, tais como: Segurança, paz social e tranquilidade; mas dispõe de verbas para mordômica aposentadoria dos ex-edis", concluiu o informe da Delegacia.

Kinocks realiza programa em Belo Horizonte

O KINOCKS — Clube de Cinema, realizou nos dias 4, 5 e 6, extenso programa de Mostra do filme de curta-metragem, em Belo Horizonte, com o apoio da Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais, do Consulado Geral dos Países Baixos, da Embrasil (MEC), e do Instituto Cultural Brasil-Alemanha.

A mostra que se insere no contexto do 1o. Congresso Mineiro de Educação, teve a seguinte programação: dia 4, de 9 às 11 horas, na Sala Humberto Mauro, no Palácio das Artes, apresentação de filmes e debate; à tarde, de 14 às 15 horas, no auditório do Instituto de Educação, também com apresentação e debate. Dia 5, de 9 às 11

horas, na Sala Humberto Mauro e à tarde no Instituto de Educação; à noite, de 21 às 23 horas, no Mineirão com o mesmo roteiro. Dia 6, houve a apresentação dos filmes pela manhã, de 9 às 11 horas, no Palácio das Artes e de 14 às 15, no Instituto de Educação, havendo debate em ambas as apresentações.

Entre os debatedores está Manoelita Lustosa, do Vale do Aço, o que certamente enriquecerá os debates. Como debatedor, participa também, Armando de Paula.

Só nos resta esperar, que o Kinocks volte a fazer apresentações no Vale do Aço, que como todos sabem em matéria de exibições cinematográficas vai muito mal, como sempre foi.

Desempregados querem plantar no Bairro Planalto

Uma comissão de desempregados esteve em nossa redação, com a seguinte reivindicação: Pedimos às autoridades competentes que nos concedam a área denominada "bairro Planalto" para plantio de feijão e milho.

Segundo eles, as ruas que já estão asfaltadas servem para melhor escoamento dos produtos, e as quadras demarcadas

servem como melhor delimitação na distribuição da terra.

Naquele bairro, afirmam, deveria serem construídas casas populares, mas como até hoje as construções não foram iniciadas para criar frente de trabalhos e atender aos trabalhadores sem casa, que a área nos seja concedida para o plantio de milho, feijão e hortaliça disse-ram os desempregados.

"QUANDO FUI MORTO EM CUBA"

Todo o Vale do Aço está convidado: dias 11 e 12 (e se for preciso, dia 13 também) na sede social da Alfa, Acesita, "Quando fui morto em Cuba". Preço 2.500 e 1.800 cruzeiros. Horário 19 e 21 horas. E atenção para a censura: 18 anos mesmo.

Ronaldo é o ator principal da videopeça "Quando fui morto em Cuba", adaptada ao palco por Breno Milagres em cima de um texto do escritor Rober- to Drummond, onde vive a história do homem de olhos verdes que, ao tirar os óculos escuros e sorrir, transforma-se

em mulher. Sua experiência de palco começou aos 13 anos, prosseguindo até os 17 anos, quando se afastou dedicando-se ao visagismo. Antes do sucesso da videopeça, fez "Os rapazes da Banda" e "Encontro Marcado", excelente peça teatral do ano passado. Agora

é sua a vez de conhecer de perto o Ronaldo. Dias 11 e 12 de outubro, na sede social da Alfa, (promotora do evento, com o apoio da Divisão de Cultura Municipal) no centro de Acesita. Mas só para maiores de 18 anos.

FERROVAÇO LTDA.

Se você bateu seu carro e não vai consertar, compramos pelo melhor preço. Se vai consertar, temos todas as peças recodicionadas. Falar com Hélio - Av. Brasil, 440

Fone: 821-5027 — Bairro Iguaçu



PARE



APAE É ISTO AÍ

APAE é isto aí... Associação de Pais e Amigos de Excepcionais. Associação comunitária, isto é, constituída e mantida pela comunidade estende uma rede nas grandes e pequenas cidades do País. Não existe contido, qualquer vínculo entre estas associações, a não ser o objetivo comum de tratar as pessoas excepcionais, principalmente as crianças, promovendo assim sua integração à comunidade.

EXCEPCIONAIS

Aqui são denominadas excepcionais as pessoas que possuem lesões cerebrais e que, por causa disto, apresentam deficiências funcionais. O grau de deficiência das funções cerebrais de uma pessoa varia de caso para caso, podendo em umas ser até imperceptíveis e em outras, torná-las completamente dependentes até para satisfação das necessidades fisiológicas. Em linguagem popular são as pessoas ditas retardadas

funcionamento teve início em 1980, em uma casa cedida pela Usiminas sita à Rua Argentina, n. 214, Cariru, onde funciona até hoje atendendo cerca de 50 excepcionais.

CAMPANHA PRÓ-CONSTRUÇÃO

Em 1982 foi lançada a campanha pró-construção da sede da APAE, estando as obras já em andamento, no Bairro Bela Vista, em terreno cedido pela Usiminas com quase 4000 m².

O projeto é de 1333 m² de construção, em três blocos estando as paredes de dois deles praticamente prontas e do outro sendo iniciada. Isto está sendo possível graças a doações da comunidade de forma direta ou através das promoções realizadas com esta finalidade.

Existe uma comissão pró-construção da APAE que se reúne toda segunda-feira às 20 horas no salão do fórum. Esta comissão tem como tarefa o levantamento e aplicação de re-



mentais.

Segundo os especialistas as causas destas lesões cerebrais são basicamente três: doenças das mães durante o período de gestação, deficiência de oxigenação do cérebro da criança durante o parto e, um pequeno número ocorre de uma criança sofrer pancada na cabeça, o que também pode causar lesão cerebral. Segundo o Dr. José Carlos Veras, os problemas ocorridos durante o parto respondem por cerca de 60 por cento dos casos estudados de crianças com lesão cerebral.

APAE EM IPATINGA

A APAE de Ipatinga já foi fundada em 10 de outubro de 1974 e pouco se pode relatar sobre suas atividades até o ano de 1979.

Em 1979 um grupo de senhoras da sociedade ipatinguense organizou uma nova diretoria e iniciou as primeiras promoções sociais com o objetivo de fundar uma escola cujo

curso para construção da sede da APAE.

Recentemente foi lançada a campanha, da contribuição individual, nos bancos, através de autorização do correntista, e reforçamos aqui a importância da adesão de toda a comunidade a esta causa.

Simultaneamente a Diretoria da APAE realiza também promoções para manter o funcionamento da escola da Rua Argentina.

É importante ressaltar aqui o apoio que os clubes de serviço tem dado a APAE e estender a todos um convite: conheçam melhor a APAE. Visitem a escola da Rua Argentina. Visitem a construção no Bela Vista. Compareçam às reuniões da comissão pró-construção. Participem conosco. Afinal a causa é de todos nós. Os excepcionais precisam de todos. Repitam comigo: APAE — esta causa é nossa.

Válter Brinck

VIIª Feira da Paz de Ipatinga

Minuta para organização e regulamento

PERÍODO

11 a 15 de novembro de 1983.

LOCAL

O local será o mesmo das anteriores, entre Avenida João Valentim Pascoal e BR-381.

A Prefeitura fará toda estrutura física da feira:

- Limpeza da área;
- Palanque com vestiário;
- Iluminação;
- Instalação elétrica e hidráulica;
- Lay-out da feira;
- Estacionamento;
- Sinalização;
- Sanitários/Torneiras públicas (lavatórios);
- Telefone público;
- Bebedouro.

A cada entidade participante, ficará o encargo de montar as suas despesas à própria barraca.

ORGANIZAÇÃO

A organização obedecerá ao seguinte organograma:

COORDENAÇÃO GERAL

CONSELHO FISCAL

ATRAÇÕES, SHOWS, CERIMÔNIA

DECORAÇÃO

SONORIZAÇÃO PUBLICIDADE

SERVIÇOS GERAIS

A Coordenação Geral ficará a

cargo do CEAPS, fazendo a supervisão geral da feira.

O Conselho Fiscal será composto por dois elementos do CEAPS, dois elementos das entidades consorciadas e dois elementos de entidades não consorciadas ao mesmo.

As comissões de organização serão compostas com elementos das entidades e pessoas colaboradoras que estejam ligadas a cada ramo específico.

A — COMISSÃO DE ATRAÇÕES, SHOWS E CERIMÔNIAS (6 pessoas)

Programar os shows com os valores regionais ou artistas de renome que achar conveniente.

Preparar textos, script, prêmios, flores, troféus.

Contratar os artistas para exposição na feira (pintura, artesanato, escultura, etc.).

Apresentação, comando e condução das atrações (locações).

Parque de diversões.

B — COMISSÃO DE DECORAÇÃO

Cuidará da decoração de toda a área interna e externa da feira, identidade visual, logotipo.

C — COMISSÃO DE SONORIZAÇÃO E PUBLICIDADE

Divulgação da feira.

Negociar o serviço de som.

Programar os horários e intervalos das propagandas.

Contactar com firmas anunciadoras passando o contrato para a coordenação (publicidade sonora e visual, stand's e gravações de fitas publicitárias).

D — SERVIÇOS GERAIS

Vistoria.
Portaria — ingressos
Estacionamento
Segurança — Polícia Militar
Bombeiros — Coordenação
Assistência médica — Secretaria de Saúde.

CONSELHO FISCAL

Controlar toda entrada e saída de dinheiro (conta corrente).

Balancete e prestação de conta.

Divulgação do balanço final.

UTILIZAÇÃO DAS BARRACAS

As barracas serão construídas pela própria entidade.

Se o número de barracas for menor que o número de entidades participantes, a utilização será feita por sorteio na presença de todos. A localização também será por sorteio.

Os preços de bebidas e comestíveis serão tabelados em consenso com a Coordenação para não haver concorrência negativa.

CARLOS COTTA EM CARATINGA



Representando o governador, Carlos COTTA assinou o convênio.

Representando o governador Tancredo Neves, o secretário Carlos Cotta, do Governo e Coordenação Política, presidiu, em seu gabinete, no Palácio dos Despachos, a cerimônia de assinatura de convênio entre a CARPE e a Prefeitura de Caratinga, no valor de Cr\$ 5,5 milhões, para a execução de obras de reforma da Escola Estadual do povoado de Piedade, no município de Caratinga.

Além do secretário Carlos Cotta, assinaram o documento o presidente da CARPE, Aloísio Vasconcellos e o prefeito de Caratinga, Anselmo Bonifácio, na presença dos srs. Sílvia de Carvalho Grossi, assessor da CARPE, Normando Almeida, assessor da Prefeitura de Caratinga; Omildo Francisco dos Santos (o Baianinho), assessor do secretário de Governo, e Francisco Goiás, funcionário da Prefeitura de Caratinga.

ATO. 51.3, P34/61

Anexo 20



CARLINDO MARQUES PEREIRA

O MASSACRE DE IPATINGA

1.ª EDIÇÃO - OUTUBRO/84

BUSCANDO O TETO



Tudo estava preparado para o início da chacina. De cima do caminhão, os soldados aguardavam a ordem de seus superiores, que acompanhavam as negociações entre a comissão de trabalhadores e a chefia da empresa. Em frente aos policiais a massa agitada de trabalhadores grevistas aguardava uma resposta dos patrões, resposta essa que não aparecia.

O fotógrafo amador José Isabel Nascimento, o único que conseguiu registrar algumas cenas do massacre, levou sua Kodak naquele dia e começou a fotografar diversos pontos da concentração. Ao chegar em um alojamento da Usiminas, registrou no interior deste a morte de um operário que fora massacrado no dia anterior pela tropa da cavalaria montada. No interior do barracão tudo estava revirado, camas quebradas e fora do lugar, manchas de sangue por todo lado e o corpo sem vida da vítima estendido de bruços no chão. Portas e janelas quebradas era o que mais havia. A revolta era visível no semblante de cada um. Fora e nas proximidades todos se moviam impacientes, proferindo discursos relâmpagos e improvisados, e protestavam contra os maus tratos exercidos pelos soldados da PM na noite do dia seis. Após as explicações e conversações, os operários se dirigiam para o local onde estava concentrada a grande massa.

Os discursos, as palavras e gritos de protestos se confundiam ao mesmo tempo. Todos falavam, murmuravam e se dispunham a levar o movimento grevista até o final. Eram

cerca de 10 mil homens. José Isabel não perdia tempo: registrava todos os lances. A princípio, ninguém imaginava que a polícia seria capaz de disparar sequer uma bala contra qualquer uma daquelas pessoas que ali estavam a exigir os seus direitos; e nada mais que seus direitos, pois a vida a que eram subordinados não é admissível e conveniente para um ser humano.

Nem mesmo as palavras de conforto e propostas de paz do padre Avelino foram o bastante para conter o ânimo desumano dos soldados armados. José deixa a multidão e aproxima-se do caminhão, no mesmo instante em que começaram os estampidos ensurdecedores e as rajadas de metralhadoras. O primeiro filme havia acabado; tirou-o da máquina e colocou outro. Aproximou-se mais de perto. O soldado que portava a metralhadora de tripé acariciava a arma e sorria para os trabalhadores, enquanto os outros efetuavam disparos a esmo. O fotógrafo focalizou a tripé, acionou o dispositivo da câmera e gravou a imagem da mesma, sendo domada pelo soldado, na primeira foto do segundo filme. No mesmo instante, esta arma potente entra em ação. Uma bala de fuzil, disparada por outro policial, do outro lado da carroceria do caminhão, atinge José Nascimento, alvo direto da pontaria do fuzileiro.

O corpo atingido do jovem fotógrafo, sobe, desloca-se no ar. Os estrondos dos disparos continuam e mais outros corpos vão se deslocando, caindo; gritos e gemidos vão aumentando. Os operários que estavam estendidos no chão, tentando se proteger das balas, viam o corpo de José ainda no ar, subindo, se deslocando. Os pés retesados, as pontas dirigidas para o chão. Uma rajada, um tiro pesado, ensurdecedor, um corpo que se deslocou, cortando ar, buscando teto.

— Filhos da puta, preguiçosos, vão ter que trabalhar na marra seus porras... — ouvia-se gritar de cima do caminhão.

A marmita, contendo comida para o almoço, estava com José e a Kodak na mão direita, acompanhavam naquele momento os movimentos do corpo que vem descendo, batendo com força no chão, se derramando. O tiroteio continua. O corpo caindo se despencando.

No chão, quase sem nenhuma força, ele levanta a cabeça, fita a metralhadora que cospe balas sem parar, contempla o soldado que o atingiu e que continua disparando contra a multidão, balbucia:

— Está tudo acabado. . .

Ele foi internado no Hospital N. Sr.^a do Carmo e morreu 10 dias depois.



O fotógrafo José Isabel Nascimento

Ipatinga, 25 anos de um crime sem castigo

MARCELO FREITAS
REPÓRTER

Há 25 anos, no dia sete de outubro de 1963, uma multidão formada por operários da Usiminas e de empreiteiras que trabalhavam na construção da usina Intendente Câmara, em Ipatinga, estava concentrada em frente ao portão do almoxarifado da empresa quando a primeira rajada de metralhadora cortou o ar. Não se sabe ao certo quantos morreram. A versão oficial, da empresa, fala em sete mortos. A outra, dos trabalhadores, diz que 32 pessoas foram mortas pelos tiros da PM.

O episódio, que passou para a História com o nome de "massacre de Ipatinga" foi a explosão do barril de pólvora em que a cidade havia se transformado desde o início da construção da usina. As reclamações contra os problemas de alojamento, alimentação, transporte e a truculência do corpo de vigilantes da empresa, acabaram desaguando, na noite do dia seis, no choque entre operários da Usiminas, entrincheirados no aloja-

mento Santa Mônica, e soldados da PM. Revoltados, eles se concentraram em frente à usina na manhã do dia sete, quando começaram os tiros.

O HOJE EM DIA reconstituiu, passo a passo, o que aconteceu nos dias seis e sete de outubro de 63 e localizou algumas das principais pessoas que participaram da tragédia. Vinte e cinco anos depois, viúvas ou mesmo vítimas inutilizadas para o trabalho, ainda não receberam suas indenizações.

Início: um barril de pólvora

Há muito que Ipatinga era um barril de pólvora. Enquanto a Usiminas cumpria o cronograma de implantação da usina Intendente Câmara, a cidade crescia de forma totalmente desordenada. Morando em alojamentos improvisados, alimentando-se de forma precária nos restaurantes da empresa, os operários constantemente apanhavam da polícia e da turma de vigilantes encarregados de zelar pela segurança na área da usina.

Para quem vinha de fora trazendo apenas a esperança de uma vida melhor, Ipatinga era o retrato oposto do que havia sido traçado. "Foi prometido muito conforto na cidade. Hoje há muita desilusão. A alimentação é deficiente. A habitação também. Há casos em que num pequeno cômo-

do dormem de seis a oito pessoas. O transporte também é péssimo, pois os caminhões estão sempre lotados" — descreveu na época o operário Oquibson Jesuino da Costa, em depoimento à comissão de inquérito formada pela Usiminas para apurar as causas dos episódios dos dias 6 e 7. Tanto o inquérito da Usiminas quanto os depoimentos prestados à Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa estão repletos de depoimentos semelhantes ao de Oquibson.

A comida servida aos operários era de péssima qualidade. As duas nutricionistas que a empresa contratou desistiram do serviço, alegando que as condições oferecidas pela empresa em Ipatinga eram precárias. Consta que até tocos de cigarros e baratas fo-

ram encontrados na comida. A capacidade de atendimento dos restaurantes estava também estrangulada. O maior deles, projetado para fornecer mil refeições por hora, fornecia, no início do funcionamento da Usiminas, cerca de 5 mil. O outro, de menor porte, atendia a mais de 400 pessoas, superando em quatro vezes sua capacidade.

Em agosto de 62 cresceram as reclamações contra a qualidade da comida. Para evitar tumultos, três soldados, um dos quais armado de metralhadora, guardavam o caminhão que levava a comida aos restaurantes.

Tão deficiente quanto a alimentação era a moradia. Os operários reclamavam que os alojamentos, de madeira, não tinham conforto algum e

que as casas que estavam sendo construídas pela Usiminas eram distribuídas primeiramente para aqueles que gozavam de maior prestígio junto aos diretores da empresa.

Em depoimento ao projeto comemorativo dos 25 anos de inauguração da fábrica, no ano passado, o então chefe-geral de construção da usina, e da cidade, engenheiro Luiz Verano, admitiu que o problema da moradia foi uma das causas da revolta dos operários. "Houve um erro — que eu diria ser meu —, mas não havia outra maneira de fazer. Fizemos alojamentos enormes, onde moravam cem pessoas em cada um deles. Como é que eu iria alojar 10 mil pessoas não sendo através de um regime militar?" justificou Verano.



Foto histórica: no alto do caminhão, o PM portando a metralhadora



Entre as barricadas, um dos sete corpos que foram enterrados em Ipatinga

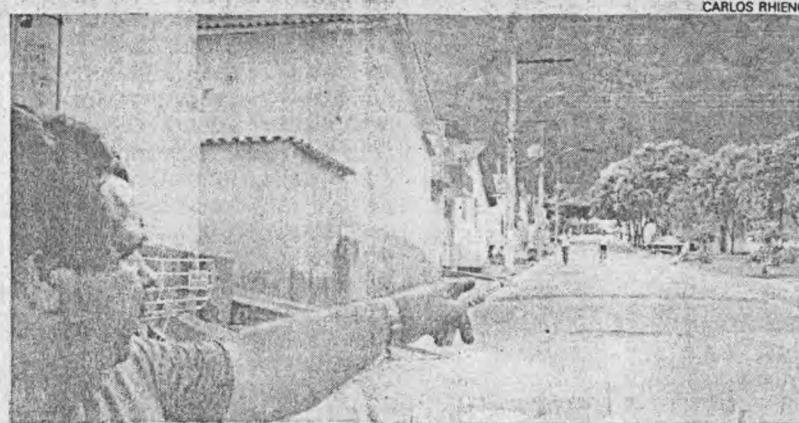
Clima atinge ponto máximo de tensão

Logo depois do contato com padre Avelino, Guatimosim é avisado por Augusto Pereira Braga, encarregado do setor de vigilância, da existência de uma aglomeração em frente ao portão do almoxarifado. Receoso de que os operários invadissem a seção de vigilância, Guatimosim aconselha Augusto a solicitar reforço policial ao capitão Robson, que, minutos depois, liga para Guatimosim a fim de confirmar o pedido. Antes de dirigir-se ao escritório central, o diretor de Relações Industriais da Usiminas pede a João Cláudio Teixeira de Salles,

Em 62, a revolta contra maus-tratos dos vigilantes e soldados da Polícia

Dezembro de 62. O que mais revoltava os operários da Usiminas são os maus-tratos dos vigilantes e dos soldados da PM. Benedito Silva e outros companheiros de trabalho, num caminhão de transporte dos operários são "saqueados" por três soldados que se encontram em uma das portarias da usina. Em maio, sem motivo aparente, um vigilante atira contra o ônibus 18 da empresa, que fazia o transporte de operários.

Os trabalhadores se queixam também de que todas as denúncias de arbitrariedades que teriam sido praticadas por soldados da PM ou pelos vigilantes,



CARLOS RHIENCK

Uma rajada corta o ar. Caem mortos e feridos

São cerca de 9h30 quando a primeira rajada de metralhadora corta o ar em frente ao portão de entrada próximo ao almoxarifado da Usiminas. Os primeiros mortos e feridos caem ao chão. Outras pessoas protegem-se das balas escondendo-se no vão existente atrás dos trilhos da Vitória-Minas. Os que haviam participado da reunião no escritório central da empresa presenciaram os tiros. Eles tinham deixado o prédio e aguardavam o veículo que os levaria ao local quando ouviram o primeiro disparo.

Em depoimento à CPI da Assembleia Legislativa, o presidente da Usiminas, Amaro Lanari Júnior, revelaria (segundo informação que lhe foi

morreram sete pessoas. Já os operários falam em pelo menos 32 vítimas.

Gil Guatimosim permanece em frente ao escritório central quanto dele se aproxima um grupo de operários armados de enxadas e pedaços de pau. Após ter conseguido acalmar os ânimos do grupo, outra turma de operários entra pela porta principal do escritório conduzindo três cadáveres. Em consequência do tiroteio, ficaram paralisadas a usina e o tráfego da Vitória-Minas.

Em seguida, chegam a Ipatinga o secretário de Segurança, Caio Mário da Silva Pereira; o comandante-geral da PM, José Geraldo de Oliveira e o

ATA. 51.3.8 38/1

Oneco 21
Parte A

chefe do Departamento de Serviços Gerais, que observe o movimento em frente ao portão do almoxarifado e peça que o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Acesita, Geraldo dos Reis Ribeiro, também participe da reunião.

Ao passar em frente à aglomeração, em direção ao escritório central, padre Avelino nota que o clima entre os operários e os soldados está pesado. Para evitar a repetição dos acontecimentos da noite anterior, ele pede ao tenente Jurandir Gomes de Carvalho, comandante do pelotão deslocado para o portão da Usiminas, que retire o policiamento do local. Se isso fosse feito, a metade dos problemas estaria resolvida, segundo tentou argumentar padre Avelino. A resposta do tenente Jurandir é negativa. Ele alega que estava cumprindo ordens e que somente poderia retirar-se do local se recebesse ordem nesse sentido do capitão Robson. O mesmo pedido havia sido levado a ele por Geraldo Ribeiro. A resposta foi a mesma.

Diante disso, padre Avelino toma um jipe e dirige-se ao escritório central da usina, onde já se encontravam Gil Guatimozim, Makoto U-Iune, diretor geral da usina, Geraldo Ribeiro, João Cláudio, Alfredo Nohme, chefe da Divisão de Trabalho da Usiminas, e os integrantes da comissão de operários formada durante os incidentes do dia anterior no alojamento Santa Mônica.

Dirigindo-se ao capitão Robson, Geraldo Ribeiro responsabiliza-o pelos acontecimentos da última madrugada. Após uma ligeira discussão entre ambos, padre Avelino pede calma, afirmando que o principal objetivo da reunião era buscar de uma solução para os problemas que haviam gerado o tumulto. A comissão apresenta uma lista contendo sete reivindicações. O primeiro item da pauta era a retirada da cavalaria do portão de entrada. A reivindicação é atendida, definindo-se que o resultado da reunião seria levado pessoalmente por todos os presentes aos operários concentrados próximo ao almoxarifado. Antes do término da reunião, Gil Guatimozim pede ao capitão Robson e aos membros da comissão que orientem os soldados e os operários para que não aceitem provocações de lado a lado.

A esta altura o clima entre a multidão (calculada por uns em 5 mil e por outros em até 8 mil pessoas) e os soldados atinge seu ponto máximo de tensão. De nada adiantam as bombas de efeito moral lançadas pela polícia. A chegada dos operários que tinham sido feridos no tumulto do alojamento Santa Mônica acirra ainda mais os ânimos. Um dos operários transforma uma toalha em bolsa e começa a recolher dinheiro para ajudar no tratamento dos feridos. Alguns operários lançam pedras, retiradas do leito da Estrada de Ferro Vitória-Minas, e vão os soldados. São feitos os primeiros disparos.

quando são apuradas, não contém a versão da vítima. Em documento encaminhado à comissão de inquérito da Usiminas, o funcionário Jacu Fraga Portinho define o corpo de vigilância da empresa como "uma triste nódoa". E acrescenta: "A maioria de seus integrantes é atrevida, arbitrária, desumana e analfabeta. Seus absurdos e desmandos vêm de longa data".

Os ânimos acirram-se a tal ponto que no dia 6 de outubro, domingo, véspera do massacre, por volta das 22 horas, um grupo de operários que deixava o serviço revolta-se contra a revista e a exigência de apresentação da Carteira de Identidade. Para contornar o tumulto, Augusto Pereira Braga, encarregado do setor de Vigilância, solicita a ajuda de dois soldados da cavalaria, que passam a espancar os operários e a jogar contra eles seus cavalos. Rodir Rodrigues, ferido nas costas, no rosto e nos braços, permanece no local durante várias horas, até que, a pontapé, é colocado em jipe da Polícia para ser medicado.

A esta altura já era grande o tumulto também no alojamento Santa Mônica, onde residia boa parte dos operários de menor qualificação profissional. Os mesmos dois soldados da cavalaria que haviam feito espancamentos em frente ao portão da usina passam no Santa Mônica, de onde são expulsos a pedradas, depois de terem ferido vários operários. Um dos operários recebe um tiro de raspão nas costas e é espancado até perder os sentidos. Certos de que a Polícia iria mandar reforços, os trabalhadores também se preparam. Apagam as lu-

zes dos alojamentos, quebram as lâmpadas dos postes e montam barricadas.

Por volta DAS 23h30 chegam ao Santa Mônica o diretor de Relações Industriais, Gil Guatimozim, que se reúne no local com o capitão Robson Zamprogno, comandante do destacamento da PM em Ipatinga e delegado da cidade. Guatimozim vê que a situação é grave. Robson sugere que o padre Avelino, vigário de Ipatinga, seja intermediário entre os operários e a direção da empresa, e ele aceita.

Na mais completa escuridão, iluminados apenas pelos faróis de um caminhão da Usiminas, padre Avelino e Gil Guatimozim sobem a ladeira em direção ao local onde estavam entrincheirados os operários. Chegando lá, pedem calma, garantindo que tudo seria resolvido satisfatoriamente. Os operários fazem duas exigências: que a Polícia seja retirada do local e que os cerca de 300 trabalhadores do alojamento da empreiteira Chicago Bridge, presos naquela noite, fossem imediatamente postos em liberdade.

Gil Guatimozim aceita as condições

Quem sabe quantas vítimas?

O número exato de pessoas que morreram no dia sete de outubro é uma incógnita que possivelmente jamais será desvendada. Existem duas versões: a Usiminas sustenta que morreram sete pessoas, conforme consta da nota oficial divulgada pela empresa na tarde do dia sete. A PM admite que morreram oito, pois inclui o fotógrafo José Isabel do Nascimento, que faleceu dez dias depois no hospital de Coronel Fabriciano.

O médico Hercílio da Costa Lage foi auxiliar dos legistas que vieram de Belo Horizonte para fazer os trabalhos de autópsia e garante que sete pessoas morreram em consequência dos tiros, que também feriram, segundo ele, mais de cem outras pessoas. Hoje ele trabalha no Hospital Márcio Cunha, construído e mantido pela Usiminas em Ipatinga.

A outra versão fala em pelo menos 32 mortos, como garante o então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Acesita (Metasita), Geraldo dos Reis Ribeiro, que tão logo os soldados deixaram o local, correu para socorrer os feridos. Segundo levantamento realizado na ocasião pelo Metasita, 117 pessoas ficaram feridas. Outras 20 desapareceram da cidade, possivelmente, a seu ver, traumatizadas pelo episódio.

Dos 32 cadáveres, muitos, segundo Geraldo Ribeiro, foram levados pelos familiares das vítimas para serem sepultados em sua cidade de origem. Somente sete foram enterrados no Vale do Aço. E como Ipatinga estava fortemente policiada

pelo contingente vindo de Governador Valadares, os enterros não foram transformados em atos de protesto. "As pessoas tinham medo", conta Geraldo Ribeiro que com o golpe de 64 foi destituído da presidência do Metasita, perdendo seus direitos políticos. Como não conseguia emprego, adquiriu uma banca de frutas no mercado de Fabriciano. Quando recuperou seus direitos políticos foi prefeito de Fabriciano e deputado estadual.

O Padre Avelino Marques, hoje vigário da paróquia Nossa Senhora Aparecida, em Venda Nova, Belo Horizonte, concorda com a segunda versão e afirma que o número de mortos aceito oficialmente pela Usiminas "pode ser multiplicado por pelo menos cinco". Ele explica que da relação oficial divulgada pela empresa constam apenas os nomes das pessoas que faleceram dias depois nos hospitais das cidades vizinhas a Ipatinga. "Eu vi muito mais do que sete pessoas mortas" ressalta Padre Avelino. Segundo ele, o número de feridos foi tanto que os hospitais de Fabriciano, Acesita, Antônio Dias e Governador Valadares "ficaram lotados".

Padre Avelino atribui o episódio basicamente a três fatores: à truculência do corpo de vigilantes da empresa, à ausência de uma infra-estrutura que desse aos operários pelo menos uma razoável qualidade de vida em Ipatinga — "A cidade era um chiqueiro" — e ao despreparo dos soldados da PM. "Eles não foram preparados para atuar em greves. Eles não tinham o espírito de operários".

impostas e desce ao encontro do capitão Robson. Padre Avelino permanece junto aos operários, tentando confortá-los. A Polícia é retirada do local. Guatimozim e o capitão Robson dirigem-se ao quartel para soltar os presos. Encontram os 300 operários deitados no chão, imobilizados e com as mãos na nuca. Guatimozim pede calma e determina que os feridos sejam levados para o ambulatório da empresa. Os demais são liberados em grupos para que não ocorram novos tumultos quando chegarem ao alojamento.

Depois de liberados os presos, Guatimozim retorna ao Santa Mônica acompanhado por Omar Rodrigues Vieira, chefe do setor de Vigilância, mas é recebido com hostilidade. O vidro de seu carro é quebrado e ele decide retirar-se do local. Reunidos com padre Avelino, os operários decidem formar uma comissão que ficaria encarregada de reunir-se com Gil Guatimozim. Às 5h30, padre Avelino telefona para Gil transmitindo-lhe a reivindicação dos operários. Este aceita reunir-se com eles, colocando-se à disposição para uma conversa no escritório central da empresa, logo pela manhã.

transmitir por um médico da empresa), que a maioria dos mortos foi atingida na frente, na têmpora, no olho e na nuca: "Aparentemente a primeira rajada acertou no nível superior". Lanari revelaria ainda que muitos foram atingidos pelas costas, confirmando as informações dadas por testemunhas de que a polícia atirava nos que se levantavam e tentavam fugir do local.

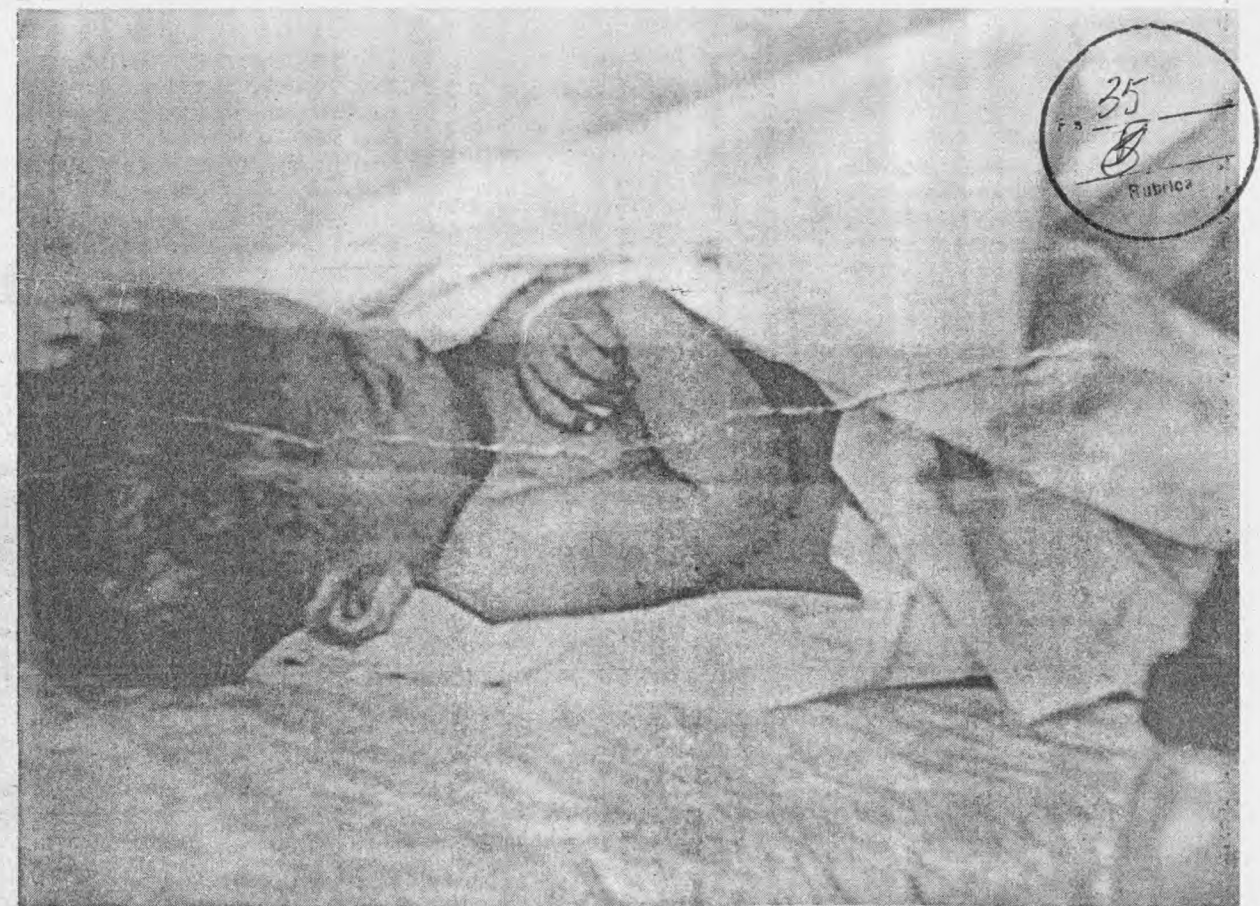
Não se sabe ao certo quanto tempo duraram os tiros. Uns falam em cinco minutos, outros em dez e outros em até mais tempo.

O tenente Jurandir determina a suspensão do tiroteio, os soldados se abrigam atrás do caminhão onde estava instalada a metralhadora. Em seguida, Jurandir instala-se na cabine e ordena que os soldados subam à carrocera. Em grande velocidade, deixam o local. No caminho, os policiais voltam a atirar e matam a menina Eliane Martins, que estava nos braços de sua mãe ao deixarem o ambulatório da Usiminas. Nem mesmo a ambulância que socorria os feridos foi poupada dos tiros. Alguns disparos ferem pessoas que encontravam-se a um quilômetro da estrada, como admite a ocorrência policial do episódio.

Durante a retirada, próximo ao escritório central, o caminhão cruza com o jipe que conduzia o capitão Robson. Este faz sinais e pede que o veículo com os soldados pare, mas não é atendido. Robson dirige-se ao quartel, enquanto padre Avelino presta os primeiros socorros às vítimas fatais. Existem duas versões para o número de mortos. A empresa diz que

secretário do Itabano, Eugênio Góes da Mata Machado, acompanhados dos líderes sindicais Sinval Bambiara, Clodsmith Riani e José Gomes Pimenta (Dazinho). No decorrer dos dias sete e oito ainda acontecem vários incidentes. Dia oito pela manhã um grupo de operários tomba e incendeia o caminhão que conduzia a alimentação para os soldados no quartel, e que no dia anterior havia sido usado para o transporte dos policiais que fizeram disparos em frente ao portão do almoxarifado. Também no dia oito populares tentaram linchar o comerciante José Salles, conhecido como "Forró do Juá" e tido como alcagüete da polícia. Salles foi salvo graças à intervenção do coronel José Geraldo, que levou o preso. Além disso, o prédio onde funcionava um distrito policial em Ipatinga foi incendiado e demolido, em parte, a picareta.

O acordo final entre os operários e a Usiminas foi assinado somente na noite do dia oito após "muito esforço", segundo conta Edgar da Matta Machado. Através dele, a empresa compromete-se a rever o seu quadro de vigilantes, instaurar um inquérito para apurar os acontecimentos dos dias seis e sete, por uma comissão da qual façam parte pelo menos três representantes dos operários, conceder aumento salarial de 38%, humanizar o controle das portarias e não adotar nenhuma represália contra os operários que tenham participado do movimento. Por último, a empresa compromete-se a dar assistência às famílias dos operários mortos e aos feridos.



Entre as rajadas de metralhadora, a menina Eliane, que saía nos braços da mãe, recebeu uma bala no peito

ATO. 51.3.P.39/61

Arquivo 21
P. 108

JUSTIÇA / TAXA BÁSICA DE JUROS VAI SUBSTITUIR CORREÇÃO PELA TR, BENEFICIANDO CONTRIBUINTE

Devolução de imposto terá reajuste pela Selic

SANDRA KIEFER

O governo terá de aplicar a taxa Selic para restituir os impostos cobrados indevidamente do contribuinte, e não mais a taxa referencial (TR), que vinha sendo praticada até então. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu o princípio da igualdade, já que o índice é usado na hora de exigir o pagamento dos atrasados. O acórdão será publicado nos próximos dias.

A decisão beneficia o contribuinte que tem quantias a receber do governo de janeiro de 1995 a maio de 2003. Ele terá direito à revisão dos valores em até 208,12%, com base no acumulado no período. Entretanto, a Selic deve incidir

somente a partir de 1º de janeiro de 1996, data em que a taxa entrou em vigor.

Desde então, o governo vinha cobrando as dívidas pela Selic, cuja taxa acumulada nos últimos 12 meses é de 21,3%. No pagamento, porém, a conversa era outra. Os impostos cobrados a mais eram devolvidos com correção de apenas 4%, equivalente à TR no mesmo período.

Com a derrota no STJ, o governo deve ter suas despesas aumentadas em pelo menos R\$ 3 bilhões, pelos cálculos de Eduar-

do Diamantino, do escritório Diamantino Advogados Associados, de São Paulo. Para o advogado tributarista, o estrago

só não será maior porque o pagamento de compulsórios já está sob controle.

Nesse caso, serão favorecidos os contribuintes que pediram na Justiça a restituição de valores cobrados indevidamente como, por exemplo, a contribuição ao PIS sobre a Receita Operacional

Bruta, o Finsocial por alíquota superior a 0,5%, a Contribuição Previdenciária incidente

sobre o pro-labore, entre outros tributos.

Para a advogada Denise Homem de Mello Lagrotta, do escritório Pompeu e Longo Advogados, o entendimento da Corte pode ser interpretado de dois ângulos. "De pronto, ele repara uma situação de desigualdade até então existente. Mas também dá indícios de que a Selic veio para ficar na área tributária."

A decisão da Primeira Seção do STJ se deu em favor de oito empresas de Santa Catarina, que entraram com ação contra o recolhimento indevido ao INSS. O executivo ainda pode recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) mas, segundo os especialistas, a chance de a matéria ser aceita é remota.

POR DENTRO DO MERCADO

FERNANDO SOARES RODRIGUES

E-mail para esta coluna: soares.rodrigues@uai.com.br

Ação da Cemig com potencial de alta de 30%

São boas as perspectivas de rentabilidade da ação preferencial nominativa (PN) da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). Analistas como Rafael Quintanilha, da Espirito Santo Corretora, e Sérgio Tamashiro, do Unibanco, estimam que o potencial de rentabilidade dessa ação oscile entre 20% e 30%, pois fixaram em R\$ 37 por lote de mil e R\$ 42 por lote de mil, respectivamente, o preço-alvo de Cemig PN.

Fernando de Faria Resende, diretor da BH Distribuidora, não fixou um preço para a ação, mas considera igualmente que é elevado o seu potencial de alta após o reajuste de 31,53% das tarifas da companhia em abril passado, que penaliza o consumidor, mas colabora para engordar os seus lucros, especialmente no atual cenário do dólar pouco abaixo dos R\$ 3. A baixa da moeda norte-americana frente ao real é do maior interesse da Cemig, que compra 30% da energia que distribui da Itaipu Binacional, e possui cerca de 51% de sua dívida de R\$ 3,4 bilhões vinculada ao dólar.

Com base no lucro líquido de R\$ 151,7 milhões do primeiro trimestre deste ano, 1,8% acima do total registrado no quarto trimestre de 2002, e a expectativa da continuidade dos bons resultados para os próximos meses, os analistas estimam em até R\$ 900 mi-



lhões o desempenho financeiro da empresa no acumulado do ano. Fernando de Faria Resende não acredita em queda expressiva do consumo de energia devido ao reajuste elevado das tarifas.

BONS DIVIDENDOS

Após a última teleconferência da diretoria da empresa, as analistas Juliana Chu e Cristina de Andréa, da Itaú Corretora, aguardam a divulgação da política de dividendos da Cemig. Tamashiro, do Unibanco, proje-

ta em R\$ 795 milhões os dividendos totais da empresa para este ano, correspondente a um percentual médio de rentabilidade de 15,8%, o que também é bastante atrativo.

Rafael Quintanilha afirma que o destaque no primeiro trimestre nos resultados foi o aumento de 2,9% no consumo de energia da classe residencial em relação ao trimestre anterior. Em relação ao primeiro trimestre de 2002, o crescimento do consumo do setor residencial foi de 13,2% e contribuiu para elevar em 5,8%

DESEMPENHO NO ANO

A ação preferencial nominativa (PN) da Cemig não conseguiu acompanhar em maio o bom desempenho da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). A ação mais negociada da estatal caiu 1,7% no mês passado, ao fechar na última sexta-feira com desvalorização de 1,14% e cotada a R\$ 30,25 por lote de mil. No ano, os investidores nessa ação acumulam rentabilidade de 14,3%. Com a valorização modesta de 0,12% registrada na sexta-feira, o Ibovespa encerrou maio com alta de 6,8%. No ano, o ganho é de 19,1%. Cemig PN participa com 2,04% da formação do índice Bovespa, e foi responsável nos 21 dias anteriores à última sexta-feira por giro médio diário de R\$ 17,7 milhões. O valor de mercado da companhia, pela soma de todas suas ações PN, é de R\$ 4,9 bilhões, inferior ao seu patrimônio líquido de R\$ 5,8 bilhões.

o total da energia vendida pela empresa no período. A receita com o fornecimento bruto de energia de janeiro a março foi de R\$ 1,4 bilhão, equivalente a aumento de 37,9% ao registrado no primeiro trimestre de 2002.

Reestruturação na Belgo-Mineira

O grupo Belgo-Mineira deu mais um passo, ontem, para sanear o passivo da BMP Siderurgia S.A (BMPS), nova denominação da Mendes Júnior Siderurgia, usina de Juiz de Fora, na Zona da Mata mineira. Em assembleia geral extraordinária, foram aprovadas transferências de crédito e aumento de capital para melhorar a situação patrimonial da empresa. As medidas vão representar operações de R\$ 4,4 bilhões. Desse valor, R\$ 370 milhões se referem ao aumento de capital a ser integralizado, sendo R\$ 100 milhões em caixa, R\$ 160 milhões em créditos e R\$ 103 milhões em ações da Açominas.

Existem, ainda, R\$ 2 bilhões em prejuízos remanescentes da negociação até a compra da usina. A Belgo estuda a transferência para a BMPS das usinas de Vitória e Piracicaba, hoje sob o guarda-chuva da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira.

KlabinSA

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 89.637.490/0001-45
NIRE Nº 35300188349

FATO RELEVANTE

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, Klabin S.A. (Klabin) comunica aos seus acionistas e ao mercado que foi assinado nesta data, entre a Klabin e a Aracruz Celulose S.A. (Aracruz), Acordo de Investimento que resultará na transferência de todas as ações detidas pela Klabin na Riocell S.A. para a Aracruz.

O valor da transação em reais equivale a US\$ 610,5 milhões, ainda sujeito a ajustes que serão determinados até a data de sua conclusão, prevista para os próximos 30 dias.

A operação está inserida no planejamento estratégico da Klabin e integra o processo de reestruturação financeira, já amplamente divulgado.

São Paulo, 30 de maio de 2003

Ronald Seckelmann
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

INDICADORES ECONÔMICOS

2/6/2003

UFIR - Anual: R\$ 1,0641 ● INCC-DI (FGV) - Abril/2003: 0,90%
● UPC - Maio/2003: R\$ 19,03 ● Overnight - 26,27 % ao ano

INFLAÇÃO (%)		Variação %						
Índices	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Acum. no ano	Acum. em 12 meses
INPC (IBGE)	2,70	2,19	1,46	1,37	1,39	-	6,84	19,36
IPC/FIPE	1,83	2,19	1,81	0,87	0,57	-	5,13	14,45
IGP-DI (FGV)	2,70	2,17	1,59	1,86	0,41	-	5,95	32,37
IGP/M (FGV)	3,75	2,33	2,28	1,53	0,32	-0,26	6,96	31,51
IPCA (IPEAD)	1,51	2,52	1,07	1,41	1,00	-	6,13	15,89
IPCA (IBGE)	2,10	2,25	1,57	1,23	0,97	-	6,15	16,77

CUB (Custo Unitário Básico)		Fonte: Sinduscon-MG	
CUB/MG - Abril/2003: 0,61%			

Residencial R\$ por m²						
Número de Quartos	2		3			
Padrão Pavimento	Baixo	Normal	Alto	Baixo	Normal	Alto
H01	772,71	869,21	947,67	656,40	731,42	802,71
H04	573,53	657,76	801,50	509,53	577,70	691,61
H08	556,29	640,24	778,66	486,56	556,91	671,46
H12	540,90	628,38	763,60	477,28	548,48	662,13
H16	557,10	647,24	786,49	491,60	564,93	681,99
H20	573,37	666,10	809,43	505,98	581,37	701,87

Contratos de seguros					
Dia	Contratos até 30/06/94 (1)	Contratos a partir de 01/07/94 (2)	Dia	Contratos até 30/06/94 (1)	Contratos a partir de 01/07/94 (2)
21/05/2003	0,01057803	2,36104088	28/05/2003	0,01058995	2,36369994
22/05/2003	0,01058066	2,36162810	29/05/2003	0,01059224	2,36421198
23/05/2003	0,01058320	2,36219443	30/05/2003	0,01059463	2,36474531
24/05/2003	0,01058532	2,36266825	31/05/2003	0,01059675	2,36521816
25/05/2003	0,01058532	2,36266825	01/06/2003	0,01059675	2,36521816
26/05/2003	0,01058532	2,36266825	02/06/2003	0,01059675	2,36521816
27/05/2003	0,01058755	2,36316483	03/06/2003	0,01059897	2,36571375

Fator diário para aplicação de juros nos contratos de seguros (1) Antigo IDTR; (2) Fator acumulado de juros - TR (FAJ-TR), segundo a Fenasseg; (3) Fator para outros contratos financeiros.

IMPOSTO DE RENDA

Tabela oficial da Receita Federal para cálculo do IR - Maio			
Base de cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R\$)	
Até 1.058,00	-	Isento	
Acima de 1.058,01	15	158,70	
Acima de 2.115,00	27,5	423,08	

COMO CALCULAR:
1) Deduza do rendimento bruto R\$ 106,00 por dependente;
2) A contribuição paga à Previdência no mês;
3) Pensão alimentícia integral;
4) R\$ 1.058,00 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada que tenham 65 anos ou mais.
5) Do resultado, que é a Base de Cálculo, aplique a Alíquota respectiva e subtraia a Parcela a deduzir, obtendo o valor a pagar.

IR - TAXA SELIC (Atraso*) (**)

Mês do vencimento	Juro devido em maio (%)	Mês do vencimento	Juro devido em maio (%)
Maio/2002	19,07	Novembro	10,19
Junho	17,74	Dezembro	8,45
Julho	16,20	Janeiro/2003	6,48
Agosto	14,76	Fevereiro	4,65
Setembro	13,38	Março	2,87
Outubro	11,73	Abril	1,00

(*) Incide sobre o valor nominal do débito. Há, ainda, multa de 0,33% ao dia, limitada a 20% sobre o valor nominal.
(**) Sobre a 2ª cota do IR de pessoa física, que vence em 30/05/2003, incidem juros de 1%

CONTRIBUIÇÃO AO INSS

Salário Mínimo - Maio/2003: R\$ 240,00			
Competência: maio	Autônomo, empresário e facultativo		
	Salário-Base	Alíquotas (%)	Contribuição R\$
Valor mínimo	240,00	20	48,00
Valor máximo	1.561,56	20	312,31

Empregados Domésticos			
	Alíquotas %	Mínimo R\$ (1)	Máximo R\$ (2)
Empregado	7,65 a 11	18,36	171,77
Empregador	12	28,80	187,39
Total	19,65 a 23	47,16	359,16

(1) Cálculo sobre o piso do salário-de-contribuição de maio: R\$ 240,00
(2) Cálculo sobre o teto do salário-de-contribuição de maio: R\$ 1.561,56

TR/TBF

Dia	TR %	TBF %
16/05	0,4869	1,3038
17/05	0,4785	1,3852
18/05	0,5184	1,9759
19/05	0,5580	2,0463
20/05	0,5225	1,9901
21/05	0,5147	1,9621
22/05	0,4613	1,8678
23/05	0,4221	1,7878
24/05	0,4270	1,7928
25/05	0,4766	1,8833
26/05	0,5218	1,9794
27/05	0,5311	1,9888
28/05	0,5222	1,9798
29/05	0,4727	1,8894

ALUGUÉIS

Acumulado % até março				
	Trim.	Quad.	Sem.	Anual*
Fipe	4,53	6,44	10,66	13,87
IGP-DI	5,52	8,37	19,53	32,75
IGP-M	6,27	10,26	20,47	32,48
INPC	5,39	8,24	13,66	18,54

Acumulado % até abril				
	Trim.	Quad.	Sem.	Anual*
Fipe	2,87	5,13	9,89	14,45
IGP-DI	3,70	5,96	15,17	32,37
IGP-M	4,81	7,25	17,05	32,95
INPC	4,27	6,84	13,45	19,36

*Acumulado até março reajusta aluguéis e contratos a partir de abril, para pagamento em maio; acumulado até abril reajusta a partir de maio, para pagamento em junho.

CÂMBIO E OURO

(Cotações de sexta-feira)	
Dólar comercial	
Compra:	R\$ 2,9650
Venda:	R\$ 2,9700
Dólar Paralelo - BH	
Compra:	R\$ 2,9500
Venda:	R\$ 3,0200
Dólar turismo - Banco do Brasil	
Compra:	R\$ 2,8800
Venda:	R\$ 3,0400
Euro comercial	
Compra:	R\$ 3,4937
Venda:	R\$ 3,5007
Ouro - BM&F	
	R\$ 35,00

POUPANÇA

MAIO/JUNHO 2003	
% ao dia	
28/05	0,9805
01/06	0,9673
02/06	0,9488
03/06	0,9553
04/06	1,0005
05/06	1,0599
06/06	1,0721
07/06	1,0867
08/06	1,0190
09/06	0,9666
10/06	0,9734
11/06	1,0230
12/06	1,0710

TJLP

12% ao ano
Abril e junho/2003
TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

MERCADO AGROPECUÁRIO

COTAÇÕES DO DIA 30/5/2003			
PRODUTO	REGIÃO	UNID.	R\$/MIN/MAX/MERCADO
Algodão - FOB (arroz - a/CMS)			
	Triângulo (MG)	Carpo	18,00 Calmo
	Pluma (8 dd)	55,00	Calmo
	Norte (MG)	Carpo	17,00 Calmo
	Pluma (8 dd)	50,30	Calmo
Arroz em casca - Produtor (a/CMS)			
	Sequeiro (acima de 45% grãos int.)	60 Kg	33,00/34,00 Calmo
Café - FOB/Região - SC, 60,5 Kg			
	Arábica/76 - Bebida dura (safra nova)		
	Triângulo Mineiro	150,00/160,00	Calmo
	Alto Paranaíba	165,00	Calmo
	Zona da Mata	165,00	Calmo
	Sul de Minas	150,00/163,00	Calmo
Carne Bovina - FOB/Região			
	Boi Gordo	Triângulo Mineiro (30 dd)	48,00/50,00 Calmo
	Vaca	(30 dd)	43,00 Calmo
	Boi Gordo	Rio Doce (25 dd)	46,00/47,00 Calmo
	Vaca	(Gov. Valadares) (25 dd)	43,00 Calmo
	Boi Gordo	Norte de Minas (30 dd)	47,00 Calmo
	Vaca	(Mortos Claros) (30 dd)	42,00 Calmo

Carne suína - CIF/BH Assoc. Suinocultores
Preço p/lo vivo (7 dd) c/CMS 2,00
c/diferimento 1,70
Feijão Cariquinha SC 60 Kg
FOB/Região (livre produtor) 90,00 Calmo
Frango Vivo/Posto Granja 1 kg
c/CMS 1,50
c/diferimento 1,40
Milho Granel SC 60 Kg (FOB)
Triângulo Mineiro 16,00/17,00 Calmo
Sul de Minas 16,00/16,50 Calmo
Nordeste (Ural) 16,50 Calmo
Alto Paranaíba (P. de Minas) 16,00/16,50 Calmo
Soja grão SC 60 Kg - FOB/Região
Triângulo Mineiro 33,00 Calmo
Ural (MG) 33,00 Calmo
Fonte: Minasbolsa - Fone: (31) 3384.2121.
E-mail: administracao@minasbolsa.com.br
Obs: A Minasbolsa não se responsabiliza pelo uso das informações acima divulgadas que foram colhidas de fontes oficiais e não oficiais, consideradas fidedignas. Visite o site da Minasbolsa: <http://www.minasbolsa.com.br>

I MASSACRE DE IPATINGA

LISTA OFICIAL APONTA SETE MORTOS NO CONFRONTO ENTRE OPERÁRIOS E POLICIAIS MILITARES, MAS ESTÁ ERRADA. FOTÓGRAFO QUE FALECEU NO CONFLITO NÃO CONSTA DA RELAÇÃO. PRIMO DE UMA DAS VÍTIMAS E EX-SINDICALISTA QUE VIRAM OS CORPOS GARANTEM QUE O NÚMERO É MAIOR



EVANDRO SANTIAGO/8/10/1963

FORA

Corpo de José Isabel do Nascimento, um operário que gostava de fotografar a vida de Ipatinga, ficou na Casa de Saúde Santa Terezinha, em Coronel Fabriciano, mas ele não aparece na lista de mortos

Verdade ainda não veio à tona

MARCELO FREITAS

Até hoje é uma incógnita o número de pessoas que morreram no conflito entre 19 soldados da Polícia Militar e trabalhadores da Usiminas em 7 de outubro de 1963, no Vale do Aço. A lista oficial de vítimas do Massacre de Ipatinga, divulgada no dia do conflito à tarde, relaciona sete mortos.

Entretanto, dela não faz parte o fotógrafo José Isabel do Nascimento, que faleceu dez dias depois, na Casa de Saúde Santa Terezinha, de Coronel Fabriciano, onde estava internado. Além de José Isabel, outras 77 pessoas foram levadas para hospitais da região naquele dia, feridas por tiros de fuzil, metralhadora e pistola.

O ESTADO DE MINAS locali-

zou, em Ipatinga e Coronel Fabriciano, parentes de três das sete pessoas mortas. Duas vítimas – Geraldo Rocha e Antônio José Reis – fazem parte da lista oficial e uma – o fotógrafo José Isabel – da lista não-oficial.

Parentes das pessoas mortas em Ipatinga poderão ter direito a indenização financeira. O pagamento será analisado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Podem ter direito ao benefício os familiares de pessoas que morreram em conflitos de rua com a polícia entre 1961 e 1988.

PILHA

Testemunhas que presenciaram o conflito de Ipatinga asseguram que o número de mortos é muito superior a sete. O comerciante João Bosco Gualber-

to conta que, ao chegar ao ambulatório da Usiminas, no final da manhã de 7 de outubro de 1963, pôde contar cerca de vinte corpos empilhados até a altura de um metro. Todos, segundo ele, estavam embrulhados em lençóis.

João Gualberto era primo de Geraldo Gualberto Rocha, um dos integrantes da lista oficial de mortos. Ele foi ao ambulatório buscar o corpo, que seria enterrado na madrugada do dia seguinte em Braúnas, pequeno município localizado a cerca de 50 quilômetros de Ipatinga.

Na época presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Coronel Fabriciano, no Vale do Aço, Geraldo Ribeiro contou 28 corpos estendidos no chão depois que os policiais deixaram

o local. Seriam 21 a mais do que a lista de mortos oficial. O sindicalista afirma ter certeza de que estavam mortos, porque teve o cuidado de observar o pulso de todos eles.

Na noite do dia 7 para 8, o marceneiro João Ferreira da Silva foi convocado pelo chefe para um trabalho extra: produzir os caixões que seriam utilizados para enterrar os mortos do conflito da Usiminas. "Passei a noite fazendo caixões", afirma João Ferreira, que na época era funcionário da marcenaria da Companhia Aços Especiais Itabira (Acesita).

Quem também reforça a incógnita acerca do número de mortos é Joaquim Félix de Carvalho. Ele era um dos 19 policiais que, no dia, acompa-

nhavam a manifestação dos trabalhadores. Joaquim de Carvalho também afirma que o número de mortos é superior a sete. "Me passaram a informação de que morreram mais de cem pessoas", afirmou o ex-policial militar.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga, Luiz Carlos Miranda, admite a controvérsia em torno do número de mortos. "Muitos falam que foram 12 ou 20". Luiz Carlos acredita que muitos dos feridos morreram depois, internados nos hospitais. Para ele, os meios de comunicação se omitiram de investigar o assunto por medo de represálias por parte do governo militar.

Em entrevista a uma série de publicações comemorativas dos 25 anos da fundação da Usiminas, em 1987, o então di-

retor de Relações Industriais da empresa, Gil Guatimosim, minimizou a questão. Segundo ele, três pessoas morreram em consequência dos tiros.

O ESTADO DE MINAS enviou à Usiminas a relação dos nomes dos trabalhadores da empresa que figuraram na relação oficial dos feridos e seu número de matrícula. A reportagem solicitou informações sobre a situação atual de cada um deles, bem como posicionamento tanto em relação ao conflito quanto à controvérsia sobre quanto ao número de mortos. A empresa informou que não irá emitir qualquer posicionamento. O argumento é de que o conflito, além de ter ocorrido fora da área da Usiminas, se deu entre os trabalhadores e a Polícia Militar.



RILTON ROCHA 8/10/1963

BALA PERDIDA

O bebê Eliane Martins, de três meses, passeava no colo da mãe, quando foi atingido por tiros desferidos pelos policiais militares

Planejamento falhou

No início dos anos 60, Ipatinga era uma terra de forasteiros que em nada lembrava a pacata vila pertencente ao município de Coronel Fabriciano. Atraídas pelas obras de construção da Usiminas, milhares de pessoas para lá se mudaram a partir de 1958. Ter um emprego e vida melhor era o sonho de boa parte das pessoas que, no dia 7 de outubro de 1963, morreram ou ficaram feridas no conflito ocorrido em frente ao portão de entrada da Usiminas.

Em outubro de 1987, em depoimento dado à série de publicações que marcariam os 25 anos de inauguração da Usiminas, o engenheiro Luiz Verano admitiu que a empresa errou na área de pessoal e que tais erros contribuíram para o 7 de outubro. "Houve erros muito sérios desta parte. Foi muito certo recrutar dez mil pessoas, mas, depois, o que fazer com dez mil pessoas em uma região que não tinha apoio logístico?", questionou Verano, que foi chefe geral das obras de construção da usina.

Também entrevistado na épo-

ca, o engenheiro Gil Guatimosim admitiu que, em 1963, o clima era tenso em Ipatinga. "É fácil admitir-se isso: o afastamento de Ipatinga por falta de estrada asfaltada, o pessoal recrutado mal-alocado, os alojamentos ainda eram muito precários. Não existia o lazer".

Na mesma publicação, ele atribuiu à PM a responsabilidade pelos conflitos ocorridos na noite do dia 6 e no próprio dia 7. "Parece que os militares eram muito prepotentes e a turma não concordava". Gil Guatimosim insinuou que os policiais chamados pela empresa para proteger suas instalações da ameaça de invasão cometeram um erro estratégico.

"Havia a estrada de rodagem, a estrada de ferro, a cerca da usina e o almoxarifado. A polícia foi chamada. Pensei que viesse por dentro. O capitão parou o caminhão com os soldados entre a usina e a multidão. Quer dizer, ele é que ficou cercado", disse Gil Guatimosim, que, em 1963, era o diretor de Relações Industriais da empresa.



MARCELO SANT'ANNA

CONFUSÃO

O ex-policial Joaquim de Carvalho diz que ninguém deu ordem para atirar

Ex-PM tem remorso ao descrever a confusão

Quarenta anos depois do Massacre de Ipatinga, um fantasma ainda persegue Joaquim Félix de Carvalho. Naquele dia, ele era um dos 19 policiais que acompanhavam a movimentação dos operários da Usiminas e das empreiteiras que trabalharam na construção da usina.

Localizado pela reportagem, ele pediu que não fosse revelada a cidade onde mora atualmente. "Há muitas coisas do passado que até hoje as pessoas pensam em vingar. Ninguém sabe o que se passa no coração do homem", diz. Ele teme ser ameaçado de morte, tal como ocorreu em 1964, um ano depois do conflito de Ipatinga.

Joaquim de Carvalho lamenta as mortes ocorridas em 7 de outubro de 1963. "Tenho dó dos pais de família. Por meu gosto, nunca tinha feito um negócio daqueles. Até hoje tenho remorso. Nunca pensei em tirar a vida de ninguém", diz. Joaquim de Carvalho era soldado do 6º Batalhão da Polícia Militar, sediado em Governador Valadares. Anos depois, trocou a PM pela Companhia Vale do Rio Doce, onde trabalhou durante 22 anos e três meses.

PEDRA

No dia do massacre, estava armado com um fuzil e uma pistola de 45 milímetros. Segundo seu relato, os tiros começaram quando o soldado Sebastião Cândido caiu, atingido por uma pedra lançada pelos trabalhadores. "Ele baixou a cabeça e gritou. Não agüentou nem ficar de pé".

A partir daí, segundo Joaquim de Carvalho, começaram os tiros. Ele garante que não houve ordem superior para que a manifestação fosse dis-

solvida a bala. "Cada um agiu por iniciativa própria", afirma.

Os tiros duraram de dez a 15 minutos minutos, segundo relato de presentes que foram ouvidos pela reportagem. Joaquim de Carvalho se recorda, particularmente, da morte do fotógrafo José Isabel do Nascimento, que estava a aproximadamente 12 metros dele. "Uma rajada de metralhadora esbagaçou o braço dele todinho".

Os poucos minutos que duraram os tiros foram suficientes para que os policiais dissolvessem a aglomeração formada em volta deles pelos trabalhadores. Eles tiveram que empurrar o caminhão, para que ele pegasse no tranco. Na fuga, atiraram para todos os lados. Um dos tiros matou a menina Eliane Martins, de três meses. Ela estava nos braços da mãe, que, mesmo, ferida, conseguiu se salvar.

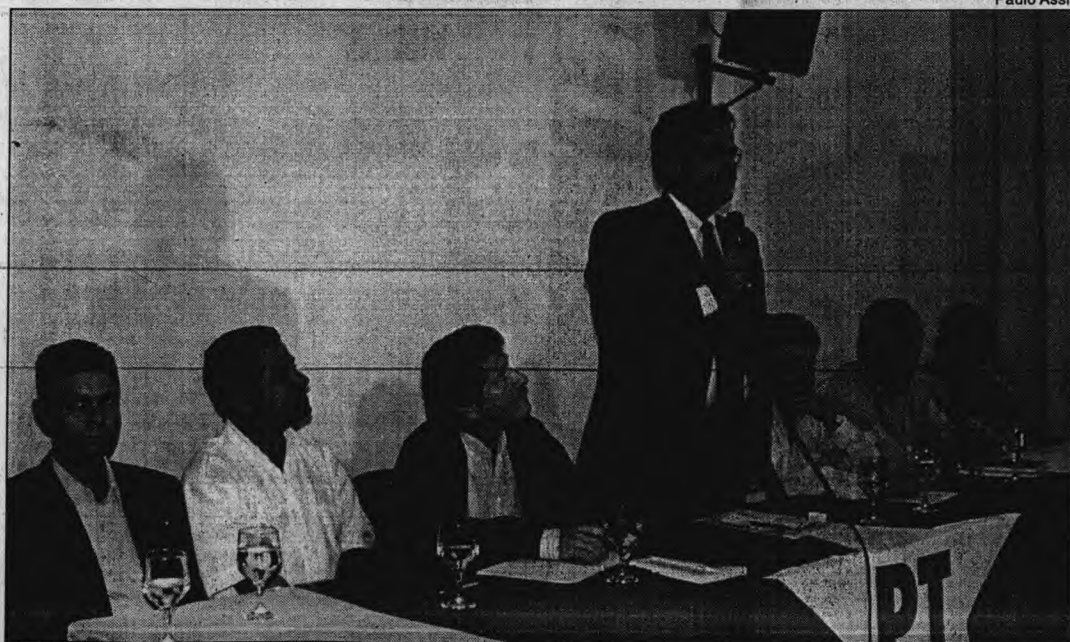
INVASÃO

Assim que os policiais chegaram ao quartel, parte foi deslocada para se postar no alto dos morros que circundam a usina. Segundo Joaquim de Carvalho, a intenção do comando da PM em Ipatinga era prevenir a possível invasão do quartel pelos trabalhadores revoltados com a ação da polícia na manhã daquele dia.

No início da tarde do dia 7, o comandante geral da PM, coronel José Geraldo de Oliveira, desembarcou em Ipatinga, acompanhado do secretário de Segurança, Caio Mário da Silva Pereira. Determinou que todos os policiais fossem presos e transferidos para Belo Horizonte. Julgados pela Justiça Militar, três anos depois, foram todos absolvidos. Concluiu-se que haviam agido em legítima defesa.

Ministro anuncia indenização

Após edição de MP, familiares dos mortos de 7 de outubro de 1963 poderão ser beneficiados



Paulo Assis

▲ Nilmário destacou que mudanças na legislação penal não podem ser feitas no calor de crimes hediondos

Nilmário pede mudanças na segurança pública

IPATINGA — O ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, afirmou, na noite de sexta-feira que, até o dia 10 de dezembro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva baixará uma medida provisória reabrindo o prazo para que parentes de mortos e desaparecidos políticos solicitem indenizações por parte do Estado.

Essa medida vai beneficiar as famílias de pessoas mortas ou desaparecidas que tenham participado ou sido acusadas de envolvimento em atividades políticas no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 05 de outubro de 1988. Após a publicação da MP, haverá um prazo de 120 dias para se requerer a indenização.

Nilmário disse que os familiares das pessoas mortas durante o conflito entre policiais militares e operários da Usiminas, no dia 7

de outubro de 1963, poderão se habilitar a esse reconhecimento. Ele explica que cada família deve fazer um requerimento à Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos e apresentar provas e testemunhas de que as pessoas foram mortas em virtude de uma truculência do Estado. Segundo ele, em todo o País, 281 famílias de mortos e desaparecidos políticos já foram indenizadas.

Conforme Nilmário, a maior dificuldade no caso de Ipatinga é a falta de informações sobre as famílias dos mortos. Ele desconhecia que, no último dia 7 de outubro, durante audiência pública na Câmara Municipal para lembrar os 40 anos do conflito, familiares de alguns mortos estiveram presentes. Nilmário avalia que a reabertura do prazo para solicitar a indenização e a possibilidade dos familiares das vítimas do episódio conhecido com "Massacre de

Ipatinga" receberem indenização será um "bom momento" para ajudar a esclarecer a dúvida em torno do número de mortos.

Nilmário Miranda esteve em Ipatinga para o lançamento do seu livro "Memória Essencial — A Trajetória Vitoriosa do PT em Minas Gerais". Na obra, ele faz um registro das campanhas eleitorais mineira e conta os detalhes da última disputa no Estado, quando obteve cerca de 30% dos votos do eleitorado mineiro. Também foi lançado o livro "Humanizar o Infra-Humano: a Formação do Ser Humano Integral", do sócio-economista Marcos Arruda.

Estiveram presentes à solenidade os deputados federais Ivo José e João Magno, o deputado estadual Chico Simões, o prefeito de Ipatinga, Chico Ferramenta, o vice-prefeito de Timóteo, Marinho Teixeira, e lideranças de outras cidades da região.

ATO. 51.3.042/61

Ameco 23

ATO. 51.3, P43/61

AO PRESIDENTE DA COMISSAO ESPECIAL (Lei nº 9140/95)
SR. JOAO LUIZ DUBOC PINAUD
SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS
MINISTERIO DA JUSTIÇA
ED. ANEXO II - 5º ANDAR - SALA 503
70.064-900 - BRASILIA - DF

C. Especial



SEDEX®

MANDOU, CHEGOU.

GERALDA AGUIAR DO NASCIMENTO
RUA 13 DE MAIO, 38 - CENTRO
35170-035 - CORONEL FABRICIANO - MG

SEDEX

MANDOU, CHEGOU.



ATO. 51.3, P. 44/61

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

MANDOU, CHEGOU.

SEDEX

MANDOU, CHEGOU.

SEDEX®

SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS
COMISSÃO ESPECIAL
Instituída pela Lei n. 9.140/95
(Mortos e Desaparecidos Políticos)

Interessada: GERALDA AGUIAR DO NASCIMENTO

Assunto : JOSÉ ISABEL DO NASCIMENTO

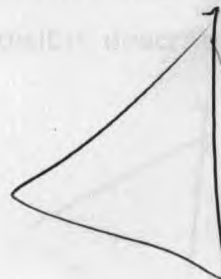
Processo n.: 151/04 - 28.09.04

Relator : Belisário dos Santos Jr.

A interessada, viúva de JOSÉ ISABEL DO NASCIMENTO, requer os benefícios da Lei n. 9.140/95, com as alterações da Lei n. 10.875/04.

Alega e prova que seu marido foi vítima do chamado massacre de Ipatinga, ocorrido aos 7 de outubro de 1963, quando integrantes da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais efetuaram vários disparos contra trabalhadores da USIMINAS, em greve. JOSÉ ISABEL era empregado de uma empreiteira, a Metalúrgica FICHET, a serviço da USIMINAS. No dia dos fatos, segundo os documentos juntados, dirigiu-se ao trabalho na área de montagem e construção. Sempre portava sua máquina fotográfica. Era seu *hobby*. Ao chegar à empresa percebeu a tensão e iniciou a única documentação do massacre, até vir a ser ferido por disparo de arma de fogo.

Faleceu em 17.10.63, dez dias após o massacre, sendo a causa da morte: abcesso sub hepático, devido a projétil de arma de fogo.



Não há notícia de participação sua em atividades políticas no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988, como previsto pelo artigo 1º da Lei n. 9.140, em sua redação atual.

Foram juntados vários documentos e depoimentos sobre José Isabel e sobre o massacre de Ipatinga, inclusive os livros "40 Anos do Massacre de Ipatinga" de Paulo Assis e o Massacre de Ipatinga de Carlindo Marques Pereira, com apresentação do Ministro Nilmário Miranda..

É o relatório.

Passo a opinar. Não há qualquer dúvida em relação à relação de causalidade entre a repressão policial e a morte de José Isabel, à vista da prova feita. Passo a tecer considerações sobre a qualificação jurídica dos fatos.

A Lei n. 9.140/95 foi editada com a precípua intenção de solucionar a situação das pessoas vítimas de desaparecimento forçada praticada por agentes públicos. Essa preocupação ressalta da própria epígrafe da lei e da redação de seu artigo 1º, onde são reconhecidas como mortas pessoas que, por sua participação ou acusação de participação em atividades políticas, foram detidas por agentes públicos no período fixado e que, desde então se achem desaparecidas.

O Anexo 1, que acompanha a lei, elenca nomes de pessoas em favor de quem se estabeleceu a presunção de morte, por cumprirem os requisitos legais, sendo desde logo consideradas desaparecidas para os efeitos legais.

A Lei criou uma Comissão que poderia reconhecer outros beneficiários da indenização criada pela lei (artigo 4º), "face às circunstâncias descritas no art. 1º desta Lei, assim como diante da situação política nacional compreendida no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988".

A primeira das atribuições da Comissão, dentro do marco de reconhecimento de situações indenizáveis, é a relativa a pessoas desaparecidas para os efeitos da lei, eventualmente não incluídas na relação do Anexo 1. Aqui, não há dúvida. Os requisitos descritos no artigo



1º prevalecem. Onde existe a mesma razão, deve se aplicar o mesmo direito.

A segunda das atribuições fixadas pelo artigo 4º, dentro do mesmo inciso I, é a relativa ao reconhecimento de pessoas mortas por causas não naturais, após detenção em dependências policiais ou assemelhadas, no período fixado. Aqui também opera a exigência, expressa no texto, do requisito participação ou acusação de participação em atividades políticas.

A lei n. 10.875/04 introduziu duas outras possibilidades de indenização, em face de proposta feita pela própria Comissão, entendidas como necessárias e razoáveis para complementar os efeitos de pacificação pretendidos por legislação desse tipo.

Uma delas refere-se à questão do suicídio, agora trazido pelo artigo 4º, I, d da Lei. A morte por suicídio poderá ser indenizada se o ato decorreu da iminência da prisão ou de seqüelas provocada por tortura. Qualquer prisão? Qualquer tortura? A expressão "face às circunstâncias descritas no art. 1º desta Lei, assim como diante da situação política nacional compreendida no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988", trazida pelo caput do artigo 4º, responde. A prisão e a tortura a que se refere a letra *d* devem ser lidas como aquelas de caráter político. Mas, isto não implica – a lei não exige – a participação política ou acusação de participação política da vítima. Bastará que a pessoa pudesse estar na iminência de prisão política ou tenha sido vítima de seqüelas cometidas durante a prisão política. Assim, qualquer pessoa que tenha suicidado na iminência de prisão política ou por seqüelas provocadas por tortura durante prisão política pode ser reconhecido nos termos do artigo 4º, I, d da Lei. A indenização decorre da censura feita pela lei às prisões políticas e à tortura durante essas prisões, cometidas no período fixado. Difilmente, será encontrado caso fora dos marcos temporais do regime militar.



A outra hipótese refere a questão das passeatas e manifestações reprimidas pela polícia durante o período fixado em lei. A expressão colocada na lei "em manifestações públicas ou em conflitos armados" pretende conduzir à indenização dos casos de pessoas que tenham falecido por repressão de agentes do poder público, ocorrida nesses episódios. Por via de consequência entendo que a censura que a lei traz implícita não é apenas ao excesso de o agente do poder público matar qualquer dos autores da manifestação, mas sim à forma de repressão que tenha causado a morte de qualquer pessoa do povo nesses episódios. Assim, segundo creio deve ser lida a possibilidade da letra c com o caput do artigo 4º ("face às circunstâncias descritas no art. 1º desta Lei, assim como diante da situação política nacional compreendida no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988").

Por essa razão, não consigo encontrar um *discrímen* perfeito para distinguir vítima de repressão à manifestação que estivesse dela participando ou vítima casual, por assim dizer. Entendo que, nessa hipótese, à falta desse *discrímen* que se justifique ante o sistema jurídico, desigualar a vítima participante da vítima casual ferirá o princípio da igualdade, não merecendo ser aceita a discriminação.

Em realidade, no entanto, como jornalista ad hoc, José Isabel entendeu o sentido histórico do momento que vivia. Dele bem disse um dos jornais da época: *"Ele nunca teria saído do anonimato de uma cidadezinha mineira se o destino não lhe tivesse aprazado um momento trágico em sua existência pacata. Foi então que José Isabel do Nascimento revelou o seu lado realmente valioso. Em meio ao massacre em Ipatinga, revelou-se bom fotógrafo, de sangue frio. Repórter até cair ferido."*

Por último. Não importa mais saber quem determinou ou como se originou o comportamento da tropa policial militar convocada ao local, supostamente, para manter a ordem e a segurança das pessoas, inclusive dos trabalhadores da cidade de Ipatinga.

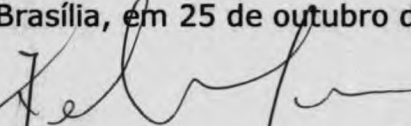


O fato é que - embora isto não seja fundamental para a indenização - a ação ou reação policial de disparar contra uma multidão desarmada não poderia ter outro consequência senão as várias mortes e inúmeros feridos. Bem andou o legislador em prever esta modalidade de indenização. Ainda que tardia, a Justiça volta a Ipatinga.

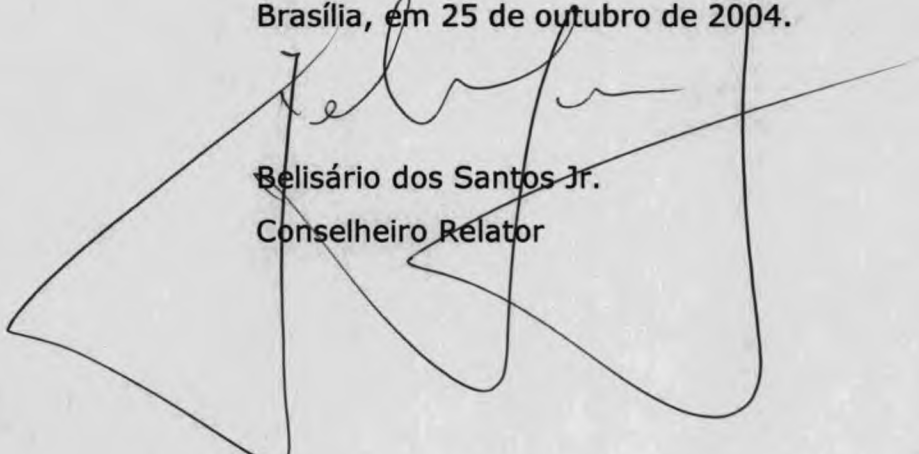
Assim, opino pelo deferimento do pedido inaugural.

É o voto.

Brasília, em 25 de outubro de 2004.



Belisário dos Santos Jr.
Conselheiro Relator





IMPrensa Nacional

ANEXO I		REDUÇÃO					R\$ 1,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESF	GND	MOD	FONTE	VALOR		
14.846.0152.0880.0001	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Secretaria Especial dos Direitos Humanos Apoio a Serviços de Atendimento de Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas e Egressos - Nacional	5	3	30	0100	14.718,49		
TOTAL						14.718,49		

ANEXO II		ACRÉSCIMO					R\$ 1,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESF	GND	MOD	FONTE	VALOR		
14.846.0152.0880.0001	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Secretaria Especial dos Direitos Humanos Apoio a Serviços de Atendimento de Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas e Egressos - Nacional	5	3	50	0100	14.718,49		
TOTAL						14.718,49		

Memorando 146/2004 - SAPDH/ SEDH - PR, de 25 de outubro de 2004.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS COMISSÃO ESPECIAL - LEI Nº 9.140/95

EXTRATO DA ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2004

A COMISSÃO ESPECIAL, reunida na décima sessão ordinária a contar de sua reinstalação, reconheceu as pessoas abaixo como inseridas na tipificação do artigo 4º, I, "c", da Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995:

- ALVINO FERREIRA FELIPE, brasileiro, casado, nascido em 27 de dezembro de 1921, no Estado de Minas Gerais, falecido em 07 de outubro de 1963, filho de Antônio Felipe e de Maria Ferreira;

- ANTÔNIO JOSÉ DOS REIS, brasileiro, casado, nascido no Estado de Minas Gerais, falecido em 07 de outubro de 1963, filho de Manoel Celestino dos Reis e de Almerinda Antonia dos Reis;

- JOSÉ ISABEL DO NASCIMENTO, brasileiro, casado, nascido em 08 de julho de 1931, no Estado de Minas Gerais, falecido em 17 de outubro de 1963, filho de Joaquim Isabel do Nascimento e de Maria Claudina de Jesus;

- SEBASTIÃO TOMÉ DA SILVA, brasileiro, solteiro, nascido no Estado de Minas Gerais, falecido em 07 de outubro de 1963, filho de José Tomé de Araújo e de Geralda Cristina da Silva;

- OROCÍLIO MARTINS GONÇALVES, brasileiro, casado, nascido no Estado de Minas Gerais, falecido em 30 de julho de 1979, filho de Elias Ferreira de Souza e de Evangelina Luiz Martins;

Da data da publicação deste ato de reconhecimento, conta-se o prazo expirado no parágrafo 1º, *in fine*, do artigo 10, da já referida lei.

A Comissão Especial, na mesma reunião, não reconheceu, no enquadramento da Lei nº 9.140/95, a pessoa abaixo listada:

- RAIMUNDO FERNANDES DO CARMO, brasileiro, casado, nascido em 24 de maio de 1924, no Estado de Minas Gerais, falecido em 03 de março de 1982, filho de José Fernandes do Carmo e de Altina Maria de Jesus;

JOÃO LUIZ DUBOC PINAUD
Presidente

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 77, DE 28 DE OUTUBRO DE 2004

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, inciso II, do Anexo I, do Decreto nº 4.629, de 21 de março de 2003, tendo em vista o disposto no art. 2º da Instrução Normativa Ministerial nº 1, de 9 de janeiro de 2002, e o que consta do Processo nº 21000.011187/2004-89, resolve:

Art. 1º Alterar o art. 1º da Instrução Normativa SDA nº 88, de 12 de dezembro de 2003, que terá a seguinte redação:

"Art. 1º Animal oriundo de estabelecimento de criação cujo abate esteja voltado à exportação será liberado para abate quando permanecer por no mínimo 40 (quarenta) dias na Base Nacional de Dados - BND." (NR)

Art. 2º Revogar o art. 2º da Instrução Normativa SDA nº 88, de 12 de dezembro de 2003.

Art. 3º Revogar o art. 15 e parágrafos do Anexo I da Instrução Normativa SDA nº 21, de 2 de abril de 2004.

Art. 4º Revogar a Instrução Normativa SDA nº 52, de 12 de julho de 2004.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

MAÇAO TADANO

SECRETARIA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 34, DE 27 DE OUTUBRO DE 2004

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria Ministerial nº 126, de 26 de março de 2003, publicada no D.O.U. de 20 de março de 2003 e tendo em vista o que dispõe o art. 1º, § 1º inciso II, do Decreto nº 2.348, de 13 de março de 1997, que regulamentou a Lei nº 9.479, de 12 de agosto de 1997, resolve:

Art. 1º Fixar o valor de referência para a borracha natural nacional do tipo Granulado Escuro Brasileiro nº 1 (GEB-1), equivalente ao tipo Standard Malaysian Rubber nº 10 (SMR-10), para o mês de novembro de 2004, em R\$ 4,12 por quilograma.

Art. 2º Informar, com base no valor de referência do artigo anterior, que são nulos os valores de subvenção econômica a serem concedidos aos produtores nacionais de borracha natural beneficiada, e os valores a serem pagos pelos beneficiadores aos produtores de borracha bruta, comercializadas no mês de outubro do corrente ano.

ÂNGELO BRESSAN FILHO

Ministério da Ciência e Tecnologia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 505, DE 21 DE OUTUBRO DE 2004

O Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, no art. 4º da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória nº 210, de 31 de agosto de 2004, e na Resolução nº 3, de 20 de dezembro de 1994, do Conselho do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia, resolve:

Art. 1º O Art. 7º da Portaria nº 426, de 15 de julho de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 18 subsequente, Seção 1, página 20, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º Nos casos de nomeação ou remoção de servidor a pedido, o interstício será contado a partir do primeiro período de avaliação após a entrada em exercício, sendo avaliado pelo órgão ou entidade onde prestou serviço por maior tempo, no referido período.

Parágrafo Único. Na hipótese de remoção "ex-officio" ou de redistribuição, o servidor levará para o outro órgão ou entidade o período de interstício já computado."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO CAMPOS

http://www.in.gov.br
in@in.gov.br

Francisco Helder M. Pereira

De: SEDH-DESAPARECIDOS
Enviado em: segunda-feira, 8 de novembro de 2004 08:40
Para: Francisco Helder M. Pereira
Assunto: ENC: Solicitação faz

-----Mensagem original-----

De: Cac [mailto:cac@camaraipatinga.mg.gov.br]
Enviada em: sexta-feira, 5 de novembro de 2004 13:06
Para: "desaparecidospoliticos@sedh.gov.br"@cmif.camaraipatinga.mg.gov.br
Assunto: Solicitação faz

DD. Sr. João Luiz Duborc Pinaut
Presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos
O CAC da Câmara Municipal de Ipatinga solicita:

1. cópia dos votos dos membros da Comissão no deferimento dos requerimentos enviados: Geraldo da Rocha Gualberto, Antonio José dos Reis, Sebastião Tomé da Silva, Alvino Ferreira Felipe.
2. Cópia do parecer do Dr. Belisário.
3. Confirmação da data de publicação no Diário Oficial.

Atenciosamente
José Gonçalves Ribeiro

Câmara Municipal de Ipatinga - MG - UebiMiau 2.7

ATO. 51.3, P 52/61

42
CDP

**Secretaria Especial
dos Direitos Humanos**



COMISSÃO ESPECIAL - Instituída pela Lei 9.140/95
(Mortos e Desaparecidos Políticos)
Secretaria Executiva da Comissão Especial

Carta nº054- /2004 – CDP/GAB/PR

Brasília, 21 de dezembro de 2004.

A Sua Senhoria a Senhora
Geralda Aguiar do Nascimento
Rua 13 de Maio nº 38- Centro
Município de Coronel Fabriciano- MG
CEP: 35.170-035

Prezada Senhora,

Cumpre-nos informá-la, que em reunião realizada no dia 26 de outubro de 2004 p.p o requerimento em nome de **José Isabel do Nascimento** foi apresentado pelo relator Belisário dos Santos Junior, o qual votou pelo deferimento do requerimento. Necessário se faz que nos seja enviado com a maior brevidade possível os seguintes documentos:

- Conta bancária de sua senhoria.

Sem mais para o momento, colocamo-nos aos vossos inteiros dispor para quaisquer informações que julgar necessárias, nos telefones 61-429.3484/3579/3820.

Respeitosamente,

Simone S. Botelho

Simone Steigleder Botelho
Assessora

Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos

170.513, P 53/61

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

GERALDA AGUIAR DO NASCIMENTO

ENDEREÇO / ADRESSE

RUA L3 DE M. A. L. 38 CENTRO

CEP / CODE POSTAL

CIDADE / LOCALITÉ

UF

PAÍS / PAYS

35.170-035 CEL FABRICIANO MGBRASIL

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

Carta 054/2004

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

X. Robinson R.

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRACION

27/12/04

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

RONILSON NASCIMENTO

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'EMPLOYÉMaurício Roberto Campos
MAT. 8.412.703-5

27 DEZ 2004

MG

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

23 DE JUL 2001

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

BRASÍLIA-ES

ATO 513, P 54/61

SQ 55151636 1 BR

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

: h	: h	: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PA

COMISSÃO ESPECIAL LEI Nº 9.140/95
Esplanada dos Ministérios
Ministério da Justiça, Bloco T, Ed. Anexo II – Sala 503
70.064-900 – BRASÍLIA-DF

CIDADE / LOCALIDADE

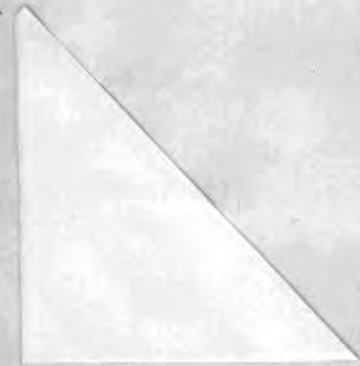
BRASIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--

ATO. 51.3, P 55/61

48
CDP



**Secretaria Especial
dos Direitos Humanos**



COMISSÃO ESPECIAL - Instituída pela Lei 9.140/95
(Mortos e Desaparecidos Políticos)
Secretaria Executiva da Comissão Especial

C E R T I D ã O

Certifico que na data de 28/12/04, foi recebido nesta Secretaria Executiva, via Correios, os documentos que se seguem, referentes ao processo em nome de JOSÉ ISABEL DO NASCIMENTO.

Brasília, 28 dezembro de 2004.

Simone S. Botelho
Simone Steigleder Botelho
Assessora

Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos

Coronel Fabriciano, 27 de dezembro de 2004.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos (Lei 9.140/95)

ATT. : **SR. JOÃO LUIZ DUBOC PINAUD**

MINISTERIO DA JUSTIÇA,

ESPLANADA DOS MINISTERIOS, ED. ANEXO II - 5º ANDAR - SALA 503 -

CEP: 70.064-900

BRASILIA - DF

Conforme solicitação em anexo, estão sendo enviados os dados solicitados, referente ao processo de reconhecimento e indenização de mortos e desaparecidos políticos de:

VÍTIMA:

JOSÉ ISABEL DO NASCIMENTO

- NACIONALIDADE: Brasileiro
- DATA NASCIMENTO: 08/07/1931
- CASADO COM GERALDA AGUIAR DO NASCIMENTO EM 12/06/1954,

REQUERENTE:

GERALDA AGUIAR DO NASCIMENTO, brasileira, do lar, viúva, portadora da Carteira de identidade nº 756.400, expedida pela SSPMG, CPF . nº 180.074.656-34, residente à Rua 13 de Maio, nº 38 - Centro - CEP: 35.170-035 - Município de Coronel Fabriciano - MG., telefone (0xx31) 3841.1840.

DADOS SOLICITADOS:

- BANCO MERCANTIL DO BRASIL - Nº DO BANCO: 389
- Nº DA AGÊNCIA: 0018
- Nº DA CONTA CORRENTE: 01054748-9
- C.P.F. Nº 180.074.656-34
- TITULAR DA CONTA: GERALDA AGUIAR DO NASCIMENTO
-

Geralda Aguiar do Nascimento
GERALDA AGUIAR DO NASCIMENTO
CPF 180.074.656-34

Procurador

Brasília, 03 de novembro de 2004.

Sra. Luciane

Conforme solicitação por telefone, nesta data, vimos por meio desta prestar-lhe as informações mais recentes, acerca do processo de reconhecimento e indenização de mortos e desaparecidos políticos, referente a :

JOSÉ ISABEL DO NASCIMENTO, brasileiro, casado, nascido em 08 de julho de 1931, no Estado de Minas Gerais, falecido em 17 de outubro de 1963, filho de Joaquim Isabel do Nascimento e de Maria Claudina de Jesus;

O caso foi acolhido em reunião do dia 26 de outubro de 2004, e, portanto, reconhecido como de responsabilidade do Estado brasileiro a morte por motivos políticos .

Informamos, ainda, que não temos a previsão do pagamento da indenização. Não podemos precisar qual seja a data certa do pagamento, uma vez que dependemos de fatores além dos esforços desta Comissão Especial para aprovação de recursos destinados às indenizações, e ainda, a liberação destes recursos.

Além disso, a Comissão Especial segue uma ordem para efetuar os pagamento que varia de acordo com a data de aprovação dos

processos. Cumpridos todos os itens mencionados acima, o dinheiro é depositado diretamente na conta do beneficiário.

52
cdp

Para tanto solicitamos à Vossa Senhoria o envio dos seguintes dados:

- nome e número do banco;
- número de agência;
- número de conta corrente ou de poupança; e,
- número de CPF.

Solicitamos que esses dados sejam enviados via postal para a Comissão Especial da Lei 9.140/95 (endereço abaixo),

Comissão Especial da Lei nº 9140/95
Esplanada dos Ministérios
Ministério da Justiça, Bloco T
Anexo II, sala 503
CEP 70064-900 Brasília, DF.

Sem mais para o momento, estamos à sua disposição para quaisquer informações.

Atenciosamente,

Simone Steigleder Botelho
Assessora
Comissão Especial

COMISSAO ESPECIAL DA LEI Nº 9140/95
ESPLANADA DOS MINISTERIOS
MINISTERIO DA JUSTIÇA, BLOCO T
ANEXO II, SALA 503
70064-900 - BRASILIA - DF

C. Especial



ATO. 51.3.1.8-60/61

FC0905/36 75240297-8

	SEDEX
CORREIOS	
PESO (kg)	☐ VIP ☐ HOJE ☐ MP ☐ AR
0,035	☐ PRÉ-FRANQUEADO
SS 38717149 4 BR	
	

COMISSAO ESPECIAL DA LEI Nº 9140/95
ESPLANADA DOS MINISTERIOS
MINISTERIO DA JUSTIÇA, BLOCO T
ANEXO II, SALA 503
70064-900 - BRASILIA - DF

C. Especial



ATO. 51.3.8.60/61

75240297-8
FC0905/36

 **SEDEX**

CORREIOS

PESO (kg) *0,035*

☐ VIP ☐ HOJE ☐ MP ☐ AR

☒ PRÉ-FRANQUEADO

SS 38717149 4 BR

